



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PETRORECÔNCAVO S.A.**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025**

PETRORECÔNCAVO S.A.
CNPJ/MF Nº 03.342.704/0001-30
NIRE 293.000.241-71
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Prezados Senhores,

A Administração da Petrorecôncavo S.A. ("**Petrorecôncavo**" ou "**Companhia**") convida seus acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGO/E**" ou "**Assembleia**"), a realizar-se, em primeira convocação, em 24 de abril de 2025, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a ser tida como realizada na sede da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**RCVM 81**"), para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, nos termos do Edital de Convocação publicado, nesta data, no jornal Correio da Bahia, bem como na sua página na internet, e nos termos abaixo propostos ("**Proposta**").

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na RCVM 81, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas no seu *website* (www.ri.petroreconcavo.com.br), no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como nos Anexos da presente Proposta.

As matérias a serem deliberadas na AGO/E estão listadas na ordem do dia do Edital de Convocação e são reproduzidas nos Itens 1 e 2 desta Proposta.

Para a instalação da Assembleia Geral Ordinária será necessária, em primeira convocação, a presença de acionistas representando, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação, a Assembleia Geral Ordinária será novamente convocada para, em segunda convocação, deliberar sobre tais matérias, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Para a instalação da Assembleia Geral Extraordinária será necessária, em primeira convocação, a presença de acionistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) do

capital social da Companhia. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação, a Assembleia Geral Extraordinária será novamente convocada para, em segunda convocação, deliberar sobre tais matérias, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º- A da Lei nº 6.404/76 (“**Lei das S.A.**”) e da RCV 81, na qual a participação dos Senhores Acionistas poderá se dar:

Via boletim de voto à distância, nos termos da RCV 81, a ser enviado ao seu respectivo agente de custódia, ao depositário central, ao banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia por meio de endereço eletrônico ri@petroreconcavo.com.br.

Via plataforma digital Ten Meetings, acessível no link <https://assembleia.ten.com.br/377447505>, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído nos termos do art. 28, §§2º e 3º da RCV 81. O acionista que enviar o Boletim poderá participar da Assembleia remotamente, por meio eletrônico. No entanto, caso este acionista exerça o direito de voto na Assembleia, seus Boletins serão desconsiderados e os votos proferidos em tempo real serão considerados válidos.

A AGO/E será realizada de modo exclusivamente digital, tendo em vista que tal formato, no julgamento da Administração, diminui os custos de participação dos acionistas, facilitando e contribuindo para um maior comparecimento da base acionária da Companhia na Assembleia e, assim, aumentando a representatividade das deliberações a serem tomadas.

Mais informações a respeito da participação na AGO/E poderão ser encontradas no Manual de Participação, disponível nos *websites* indicados acima.

Mata de São João - BA, 24 de março de 2025.

A Administração.

1. **MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

- I. **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.**

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem e aprovem as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme RCVM 81:

- A) Formulário DFP de 2024 (disponibilizado no website da CVM em 19 de março de 2025 (**Anexo I**), contendo:

- Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- Cópia das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- Parecer, sem ressalvas, da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia;
- Notas Explicativas;
- Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes; e
- Relatório Anual do Comitê de Auditoria, incluindo sua manifestação com relação às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

- B) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 2 do Formulário de Referência e com a RCVM 81 (**Anexo II**).

Os documentos acima identificados foram anexados a esta Proposta da Administração, conforme **Anexo I** e **Anexo II**, e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório da Companhia na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Luís Viana Filho, 13223, Hangar Business Park, torre 3, 4º andar, São Cristóvão, 41500-300 e nos websites da

Companhia (www.ri.petroreconcavo.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

As Demonstrações Financeiras foram devidamente divulgadas e publicadas, em 19/03/2024 e 20/03/2024, respectivamente, em conjunto com o Relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes e os demais documentos exigidos pela Lei das S.A. e pela RCM 81.

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditor independente da Companhia, que emitiu parecer sobre tais Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Antes de serem submetidas à aprovação dos acionistas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, em reunião realizada em 18 de março de 2025, e pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2025.

A Administração da Companhia propõe que os acionistas apreciem e aprovem, sem ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Na reunião realizada em 19 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da Assembleia Geral Ordinária para que os acionistas possam discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 437.498.438,15 (quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quinze centavos).

A Administração propõe que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 21.874.921,91 (vinte e um milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do lucro líquido, seja destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76; (ii) o valor de R\$ 61.650.081,92 (sessenta e um milhões, seiscentos

e cinquenta mil, oitenta e um reais e noventa e dois centavos), correspondente a 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento) do valor do lucro líquido, seja destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) o valor de R\$ 353.059.573,54 (trezentos e cinquenta e três milhões, cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) seja destinado para distribuição aos acionistas, valor este integralmente já declarado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2024, nos termos do artigo 29, parágrafo segundo, do Estatuto Social, e pago, considerando arredondamentos de duas casas decimais, tendo sido imputado ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, equivalente a R\$ 88.493.358,58 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), pelo seu valor líquido, ou seja, depois de deduzido o imposto de renda na fonte; e (iv) o valor remanescente representa efeito do resultado negativo de transações com ações em tesouraria no valor de R\$ 913.860,78 (novecentos e treze mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e oito centavos), não havendo valores residuais a serem distribuídos referentes ao exercício de 2024.

A Administração da Companhia propõe que seja apreciada e aprovada a proposta de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do **Anexo III** da presente Proposta, que contém as informações referenciadas no Anexo A da RCV 81.

III. Eleger os membros do Conselho de Administração, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

De acordo com o art. 13 do Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes (observada a regra para os suplentes de conselheiros independentes), todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

Além disso, conforme o art. 14 do Estatuto Social, a eleição do Conselho de Administração deve se dar pelo sistema de chapas de candidatos, ressalvada a possibilidade de eleição pelo voto múltiplo, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/76.

A Administração submete à aprovação dos Acionistas a chapa de candidatos a seguir para a eleição dos membros do Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026:

<u>Efetivos</u>	<u>Suplentes</u>
Eduardo Cintra Santos	Eduardo Cintra Santos Filho
Eduardo de Britto Pereira Azevedo	Rafael Machado Neves
Christopher J. Whyte	Davi Britto Carvalho
Carlos Tadeu da Costa Fraga	Caio Scantamburlo Costa
Carlos Marcio Ferreira	
Camille Loyo Faria	
Philip Arthur Epstein	

A chapa é composta por 6 (seis) candidatos que atualmente são membros do Conselho de Administração, preservando o conhecimento dos negócios e da Companhia. A administração acredita que a chapa proposta permite uma composição balanceada de qualificações dos candidatos, baseada em habilidades que são, em conjunto, relevantes para a Companhia, viabilizando assim a continuidade do funcionamento de um Conselho de Administração atuante e competente para a tomada de decisão sobre os temas estratégicos da Companhia.

Os candidatos ora indicados declararam que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais sejam eleitos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei nº 6.404/76; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga, para fins de transparência, informou que ocupa cargos de: (i) membro do Conselho de Administração e do comitê de Sustentabilidade, HSE e Riscos Operacionais da Karoon Energy; e (ii) Advisor do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Sustentabilidade, HSE e Operações da Constellation Oil Services e que julga não configurar um impedimento nos termos dos incisos I e II do art. 147, §3º da Lei das S.A., uma vez que essas empresas desenvolvem suas atividades unicamente em ativos e operações marítimos, ambiente de negócios completamente distinto portanto do ambiente – foco da Petrorecôncavo.

A Administração esclarece que a totalidade dos membros titulares da chapa proposta são enquadrados como conselheiros independentes de acordo com §1º do art. 13 do

Estatuto Social e as definições do Anexo K da Resolução CVM 80 e do Regulamento do Novo Mercado e apenas um dos membros suplentes não é enquadrado como independente, conforme disposto no item 7.3 do Anexo IV desta Proposta. Sem prejuízo da confirmação da independência dos membros independentes pela Assembleia, nos termos do Anexo K da Resolução CVM 80 e no Regulamento do Novo Mercado, os indicados como membros independentes à eleição do Conselho de Administração declararam se enquadrar nos critérios de independência aplicáveis, tendo o seu enquadramento sido verificado, pelo Conselho de Administração, com base nas referidas declarações.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outros nomes para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, observadas as regras previstas no Estatuto Social e na regulamentação aplicável.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por meio de votação majoritária ou pelo processo de voto múltiplo. O processo de voto múltiplo somente será adotado em caso de pedido apresentado por acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. No caso de adoção do processo de voto múltiplo, cada ação conferirá ao seu titular tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos (neste caso, 7 (sete) membros), sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários.

Caso o voto múltiplo seja adotado para a eleição do Conselho de Administração, a Administração propõe que os votos sejam distribuídos proporcionalmente, em percentuais igualitários, entre os membros propostos pela administração.

Considerando que a Companhia não possui acionista controlador, não é aplicável o procedimento de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, incisos I e II, e §5º da Lei das S.A.

As informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativamente aos candidatos acima indicados estão contidas no **Anexo IV** da presente Proposta.

IV. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025.

A Administração apresenta abaixo informações a respeito da proposta do montante anual global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de

2025 (período de janeiro a dezembro). Informações detalhadas a respeito da proposta estão contidas no **Anexo V** à presente Proposta.

a) Exercício de 2024:

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2024, foi aprovada uma verba global de remuneração de até R\$ 34.221.678,01 (trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e um centavo) para o exercício social de 2024, excluídos os encargos sociais de ônus do empregador, referente ao período de janeiro a dezembro de 2024, englobando a Remuneração Fixa, a Remuneração Variável e a Remuneração Baseada em Ações.

Do montante aprovado, foram realizados R\$ 25.706.863,76 (vinte e cinco milhões, setecentos e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos), correspondentes a 75,12% (setenta e cinco virgula doze por cento) da remuneração global proposta.

b) Exercício de 2025:

A Administração propõe como remuneração anual dos administradores, o valor global de até R\$ 37.643.401,19 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e um reais e dezenove centavos) para o exercício social de 2025, excluídos os encargos sociais de ônus do empregador, referente ao período de janeiro a dezembro de 2025.

A proposta de remuneração para o exercício de 2025 apresentou um incremento de aproximadamente 10% (dez por cento) em relação à proposta de remuneração submetida à Assembleia Geral Ordinária de 2024, mencionada acima.

O montante global anual proposto acima refere-se a uma estimativa da verba máxima total que pode vir a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores (incluindo as parcelas de Remuneração Fixa, Variável, Baseada em Ações e de benefícios eventuais) no exercício social em curso, sendo compreendida pelos componentes abaixo:

A) Remuneração Fixa

A parcela da remuneração global correspondente à remuneração fixa, a ser paga em dinheiro, acrescida de benefícios, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, monta a até R\$ 16.060.527,27 (dezesesseis milhões, sessenta mil, quinhentos e

vinte e sete reais e vinte e sete centavos), excluídos os encargos sociais de ônus do empregador.

B) Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária é composta por um montante anual baseado no atingimento de metas e objetivos estratégicos da Companhia. Tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia, e consiste no pagamento de bônus e/ou no pagamento de participação nos resultados – PLR.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

A parcela da remuneração global correspondente à remuneração variável de curto prazo monta a até R\$ 9.616.659,32 (nove milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos), excluídos os encargos sociais de ônus da Companhia.

C) Remuneração Baseada em Ações

Os Diretores da Companhia são elegíveis a um Programa de Incentivo Consolidado ("**Programa**"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de abril de 2021 e a um Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ações Restritas ("**Plano**"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2022.

O objetivo do Programa e do Plano é conceder a oportunidade de receberem ações de emissão da Companhia e, com isso, (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados pela Companhia; (ii) garantir um maior alinhamento dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e incentivar o engajamento daqueles em prol da obtenção de resultados positivos para a Companhia nos médio e longo prazos, além de recompensar os Participantes pelo atingimento de metas; (iii) maximizar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis; bem como (iv) possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela Diretores e empregados.

O custo estimado do Programa e do Plano para a Companhia, no exercício de 2025, foi calculado em até R\$ 11.966.214,59 (onze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos), considerando o valor justo das

outorgas relativas ao Plano e o Programa, tendo como base o valor de mercado das ações da Companhia.

2. MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- I. Aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite capital autorizado, nas reuniões de 29/04/2024, 29/05/2024, 27/06/2024, 31/07/2024 e 30/01/2025, com a consequente consolidação do Estatuto Social;**

A Administração propõe que seja aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, nas reuniões acima indicadas, dentro do limite do capital autorizado. Diante disso, o artigo 5º passaria a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.907.296.259,42 (dois bilhões, novecentos e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), dividido em 293.472.126 (duzentas e noventa e três milhões, quatrocentas e setenta e duas mil e cento e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

Em atendimento ao artigo 12 da Resolução CVM 81/2022, **(i)** o relatório evidenciando e detalhando a alteração proposta consta do **Anexo VI** à presente Proposta; e **(ii)** a cópia do Estatuto Social consolidado contendo, em destaque, as alterações propostas, consta do **Anexo VII**. A Administração recomenda aos acionistas que examinem detidamente o quadro comparativo com as alterações propostas e cópia do Estatuto Social com as alterações propostas em destaque.

Anexo I - Formulário DFP de 2024

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	25
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	26
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	54
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	101
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	293.452.126
Preferenciais	0
Total	293.452.126
Em Tesouraria	
Ordinárias	352.936
Preferenciais	0
Total	352.936

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	7.337.876	6.784.328	4.783.218
1.01	Ativo Circulante	1.218.135	1.018.508	1.704.275
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	259.482	110.834	83.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	506.305	310.172	1.233.639
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	506.305	310.172	1.233.639
1.01.03	Contas a Receber	315.380	332.047	55.219
1.01.03.01	Clientes	315.380	332.047	55.219
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	315.380	332.047	55.219
1.01.04	Estoques	8.744	6.237	9.340
1.01.04.01	Estoques	8.744	6.237	9.340
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.959	211.194	30.746
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	85.959	211.194	30.746
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	85.959	211.194	30.746
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42.265	48.024	291.730
1.01.08.03	Outros	42.265	48.024	291.730
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	575	0	0
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	0	11.316	179.502
1.01.08.03.03	Outro Ativos	41.690	36.708	112.228
1.02	Ativo Não Circulante	6.119.741	5.765.820	3.078.943
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	254.644	167.827	42.561
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	15.964	0	0
1.02.01.04	Contas a Receber	58.145	55.917	947
1.02.01.04.01	Clientes	58.145	55.917	947
1.02.01.07	Tributos Diferidos	78.762	8.399	28.110
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.762	8.399	28.110
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	101.773	103.511	13.504
1.02.01.10.05	Impostos a Recuperar	55.375	68.450	479
1.02.01.10.06	Outros Ativos	30.717	8.623	2.908

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10.07	Direito de Uso em Arrendamento	15.681	26.438	10.117
1.02.02	Investimentos	897.113	790.258	2.293.185
1.02.02.01	Participações Societárias	897.113	790.258	2.293.185
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	897.113	790.258	2.293.185
1.02.03	Imobilizado	4.947.449	4.791.639	735.162
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.806.466	4.711.873	688.066
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	4.806.466	4.711.873	688.066
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	140.983	79.766	47.096
1.02.04	Intangível	20.535	16.096	8.035
1.02.04.01	Intangíveis	20.535	16.096	8.035
1.02.04.01.02	Intangível	20.535	16.096	8.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	7.337.876	6.784.328	4.783.218
2.01	Passivo Circulante	681.184	1.035.960	285.547
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.000	85.457	37.850
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	93.000	85.457	37.850
2.01.02	Fornecedores	269.083	244.977	106.430
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	266.302	241.666	81.045
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.781	3.311	25.385
2.01.03	Obrigações Fiscais	58.643	42.490	7.397
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.395	33.085	6.622
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	43.395	33.085	6.622
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.194	7.403	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.054	2.002	775
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.907	142.772	14.011
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	142.772	14.011
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	331
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	142.772	13.680
2.01.04.02	Debêntures	20.907	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	239.209	512.062	119.859
2.01.05.02	Outros	239.209	512.062	119.859
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	17.359	106.416
2.01.05.02.04	Valores a Pagar de Arrendamentos	12.829	25.940	5.596
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.003	99.478	0
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	12.300	29.029	7.847
2.01.05.02.07	Valores a Pagar por Aquisições	213.077	340.256	0
2.01.06	Provisões	342	8.202	0
2.01.06.02	Outras Provisões	342	8.202	0
2.01.06.02.04	Provisão para Abandono de Poços	342	8.202	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.421.415	1.230.485	687.169

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.771.414	760.208	641.570
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	760.208	641.570
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	760.208	641.570
2.02.01.02	Debêntures	1.771.414	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	511.284	290.533	9.725
2.02.02.02	Outros	511.284	290.533	9.725
2.02.02.02.03	Valores a Pagar de Arrendamentos	2.413	2.591	3.613
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	367.837	0	0
2.02.02.02.05	Valores a Pagar por Aquisições	0	145.239	0
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	10.558	12.227	6.112
2.02.02.02.07	Fornecedores	130.476	130.476	0
2.02.04	Provisões	138.717	179.744	35.874
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.110	3.239	3.391
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.472	1.274	1.126
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.252	1.965	2.265
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	386	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	133.607	176.505	32.483
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono de Poços	133.607	176.505	32.483
2.03	Patrimônio Líquido	4.235.277	4.517.883	3.810.502
2.03.01	Capital Social Realizado	2.832.476	2.830.774	2.828.170
2.03.01.01	Capital Social	2.832.476	2.830.774	2.828.170
2.03.02	Reservas de Capital	49.375	46.894	36.378
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-7.035	-5.084	-6.793
2.03.02.07	Incentivo Fiscal de Redução de Imposto de Renda	18.501	18.501	18.501
2.03.02.08	Ações e Opções de Compra de Ações Outorgadas	37.909	33.477	24.670
2.03.04	Reservas de Lucros	1.318.945	1.671.360	1.167.284
2.03.04.01	Reserva Legal	147.024	125.149	89.702
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	126.110	64.460	57.018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	26.374
2.03.04.12	Reserva para Investimento e Expansão	1.045.811	1.481.751	994.190
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-65.626	-255.811
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-65.626	-255.811
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.481	34.481	34.481
2.03.08.01	Transação de Capital	34.481	34.481	34.481

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.884.640	765.317	594.381
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.809.580	-637.812	-409.333
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.809.580	-637.812	-409.333
3.03	Resultado Bruto	1.075.060	127.505	185.048
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-117.480	521.785	961.819
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-188.963	-95.237	-27.137
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-188.963	-95.237	-27.137
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-5.755
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.372	-1.554	37.646
3.04.05.01	Outras receitas (despesas), líquidas	-35.372	-1.554	37.646
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	106.855	618.576	957.065
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	957.580	649.290	1.146.867
3.06	Resultado Financeiro	-623.910	6.934	11.826
3.06.01	Receitas Financeiras	244.832	123.182	37.432
3.06.01.02	Receitas Financeiras	244.832	123.182	37.432
3.06.02	Despesas Financeiras	-868.742	-116.248	-25.606
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-868.742	-116.248	-25.606
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	333.670	656.224	1.158.693
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	103.828	52.714	-5.302
3.08.01	Corrente	-1.652	0	0
3.08.02	Diferido	105.480	52.714	-5.302
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	437.498	708.938	1.153.391
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	437.498	708.938	1.153.391
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,4927	2,4202	4,231
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,4923	2,418	4,218

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	437.498	708.938	1.153.391
4.02	Outros Resultados Abrangentes	65.626	190.185	50.879
4.02.01	Instrumentos financeiros de proteção – NDF	99.433	66.091	0
4.02.02	Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros – NDF	-33.807	-22.471	0
4.02.04	Parcelas de outros resultados abrangentes de controladas	0	146.565	50.879
4.03	Resultado Abrangente do Período	503.124	899.123	1.204.270

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.866.803	309.194	287.212
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.996.285	346.614	365.871
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	333.670	656.224	1.158.693
6.01.01.02	Juros, amortização de captação e variações cambiais líquidas	394.077	-30.257	-4.386
6.01.01.03	Contraprestação de parcela contingente de valores a pagar de aquisições	22.033	0	0
6.01.01.04	Depreciação, amortização e depleção	508.275	148.639	74.539
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-106.855	-618.576	-957.065
6.01.01.06	Provisões, perdas estimadas e outros	17.259	8.318	12.154
6.01.01.07	Atualização da provisão para abandono de poços	17.824	5.687	4.573
6.01.01.08	Baixas do imobilizado, arrendamentos e outras	314.243	136.443	71.608
6.01.01.09	Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no resultado	495.759	40.136	0
6.01.01.10	Perdas de crédito esperadas	0	0	5.755
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	151.650	62.704	-66.300
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	14.439	35.104	-27.523
6.01.02.02	Estoques	3.420	34.903	-3.631
6.01.02.03	Impostos a recuperar	138.310	33.523	-10.525
6.01.02.04	Outros ativos	-27.076	-76.266	-99.391
6.01.02.05	Fornecedores	24.106	36.330	48.230
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	18.802	21.186	15.324
6.01.02.07	Impostos a recolher	-1.953	-29.587	5.589
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-18.398	7.511	5.627
6.01.03	Outros	-281.132	-100.124	-12.359
6.01.03.01	Juros pagos	-139.664	-58.076	-2.109
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.929	-1.957	-10.215
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais	0	0	-35
6.01.03.04	Pagamento (recebimento) de contratos de hedge	-127.539	-40.091	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.206.792	105.028	-1.774.127
6.02.01	Aplicações financeiras	-169.923	914.601	-685.102

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.048.185	-553.463	-368.414
6.02.03	Aquisição da SPE Tieta, líquida do caixa recebido	0	-501.639	0
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	11.316	60.000	0
6.02.05	Saldo de caixa - Encerramento da Recôncavo América	0	7.829	0
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	0	-90.000	-720.611
6.02.07	Saldo de caixa - Incorporação de Controladas	0	267.700	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-511.363	-386.989	1.398.228
6.03.01	Adições, líquidas dos custos de captação	0	279.030	643.520
6.03.02	Pagamentos de financiamentos	-1.043.520	-331	-1.317
6.03.03	Emissão de debêntures, líquidas dos custos de captação	1.746.027	0	0
6.03.04	Amortização de arrendamento mercantil - principal	-26.760	-20.176	-5.602
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-775.976	-281.943	-205.309
6.03.06	Custo para emissão de ações	0	0	-37.413
6.03.07	Exercício de opção de ações	1.207	2.344	4.927
6.03.08	Pagamentos valores a pagar por aquisições	-398.712	-362.118	-26.214
6.03.09	Integralização de capital social subscrito	495	260	1.034.000
6.03.10	Caixa líquido da compra e venda de ações em tesouraria	-14.124	-4.055	-8.364
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	148.648	27.233	-88.687
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.834	83.601	172.288
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	259.482	110.834	83.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.702	2.481	-56.940	-353.973	0	-406.730
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-56.940	-264.566	0	-321.506
5.04.08	Exercício de opção de compra de ações	1.207	0	0	0	0	1.207
5.04.09	Recompra de ações	0	-14.124	0	0	0	-14.124
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	4.432	0	0	0	4.432
5.04.11	Integralização de capital social subscrito	495	0	0	0	0	495
5.04.12	Entrega de ações de tesouraria	0	12.173	0	-914	0	11.259
5.04.13	Dividendos mínimos distribuídos a título de JSCP	0	0	0	-88.493	0	-88.493
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	437.498	65.626	503.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	437.498	0	437.498
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	65.626	65.626
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-295.475	-83.525	0	-379.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.525	-83.525	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	-379.000	0	0	-379.000
5.07	Saldos Finais	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.604	10.516	0	-178.488	0	-165.368
5.04.01	Aumentos de Capital	260	0	0	0	0	260
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.359	0	-17.359
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-160.000	0	-160.000
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	2.839	0	0	0	0	2.839
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	8.807	0	0	0	8.807
5.04.12	Recompra de ações	0	-4.055	0	0	0	-4.055
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	5.764	0	-1.129	0	4.635
5.04.14	Opções exercidas a integralizar	-495	0	0	0	0	-495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.938	190.185	899.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.938	0	708.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	190.185	190.185
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes de controlada	0	0	0	0	146.565	146.565
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes de controladora	0	0	0	0	43.620	43.620
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	504.076	-530.450	0	-26.374
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	530.450	-530.450	0	0
5.06.04	Pagamento dividendo adicional proposto	0	0	-26.374	0	0	-26.374
5.07	Saldos Finais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.813.936	67.365	297.202	0	-306.690	1.871.813
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.813.936	67.365	297.202	0	-306.690	1.871.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.014.234	3.494	0	-283.309	0	734.419
5.04.01	Aumentos de Capital	1.034.000	0	0	0	0	1.034.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-24.693	0	0	0	0	-24.693
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	39	0	0	0	39
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-103.626	0	-103.626
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-180.000	0	-180.000
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	5.186	0	0	0	0	5.186
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	7.995	0	0	0	7.995
5.04.12	Recompra de ações	0	-8.403	0	0	0	-8.403
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	3.863	0	317	0	4.180
5.04.14	Opções exercidas a integralizar	-259	0	0	0	0	-259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.153.391	50.879	1.204.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.153.391	0	1.153.391
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.879	50.879
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	870.082	-870.082	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	843.708	-843.708	0	0
5.06.04	Pagamento dividendo adicional proposto	0	0	26.374	-26.374	0	0
5.07	Saldos Finais	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	3.479.393	930.321	749.694
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.417.353	852.832	665.347
7.01.02	Outras Receitas	62.040	77.489	90.102
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	-5.755
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.010.134	-375.584	-167.956
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.122	-51.065	-21.136
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-965.012	-324.519	-146.820
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.469.259	554.737	581.738
7.04	Retenções	-508.275	-148.639	-74.539
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-508.275	-148.639	-74.539
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.960.984	406.098	507.199
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	351.687	741.758	994.497
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	106.855	618.576	957.065
7.06.03	Outros	244.832	123.182	37.432
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.312.671	1.147.856	1.501.696
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.312.671	1.147.856	1.501.696
7.08.01	Pessoal	370.952	162.185	149.076
7.08.01.01	Remuneração Direta	255.796	119.619	114.921
7.08.01.02	Benefícios	99.545	36.085	29.048
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.611	6.481	5.107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	405.814	86.916	93.643
7.08.02.01	Federais	190.194	44.002	81.666
7.08.02.02	Estaduais	212.213	40.255	9.730
7.08.02.03	Municipais	3.407	2.659	2.247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.098.407	189.817	105.586
7.08.03.01	Juros	868.742	116.248	25.606
7.08.03.02	Aluguéis	42.772	16.505	32.197
7.08.03.03	Outras	186.893	57.064	47.783

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03.03.01	Royalties	186.893	57.064	47.783
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	437.498	708.938	1.153.391
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	353.059	160.000	180.000
7.08.04.02	Dividendos	0	17.359	130.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.439	531.579	843.391

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	7.437.571	6.829.184	6.585.094
1.01	Ativo Circulante	1.569.425	1.147.431	2.132.604
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	295.548	197.184	361.028
1.01.02	Aplicações Financeiras	761.939	310.172	1.250.163
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	761.939	310.172	1.250.163
1.01.03	Contas a Receber	361.095	360.611	384.180
1.01.03.01	Clientes	361.095	360.611	384.180
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	361.095	360.611	384.180
1.01.04	Estoques	9.766	7.358	11.451
1.01.04.01	Estoques	9.766	7.358	11.451
1.01.06	Tributos a Recuperar	96.616	233.927	99.243
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	96.616	233.927	99.243
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	96.616	233.927	99.243
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.461	38.179	26.539
1.01.08.03	Outros	44.461	38.179	26.539
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	575	0	0
1.01.08.03.03	Outro Ativos	43.886	38.179	26.539
1.02	Ativo Não Circulante	5.868.146	5.681.753	4.452.490
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	306.832	225.864	323.125
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	15.964	0	0
1.02.01.04	Contas a Receber	58.145	55.917	55.917
1.02.01.04.01	Clientes	58.145	55.917	55.917
1.02.01.07	Tributos Diferidos	97.025	46.370	167.840
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.025	46.370	167.840
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	135.698	123.577	99.368
1.02.01.10.05	Impostos a Recuperar	66.820	78.049	68.094
1.02.01.10.06	Outros Ativos	46.540	5.816	3.444
1.02.01.10.07	Direito de Uso em Arrendamento	22.338	39.712	27.830

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.03	Imobilizado	5.540.758	5.439.745	4.117.368
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.399.517	5.359.979	4.053.583
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	5.399.517	5.359.979	4.053.583
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	141.241	79.766	63.785
1.02.04	Intangível	20.556	16.144	11.997
1.02.04.01	Intangíveis	20.556	16.144	11.997
1.02.04.01.02	Intangível	20.556	16.144	11.997

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	7.437.571	6.829.184	6.585.094
2.01	Passivo Circulante	732.356	1.065.860	1.391.367
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.929	86.647	60.848
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	93.929	86.647	60.848
2.01.02	Fornecedores	299.110	254.010	352.152
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	296.244	250.699	337.324
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.866	3.311	14.828
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.193	49.537	124.275
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.218	39.949	120.683
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	58.218	39.949	120.683
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.194	7.421	1.671
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.781	2.167	1.921
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.907	142.772	14.011
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	142.772	14.011
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	331
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	142.772	13.680
2.01.04.02	Debêntures	20.907	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	243.875	524.692	830.357
2.01.05.02	Outros	243.875	524.692	830.357
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	17.359	106.416
2.01.05.02.04	Valores a Pagar de Arrendamentos	17.138	32.887	20.382
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.003	99.478	285.183
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	12.657	34.712	12.490
2.01.05.02.07	Valor a pagar por Aquisições	213.077	340.256	405.886
2.01.06	Provisões	342	8.202	9.724
2.01.06.02	Outras Provisões	342	8.202	9.724
2.01.06.02.04	Provisão para Fechamento de Poços	342	8.202	9.724
2.02	Passivo Não Circulante	2.469.938	1.245.441	1.383.225

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.771.414	760.208	641.570
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	760.208	641.570
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	760.208	641.570
2.02.01.02	Debêntures	1.771.414	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	513.971	298.512	628.019
2.02.02.02	Outros	513.971	298.512	628.019
2.02.02.02.03	Valores a Pagar de Arrendamentos	5.099	10.570	7.112
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	367.837	0	102.409
2.02.02.02.05	Valores a Pagar por Aquisições	0	145.239	512.386
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	10.559	12.227	6.112
2.02.02.02.07	Fornecedores	130.476	130.476	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	6.023
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	6.023
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	6.023
2.02.04	Provisões	184.553	186.721	107.613
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.923	5.299	3.726
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.472	1.274	1.126
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.810	3.366	2.600
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	41.641	659	0
2.02.04.02	Outras Provisões	136.630	181.422	103.887
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono de Poços	136.630	181.422	103.887
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.235.277	4.517.883	3.810.502
2.03.01	Capital Social Realizado	2.832.476	2.830.774	2.828.170
2.03.01.01	Capital Social	2.832.476	2.830.774	2.828.170
2.03.02	Reservas de Capital	49.375	46.894	36.378
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-7.035	-5.084	-6.793
2.03.02.07	Incentivo Fiscal de Redução de Imposto de Renda	18.501	18.501	18.501
2.03.02.08	Ações e Opções de Compra de Ações Outorgadas	37.909	33.477	24.670

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.04	Reservas de Lucros	1.318.945	1.671.360	1.167.284
2.03.04.01	Reserva Legal	147.024	125.149	89.702
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	126.110	64.460	57.018
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	26.374
2.03.04.12	Reserva para Investimento e Expansão	1.045.811	1.481.751	994.190
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-65.626	-255.811
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-65.626	-255.811
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	34.481	34.481	34.481
2.03.08.01	Transação de Capital	34.481	34.481	34.481

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.264.554	2.814.361	2.975.939
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.072.805	-1.916.661	-1.534.412
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.072.805	-1.916.661	-1.534.412
3.03	Resultado Bruto	1.191.749	897.700	1.441.527
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-243.529	-217.883	-183.327
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-208.715	-214.065	-110.377
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-208.715	-214.065	-110.377
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-70.711
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34.814	-3.818	-2.239
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-34.814	-3.818	-2.239
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	948.220	679.817	1.258.200
3.06	Resultado Financeiro	-584.815	49.012	66.400
3.06.01	Receitas Financeiras	289.862	187.051	180.694
3.06.02	Despesas Financeiras	-874.677	-138.039	-114.294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	363.405	728.829	1.324.600
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	74.093	-19.891	-171.209
3.08.01	Corrente	-11.188	-32.666	-129.246
3.08.02	Diferido	85.281	12.775	-41.963
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	437.498	708.938	1.153.391
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	437.498	708.938	1.153.391
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	437.498	708.938	1.153.391

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	437.498	708.938	1.153.391
4.02	Outros Resultados Abrangentes	65.626	190.185	50.879
4.02.01	Instrumentos financeiros de proteção – NDF	99.433	288.159	77.089
4.02.02	Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros – NDF	-33.807	-97.974	-26.210
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	503.124	899.123	1.204.270
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	503.124	899.123	1.204.270

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.219.127	1.391.806	1.506.150
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.360.823	1.770.156	2.279.897
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	363.405	728.829	1.324.600
6.01.01.02	Juros, amortização de captação e variações cambiais líquidas	387.561	-81.818	-72.910
6.01.01.03	Contraprestação de parcela contingente de valores a pagar de aquisições	22.033	0	0
6.01.01.04	Depreciação, amortização e depleção	694.816	598.327	351.220
6.01.01.06	Provisões, perdas estimadas e outros	59.805	8.537	12.489
6.01.01.07	Atualização da provisão para abandono de poços	18.262	12.832	10.797
6.01.01.08	Baixas do imobilizado, arrendamentos e outras	319.182	235.195	141.359
6.01.01.09	Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no resultado	495.759	268.254	441.631
6.01.01.10	Perdas de crédito esperadas	0	0	70.711
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	145.366	23.676	-63.657
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.712	27.818	-340.961
6.01.02.02	Estoques	4.344	5.685	-4.899
6.01.02.03	Impostos a recuperar	148.540	-71.089	-112.138
6.01.02.04	Outros ativos	-46.431	-9.863	-15.286
6.01.02.05	Fornecedores	45.100	21.547	253.444
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	18.541	26.343	30.285
6.01.02.07	Impostos a recolher	39	2.211	143.996
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-22.055	21.024	-18.098
6.01.03	Outros	-287.062	-402.026	-710.090
6.01.03.01	Juros pagos	-140.901	-60.439	-46.111
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-18.622	-73.378	-222.313
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais	0	0	-35
6.01.03.04	Pagamento (recebimento) de contratos de hedge	-127.539	-268.209	-441.631
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.602.586	-861.171	-1.799.094
6.02.01	Aplicações financeiras	-417.179	977.533	-571.477
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.185.407	-1.366.449	-1.227.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.03	Aquisição da SPE Tieta, líquida do caixa recebido	0	-472.255	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-518.177	-694.726	436.216
6.03.01	Adições, líquidas dos custos de captação	0	279.030	643.520
6.03.02	Pagamentos de financiamentos	-1.043.520	-331	-704.675
6.03.03	Emissão de debêntures, líquidas dos custos de captação	1.746.027	0	0
6.03.04	Amortização de arrendamento mercantil - principal	-33.574	-38.143	-16.516
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-775.976	-281.943	-205.309
6.03.06	Custo para emissão de ações	0	0	-37.413
6.03.07	Exercício de opção de ações	1.207	2.344	4.927
6.03.08	Pagamentos valores a pagar por aquisições	-398.712	-651.888	-273.954
6.03.09	Integralização de capital social subscrito	495	260	1.034.000
6.03.10	Caixa líquido da compra e venda de ações em tesouraria	-14.124	-4.055	-8.364
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	247	597
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	98.364	-163.844	143.869
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	197.184	361.028	217.159
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	295.548	197.184	361.028

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883	0	4.517.883
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883	0	4.517.883
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.702	2.481	-56.940	-353.973	0	-406.730	0	-406.730
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-56.940	-264.566	0	-321.506	0	-321.506
5.04.08	Exercício de opção de compra de ações	1.207	0	0	0	0	1.207	0	1.207
5.04.09	Recompra de ações	0	-14.124	0	0	0	-14.124	0	-14.124
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	4.432	0	0	0	4.432	0	4.432
5.04.11	Integralização de capital social subscrito	495	0	0	0	0	495	0	495
5.04.12	Entrega de ações de tesouraria	0	12.173	0	-914	0	11.259	0	11.259
5.04.13	Dividendos mínimos distribuídos a título de JSCP	0	0	0	-88.493	0	-88.493	0	-88.493
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	437.498	65.626	503.124	0	503.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	437.498	0	437.498	0	437.498
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	65.626	65.626	0	65.626
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-295.475	-83.525	0	-379.000	0	-379.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	83.525	-83.525	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	-379.000	0	0	-379.000	0	-379.000
5.07	Saldos Finais	2.832.476	83.856	1.318.945	0	0	4.235.277	0	4.235.277

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502	0	3.810.502
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502	0	3.810.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.604	10.516	0	-178.488	0	-165.368	0	-165.368
5.04.01	Aumentos de Capital	260	0	0	0	0	260	0	260
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.359	0	-17.359	0	-17.359
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-160.000	0	-160.000	0	-160.000
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	2.839	0	0	0	0	2.839	0	2.839
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	8.807	0	0	0	8.807	0	8.807
5.04.12	Recompra de ações	0	-4.055	0	0	0	-4.055	0	-4.055
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	5.764	0	-1.129	0	4.635	0	4.635
5.04.14	Opções exercidas a integralizar	-495	0	0	0	0	-495	0	-495
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.938	190.185	899.123	0	899.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.938	0	708.938	0	708.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	190.185	190.185	0	190.185
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes de controlada	0	0	0	0	146.565	146.565	0	146.565
5.05.02.07	Outros Resultados Abrangentes de controladora	0	0	0	0	43.620	43.620	0	43.620
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	504.076	-530.450	0	-26.374	0	-26.374
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	530.450	-530.450	0	0	0	0
5.06.04	Pagamento dividendo adicional proposto	0	0	-26.374	0	0	-26.374	0	-26.374
5.07	Saldos Finais	2.830.774	81.375	1.671.360	0	-65.626	4.517.883	0	4.517.883

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.813.936	67.365	297.202	0	-306.690	1.871.813	0	1.871.813
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.813.936	67.365	297.202	0	-306.690	1.871.813	0	1.871.813
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.014.234	3.494	0	-283.309	0	734.419	0	734.419
5.04.01	Aumentos de Capital	1.034.000	0	0	0	0	1.034.000	0	1.034.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-24.693	0	0	0	0	-24.693	0	-24.693
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	39	0	0	0	39	0	39
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-103.626	0	-103.626	0	-103.626
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-180.000	0	-180.000	0	-180.000
5.04.09	Exercício de opção de compra de ações	5.186	0	0	0	0	5.186	0	5.186
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	7.995	0	0	0	7.995	0	7.995
5.04.12	Recompra de ações	0	-8.403	0	0	0	-8.403	0	-8.403
5.04.13	Entrega de ações de tesouraria	0	3.863	0	317	0	4.180	0	4.180
5.04.14	Opções exercidas a integralizar	-259	0	0	0	0	-259	0	-259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.153.391	50.879	1.204.270	0	1.204.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.153.391	0	1.153.391	0	1.153.391
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.879	50.879	0	50.879
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	870.082	-870.082	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	843.708	-843.708	0	0	0	0
5.06.04	Pagamento dividendo adicional proposto	0	0	26.374	-26.374	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.828.170	70.859	1.167.284	0	-255.811	3.810.502	0	3.810.502

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	3.878.948	3.358.314	3.727.672
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.836.743	3.314.712	3.765.407
7.01.02	Outras Receitas	42.205	43.602	32.976
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	-70.711
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.121.901	-808.169	-875.740
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.133	-83.155	-51.291
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.076.768	-725.014	-824.449
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.757.047	2.550.145	2.851.932
7.04	Retenções	-694.816	-598.327	-351.220
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-694.816	-598.327	-351.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.062.231	1.951.818	2.500.712
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	289.862	187.051	180.692
7.06.02	Receitas Financeiras	289.862	187.051	180.692
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.352.093	2.138.869	2.681.404
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.352.093	2.138.869	2.681.404
7.08.01	Pessoal	387.212	329.716	224.074
7.08.01.01	Remuneração Direta	267.861	237.814	157.598
7.08.01.02	Benefícios	103.217	76.945	56.957
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.134	14.957	9.519
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	379.799	677.607	885.704
7.08.02.01	Federais	187.981	351.158	458.917
7.08.02.02	Estaduais	188.401	323.790	424.540
7.08.02.03	Municipais	3.417	2.659	2.247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.147.584	422.608	418.235
7.08.03.01	Juros	874.677	138.039	114.293
7.08.03.02	Aluguéis	48.265	46.729	63.066
7.08.03.03	Outras	224.642	237.840	240.876
7.08.03.03.01	Royalties	224.642	237.840	240.876

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	437.498	708.938	1.153.391
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	353.059	160.000	180.000
7.08.04.02	Dividendos	0	17.359	130.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.439	531.579	843.391

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

1. Destaques

Salvador, 19 de março de 2025 – PetroReconcavo S.A. (“PetroReconcavo” ou “Companhia”) (B3: RECV3) apresenta seus resultados do quarto trimestre (“4T24” ou “trimestre”) e do ano de 2024 (“2024” ou “ano”). As informações a seguir são apresentadas de forma consolidada em milhares de Reais (R\$ mil), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, exceto onde especificado em contrário.

Principais Indicadores (R\$ Mil *)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Líquida	843.376	850.189	-1%	689.006	22%	3.264.554	2.814.361	16%
EBITDA	402.967	439.402	-8%	246.736	63%	1.643.036	1.278.144	29%
Margem EBITDA	47,8%	51,7%	-3,9 p.p.	35,8%	12,0 p.p.	50,3%	45,4%	4,9 p.p.
EBITDA Ajustado pelo Hedge	408.201	470.137	-13%	312.581	31%	1.770.248	1.546.353	14%
Margem EBITDA Ajustado	48,1%	53,4%	-5,3 p.p.	41,4%	6,7 p.p.	52,2%	50,2%	2,0 p.p.
Dívida Líquida/ EBITDA últimos 12 meses	0,80 x	0,52 x	0,28 x	0,69 x	0,11 x	0,80 x	0,69 x	0,11 x
Lucro Líquido	32.444	158.840	-80%	186.687	-83%	437.498	708.938	-38%
Lucro Líquido Ajustado ¹	181.575	163.694	11%	186.687	-3%	680.932	708.938	-4%
Margem Líquida	3,8%	18,7%	-14,8 p.p.	27,1%	-23,2 p.p.	13,4%	25,2%	-11,8 p.p.
Margem Líquida Ajustada	21,5%	19,3%	2,3 p.p.	27,1%	-5,6 p.p.	20,9%	25,2%	-4,3 p.p.
Fluxo de Caixa Livre ²	142.870	267.724	-47%	10.602	1248%	1.033.720	25.357	3977%
Produção Média Bruta (boe/dia)	26.300	26.372	0%	25.391	4%	26.332	25.960	1,4%
Lifting Cost (US\$/boe)	\$ 14,52	\$ 13,77	5%	\$ 14,28	2%	\$ 13,60	\$ 13,07	4%
Taxa média de câmbio (R\$/US\$)	R\$ 5,84	R\$ 5,55	5%	R\$ 4,95	18%	R\$ 5,39	R\$ 4,99	8%
Preço médio à vista do Petróleo Brent (US\$/bbl)	\$ 74,73	\$ 80,34	-7%	\$ 84,05	-11%	\$ 80,76	\$ 82,62	-2%

* Ressalvadas as indicações em contrário. Notas descritivas dos Indicadores no anexo.

Destaques do Período

- Produção média de 26,3 mil barril de óleo equivalente (“boe”)/dia no ano e no trimestre, aumento de 1,4% em relação a 2023 e estável em relação ao 3T24;
- Receita Líquida de R\$ 3,3 bilhões no ano e R\$ 843 milhões no trimestre, aumento de 16% vs. 2023 e redução de 1% vs. 3T24;
- EBITDA de R\$ 1,6 bilhão no ano e de R\$ 403 milhões no trimestre, aumento de 29% e redução de 8%, no ano e no trimestre, respectivamente;
- Lucro Líquido Ajustado¹ de R\$ 681 milhões no ano e de R\$ 182 milhões no trimestre, queda de 4% vs. 2023 e aumento de 11% vs. 3T24, respectivamente;
- Geração de Caixa Livre de R\$ 1,0 bilhão no ano e de R\$ 143 milhões no trimestre, resultante das atividades operacionais, descontados das adições ao Imobilizado e Intangível;
- Em outubro, a Companhia realizou sua 2ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 650 milhões, sendo o montante utilizado para o pré-pagamento de dívida anterior;
- A Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1,3 bilhão, representando uma alavancagem de 0,80x Dívida Líquida/EBITDA.

¹ Lucro Líquido descontados os efeitos cambiais da marcação a mercado da dívida e impostos diferidos das operações de swaps

² Fluxo de Caixa das Operações descontadas as Adições ao Imobilizado e Intangível



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Mensagem do Presidente

Há 25 anos, a PetroReconcavo surgiu com um propósito claro: **transformar o onshore brasileiro**. Começamos com coragem, inovamos com propósito e crescemos com resiliência. O que antes era visto como um desafio, nós transformamos em oportunidade. Mais do que extrair riqueza, aprendemos a devolvê-la na forma de emprego, desenvolvimento e compromisso com as comunidades onde atuamos.

Hoje, **somos protagonistas do setor e celebramos esse legado**. E eu celebro também meu primeiro ano à frente dessa companhia. Somos a empresa independente de óleo e gás mais longa do Brasil e pioneiros na revitalização de campos maduros *onshore*. Nossa trajetória nos consolidou como referência, com **eficiência operacional incomparável** e uma cultura que valoriza inovação e excelência.

O ano de 2024 foi de desafios e avanços. Enfrentamos oscilações do mercado global e desafios operacionais que testaram nossa resiliência. Ajustamos rotas, fortalecemos nossa estrutura e reafirmamos que o planejamento precisa estar no centro da nossa estratégia. Com disciplina e foco, mantivemos nossa produção média em 26,3 mil boe/dia, mesmo diante das adversidades.

Apesar do cenário de volatilidade global, entregamos Receita Líquida de R\$ 3,3 bilhões, EBITDA de R\$ 1,6 bilhão e um Caixa gerado pelas atividades operacionais na ordem de R\$ 2,2 bilhões, um crescimento de 59% na comparação anual. Nossa forte geração de caixa possibilitou a distribuição de R\$ 806 milhões em proventos, representando um yield de aproximadamente 14,5% no ano, evidenciando nosso compromisso com a criação de valor para os acionistas.

Nossos investimentos refletem nossa visão de longo prazo. Expandimos nossa infraestrutura midstream, com a UTG São Roque em plena operação, ampliando nossa capacidade de processamento e monetização do gás. Avançamos na construção da UPGN Miranga, que terá capacidade inicial de 950 Mm³/dia e exigirá um investimento da ordem de US\$ 60 milhões. Além disso, seguimos na negociação para aquisição de 50% da UPGN Guamaré, com investimento previsto em US\$ 65 milhões.

Fortalecemos nossas operações de perfuração, consolidando uma frota de equipamentos robusta e altamente eficiente, o que nos torna únicos no setor. Hoje, operamos com três sondas de perfuração e seguimos expandindo nossa capacidade produtiva. Atingimos um marco interno ao perfurar um poço com mais de 3,5 mil metros de profundidade, consolidando nossa liderança técnica e operacional. Nossa verticalização garante maior autonomia, redução de custos e controle estratégico sobre sondas e serviços críticos.

Reforçamos nossas rotas de escoamento, assinando Memorandos de Entendimento com Ultracargo, CIPP, Dislub e Shell, visando otimizar e desenvolver novas rotas logísticas de petróleo na Bahia e no Rio Grande do Norte. Também implementamos um sistema de monitoramento da rede elétrica, reduzindo perdas e garantindo mais eficiência operacional.

Nosso crescimento vai além do operacional e financeiro. **Geramos impacto** na economia brasileira, impulsionando a geração de emprego, renda e o desenvolvimento de fornecedores locais. Investimos em regiões historicamente carentes no Nordeste, promovendo oportunidades e transformando realidades. Atualmente, 93% de nossos colaboradores são da região, e valorizamos cada um deles. Para cada emprego direto, criamos cerca de 9,7 (incluindo indiretos e efeito renda), movimentando toda uma cadeia econômica e resultando em mais de 17 mil empregos no Brasil. Nossos projetos sociais já beneficiaram mais de 17 mil pessoas em 2024, levando educação e geração de renda para as comunidades onde estamos presentes.

Estamos escrevendo um novo capítulo da nossa história. Estamos Prontos para os próximos 25 anos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A jornada que nos trouxe até aqui nos enche de satisfação, mas é o que vem pela frente que nos move. Cada colaborador desta companhia tem um papel essencial na construção desse futuro. Nossa inquietação e nossa capacidade de execução continuarão nos guiando. Agradeço aos nossos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação. Juntos, seguiremos transformando o *onshore* brasileiro e elevando a PetroReconcavo a um novo patamar de excelência e crescimento.

José Firmo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. A PetroReconcavo

3.1. Visão Geral

Com 25 anos de história, a PetroReconcavo se destaca como pioneira no Brasil na operação, desenvolvimento e revitalização de campos maduros em bacias terrestres de petróleo e gás. Sua expertise é comprovada por alta performance em controle de custos e eficiência operacional. Técnicas como recuperação secundária por injeção de água, verticalização de serviços e gestão integrada de atividades são empregadas para otimizar a produção e garantir a sustentabilidade das operações, gerando um impacto positivo em milhares de vidas.

Com um forte compromisso com o desenvolvimento social, a PetroReconcavo promove iniciativas que beneficiam as comunidades onde atua. Ao longo de sua trajetória, a empresa construiu uma reputação sólida junto a clientes, órgãos reguladores, fornecedores e colaboradores, sustentada pela competência de sua equipe altamente qualificada, composta por profissionais especializados e acionistas fundadores com vasta experiência no setor de petróleo e gás natural.

O portfólio da Companhia engloba concessões de petróleo e gás natural localizadas na Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe. As operações do Ativo Bahia tiveram início em 2000, quando a PetroReconcavo firmou um contrato de produção com cláusula de riscos com a Petrobras no Polo Remanso. Poucos anos depois, a empresa expandiu sua presença com a aquisição de cinco concessões adicionais do Polo BTREC.

No Ativo Potiguar, as operações da PetroReconcavo começaram em dezembro de 2019, com a aquisição dos campos do Polo Riacho da Forquilha através do programa de desinvestimento de ativos terrestres da Petrobras. O Ativo, atualmente, composto por 31 concessões de petróleo e gás e três blocos exploratórios, está estrategicamente localizado a 50 km ao sul de Mossoró e cobre uma área significativa da Bacia Potiguar.

Também no programa de desinvestimento de ativos da Petrobras, em dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 100% da participação do Polo Miranga, hoje composto por 8 concessões, e 100% da participação do Polo Remanso, hoje composto por 11 concessões, este último que a Companhia já operava desde 2000.

Em fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu a Maha Energy Brasil Ltda. (atualmente denominada SPE Tieta Ltda), com os campos de Tartaruga (75% de participação), localizado na Bacia de Sergipe, e de Tiê e 5 blocos exploratórios localizados na Bacia do Recôncavo (100% de participação).

Com um modelo de negócios sólido e em constante evolução, a PetroReconcavo segue expandindo sua presença no setor de petróleo e gás, consolidando-se como referência na operação de campos maduros no *onshore* brasileiro. Combinando novas tecnologias, eficiência, disciplina financeira e responsabilidade socioambiental, a Companhia reafirma seu compromisso com a geração de valor para seus acionistas, colaboradores e comunidades onde atua, impulsionando o desenvolvimento setor de E&P do país.

3.2. Portifólio de Ativos

O portfólio da Companhia é composto pelos Ativos Bahia e Potiguar, localizados em três diferentes bacias sedimentares terrestres (bacia do Recôncavo, Potiguar e Sergipe). O Ativo Potiguar é composto por 31 concessões, sendo duas delas operadas por parceiro, e três Blocos Exploratórios. Já o Ativo Bahia é composto por 26 concessões operadas, e cinco Blocos Exploratórios.

3.3. Relatório de Reservas

Em 19 de março de 2025, a Companhia divulgou a certificação de reservas, com data base de 31 de dezembro de 2024, elaborado pela certificadora independente Netherland, Sewell & Associates, Inc. – NSAI.

As reservas brutas de participação Provadas + Prováveis (2P) da Companhia certificadas pela NSAI no Relatório de Reservas com data base de 31 de dezembro de 2024, totalizam 183,8 milhões de barris de óleo equivalente e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

um valor presente líquido (PV10) de US\$ 2,7 bilhões. Esta certificação inclui as reservas dos campos que compõem os Ativos Potiguar e Bahia.

Com um PV10 no valor de US\$ 2,7 bilhões, as reservas brutas de participação Provadas (1P) correspondem a 79% das Reservas 2P e 6 milhões de barris são classificados como reservas provadas desenvolvidas em produção (PDP).

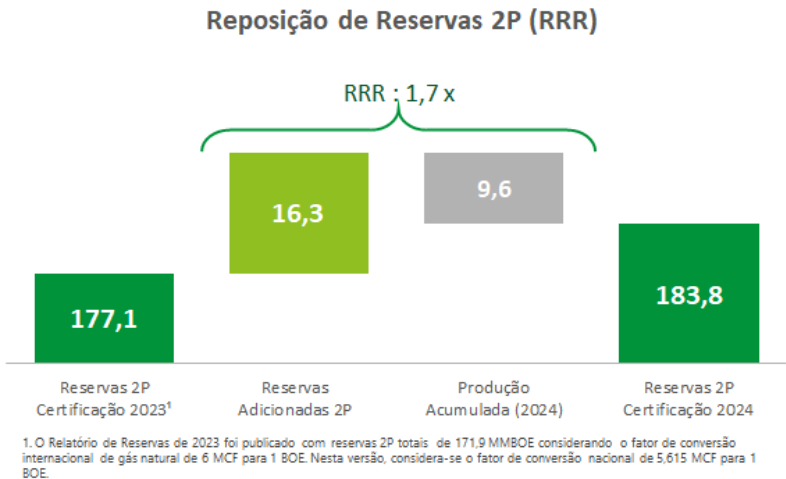
Reservas de Participação da Companhia (Working Interest) em 31/dez/2024			
Reservas	Petróleo (MMBL)	Gás (BCF¹)	Barris Equiv. (MMBOE²)
Ativo Bahia	41,3	265,1	88,5
Ativo Potiguar	39,6	98,7	57,2
Provadas (1P)	81,0	363,8	145,8
Ativo Bahia	50,4	327,6	108,7
Ativo Potiguar	53,6	120,4	75,1
Provadas + Prováveis (2P)	104,0	448,0	183,8

1. Bilhões de pés cúbicos

2. Milhões de barris equivalentes de óleo

Fator de conversão de BCF para MMBOE: 5,615

A taxa de reposição de reservas (“RRR”) na certificação de reservas de 2024 foi de 1,7x, conforme gráfico abaixo:



4. Mercado de Óleo e Gás

4.1. Desempenho do Setor

Em 2024, a produção total de petróleo e gás natural no Brasil atingiu 1,6 bilhão de barris de óleo equivalente (boe), permanecendo estável em relação à produção de 2023. Em relação ao petróleo, a produção somou 1,2 bilhão de barris, ficando 1,3% abaixo de 2023, quando atingiu 1,2 bilhão de barris. Já a produção de gás natural totalizou 352 milhões barris equivalentes de óleo (boe), apresentando um crescimento de 2% frente ao volume registrado no ano anterior (344 milhões de boe).

O pré-sal manteve sua predominância na produção nacional, respondendo por 78,3% do total produzido, consolidando-se como o principal vetor de crescimento do setor. O pós-sal representou 16,3%, enquanto a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

produção *onshore* teve uma participação de 5,4%.

A produção terrestre de petróleo e gás natural cresceu 8,92% em 2024, refletindo o avanço operacional em determinados ativos *onshore*. Vale destacar ainda que, entre os ativos terrestres, o campo de Tiê, operado pela Companhia, destacou-se por concentrar 5 dos 10 poços terrestres de petróleo com maior produção no mês de dezembro. A demanda por petróleo e gás natural no Brasil manteve-se sólida, impulsionada pelo crescimento econômico, ampliação da infraestrutura e avanços regulatórios.

4.2. Acontecimentos Relevantes no Setor

Em 2024, o preço do barril de petróleo permaneceu volátil, iniciando o ano a US\$ 77/bbl e atingindo um pico de US\$ 88/bbl em abril. Esse movimento foi impulsionado pelos cortes de produção da OPEP+ e pela intensificação dos conflitos no Oriente Médio, que elevaram as preocupações sobre a oferta da commodity.

No entanto, ao longo do ano, houve uma desaceleração no crescimento da demanda do petróleo, que no primeiro semestre atingiu os menores níveis desde 2020, devido à rápida desaceleração da economia da China, o que deve continuar a ocorrer em 2025. Com isso, o preço do petróleo bruto Brent encerrou o ano em US\$ 74,64/bbl, queda de 1,4% em relação ao preço fechamento de 2023.

A cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real brasileiro apresentou alta volatilidade e variação com tendência de alta por quase todo o ano, resultando em uma desvalorização acentuada do Real. No fechamento de 2023, o Dólar estava cotado a R\$ 4,84, encerrando 2024 em R\$ 6,19, valorização de 28%.

5. Principais Eventos do Período

- Em 11 de outubro, a agência de classificação de risco de crédito Moody's Local Brasil publicou relatório atribuindo à Companhia o Rating Corporativo de AA.br, com perspectiva estável. Esse mesmo rating foi replicado para a 2ª Emissão de Debêntures da Companhia;
- Em 21 de outubro foi liquidada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries para distribuição pública, com valor total de emissão de R\$ 650 milhões;
- Em 24 de outubro, a Companhia efetuou o pré-pagamento da dívida sindicalizada de US\$ 126 milhões que havia sido contratada em setembro de 2022 para pagamento da dívida referente à aquisição do Polo Riacho da Forquilha;
- Em 31 de outubro, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o *Final Investment Decision* da UPGN Miranga, com capacidade de processamento de 950 mil m³/d, com possibilidade de expansão para 1,5 milhão m³/dia. O projeto tem previsão de início de execução no primeiro semestre de 2025, com início de operação até o final de 2027;
- Em 31 de outubro, a Companhia assinou três Memorandos de Entendimento (MoUs): Ultracargo Logística S.A.; Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP; Terminais Marítimos do Brasil S.A. – TM; Shell Western Supply and Trading Ltd. e Shell Trading Brasil Ltda., para cooperação para desenvolvimento de novas rotas de escoamento, bem como, soluções comerciais para venda do petróleo produzido nos ativos Bahia e Potiguar.
- Em 07 de novembro, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos no montante de R\$ 379 milhões em forma de dividendos (R\$1,29 por ação) pagos em 26 de novembro de 2024;
- Em 18 de dezembro, a Companhia firmou um acordo de parceria vinculante com a Brava Energia S.A. para a aquisição de 50% da infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural na Bacia Potiguar. A transação inclui as UPGNs II e III, com capacidade total de 3 milhões m³/dia, o Gasoduto Livramento/Guamaré e as Esferas de GLP, no Rio Grande do Norte. O valor previsto é de US\$ 65 milhões, sendo 35% na assinatura dos acordos definitivos e o restante no fechamento, condicionado ao cumprimento das exigências contratuais.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia anunciou a alteração de seu auditor independente, conforme exigido pela Instrução CVM 23/21. A partir da revisão das contas referentes ao primeiro trimestre de 2025, as contas da Companhia passarão a ser auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
- Em 25 de fevereiro, a Companhia assinou aditivos aos Contratos para Venda do Petróleo Cru produzido pela Companhia na Bacia Potiguar junto à 3R Potiguar S.A., subsidiária da Brava Energia S.A.. Tais aditivos trazem um caráter de compartilhamento de riscos e *upsides* com base em condições de preço de mercado, dando mais sustentabilidade à relação entre as partes, ao mesmo tempo em que garantem à Companhia flexibilidade na comercialização da sua produção de petróleo oriunda da Bacia Potiguar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Operacional

6.1. Produção

A produção média registrada em 2024 foi de 26,3 mil boe/dia, aumento de 1% em relação a 2023, ficando 4,9% e 7,6% abaixo da produção média 1P e 2P da certificação de reservas 2023 respectivamente. A produção do trimestre foi de 26,3 mil boe/dia, estável em relação ao trimestre anterior, sendo a produção média composta por 57,9% de óleo e 42,1% de gás.

A produção dos primeiros meses de 2024 foi substancialmente impactada pela paralisação da produção de petróleo e gás natural, ocorrida em dezembro de 2023, decorrentes de problemas ocorridos no Ativo Industrial de Guamaré, naquele momento, que interrompeu o escoamento da produção. A parada total da produção por 12 dias em dezembro de 2023 resultou no aumento das falhas nos equipamentos, levando a um maior número de ações corretivas e à necessidade de mais reparos nos poços, o que desencadeou uma postergação do programa de *workovers*. Além disso, eventos climáticos extremos ao longo do primeiro semestre impactaram negativamente a produção, colaborando para o maior número de falhas elétricas.

Com a necessidade de direcionar as sondas para esses reparos, o programa de *workovers* foi intensificado a partir de maio, resultando em uma execução projetos de *workover* abaixo do estimado para o ano de 2024 na certificação de reservas de 2023.

Para mitigar estes efeitos, em novembro a Companhia contratou mais duas sondas de *workover* para fortalecer sua capacidade de execução. Em 2024, foram concluídos 212 projetos de *workovers*, 7,4% abaixo do projetado na certificação de reservas 2P.

Produção (boe/dia)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Óleo	8.506	8.580	-1%	8.401	1%	8.860	9.172	-3%
Gás	4.822	4.748	2%	4.346	11%	4.813	4.517	7%
Ativo Potiguar	13.328	13.328	0%	12.747	5%	13.674	13.688	0%
Óleo	7.040	6.583	7%	6.177	14%	6.461	5.997	8%
Gás	5.933	6.460	-8%	6.467	-8%	6.197	6.275	-1%
Ativo Bahia	12.973	13.043	-1%	12.644	3%	12.658	12.272	3%
Óleo	15.545	15.163	3%	14.578	7%	15.321	15.169	1%
Gás	10.755	11.209	-4%	10.813	-1%	11.011	10.792	2%
Total	26.300	26.372	0%	25.391	4%	26.332	25.960	1%

Ativo Bahia

Em 2024, o Ativo registrou produção média de 12,7 mil boe/dia, aumento de 3% na comparação anual, com destaque para intensificação no desenvolvimento de produção no campo de Tiê, que na média, apresentou aumento de 57% em sua produção, em função da otimização dos poços existentes, bem como da perfuração de novos poços, três já operacionais em 2024 (TIE-011, TIE-12 e TIE-009). O poço TIE-013 iniciou produção em 29 de dezembro de 2024 e em janeiro de 2025 constava como o 3º melhor poço produtor no *onshore* brasileiro.

No trimestre, a produção do Ativo Bahia foi de 13,0 mil boe/dia, queda de 1% em relação ao trimestre anterior. A produção de óleo apresentou aumento de 7% devido a entrada em operação de novos poços em Tiê, mitigado pela redução de 8% na produção de gás natural em função de falhas de bombas em poços de alta produção de gás em Miranga e Jacuípe, além de uma parada para manutenção corretiva em gasoduto de terceiro em novembro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ativo Potiguar

Em 2024, o Ativo registrou produção média de 13,7 mil boe/dia, estável na comparação anual. Conforme citado acima, a produção sofreu efeitos significativos das paradas do Ativo Industrial de Guamaré em dezembro de 2023. Além disso, no ano, houve um alto número de falhas de poços, que foram mitigados pela campanha de *workovers* realizada mais fortemente a partir de maio de 2024.

No trimestre a produção do Ativo Potiguar foi de 13,3 mil boe/dia, mantendo estabilidade em relação ao trimestre anterior, resultante de falhas em poços de alta vazão, em novembro, e paradas programadas para inspeção de vasos, em dezembro, que foram compensados pelos trabalhos de *workover* realizados no trimestre.

6.2. Sondas e Serviços (RSO)

A Companhia dispõe de uma frota de sondas ampla e diversificada, garantindo o suporte ao desenvolvimento de suas reservas e mitigando riscos relacionados às oscilações de preço e escassez do mercado *onshore*. Em 2024, a frota média em operação foi composta por treze sondas de *workover*, além de termos finalizado o ano com três sondas próprias de perfuração.

No primeiro semestre de 2024, grande parte das sondas de *workover* foi direcionada para a realização de projetos de *wellservice*, em função do aumento do número de falhas. A partir de maio, a Companhia intensificou a realização de projetos de *workover* e, em novembro, contratou duas sondas terceirizadas, totalizando quinze sondas de *workover* em operação: doze próprias, uma alugada e duas terceirizadas, distribuídas entre os Ativos Bahia (sete sondas) e Potiguar (oito sondas).

Em julho de 2024, a Companhia completou sua frota de perfuração com a chegada e início de operação da sonda PR-14. Suas operações tiveram início com a perfuração de dois poços em Tiê, entre os meses de agosto e outubro. Além disso, a sonda executou a perfuração mais profunda já realizada pela Companhia, atingido 3.560 metros de profundidade, no Campo de Biriba. A chegada da PR-14 representa um marco importante para a PetroReconcavo, expandindo os horizontes de exploração e produção, com a possibilidade de realizar perfurações mais profundas, direcionais, com mais tecnologia e de maneira segura e eficiente.

A PR-21 executou, ao longo dos cinco primeiros meses de 2024, cinco perfurações no Ativo Potiguar todas nos campos do Complexo Sabiá. Em junho, a sonda foi deslocada para o Espírito Santo, onde prestou serviços à Seacrest Petróleo, executando 10 poços ao longo de quatro meses. No quarto trimestre, retornou ao Ativo Potiguar, onde concluiu dois poços no Complexo Sabiá e um em Paturi, já em produção, além de mais dois poços – um em Sabiá da Mata e outro em Janduí – que entraram em produção em janeiro e fevereiro, respectivamente.

A PR-04 perfurou seis poços no Ativo Potiguar durante o primeiro semestre – todos em Riacho da Forquilha, além de um poço em Tiê. Em julho, a sonda se deslocou para prestação de serviço em Alagoas, onde realizou a perfuração de dois poços para a Origem Energia. Em novembro, a sonda retornou para o Ativo Bahia, onde perfurou um novo poço no Campo de Tiê.

No total, ao longo de 2024, a companhia executou 212 *workovers* e 21 perfurações.

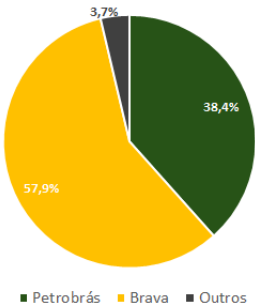
6.3. Comercialização

Petróleo

As vendas do petróleo produzido nos estados da Bahia e de Sergipe foram realizadas para a Petrobras, Dax Oil, entre outros, conforme contratos vigentes. No estado do Rio Grande do Norte, o petróleo produzido foi comercializado com a Brava Energia, Dax, Origem, Gran Oil, Química Peixoto e Biomazza.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Venda de Petróleo 2024 (%)



O preço médio de venda de petróleo foi de US\$ 68,55 e US\$73,57 por barril, representando 91,7% e 91,1% do valor de referência do Brent, no trimestre e no ano, respectivamente.

Preço Médio Realização Petróleo		4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Líquida excluindo efeito do hedge	(R\$ Mil)	567.669	565.253	0%	538.404	5%	2.215.816	2.081.076	6%
Volume Entregue	Mbbl	1.419	1.386	2%	1.388	2%	5.586	5.537	1%
Preço Médio Realização	(R\$/bbl)	400,10	407,90	-2%	387,90	3%	396,68	375,87	6%
Preço Médio Realização	(US\$/bbl)	68,55	73,50	-7%	78,31	-12%	73,57	75,26	-2%

Com o propósito de desenvolver novas rotas de escoamento de petróleo, a Companhia firmou três Memorandos de Entendimento (MoUs) estratégicos com a Ultracargo Logística, a Terminais Marítimos do Brasil (Dislub Equador), a Shell Western Supply and Trading Limited e a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O MoU com a Ultracargo tem como foco a realização de estudos técnicos sobre a logística de escoamento e armazenagem de petróleo nos portos de Aratu (BA) e Suape (PE). Por sua vez, o acordo com a Dislub Equador e a CIPP busca soluções para escoar o petróleo do Ativo Potiguar pelo Porto de Pecém (CE), contemplando uma estrutura temporária e a integração com a infraestrutura de tancagem e armazenamento do CIPP.

O MoU firmado com a Shell estabelece uma cooperação técnica e comercial para a criação de um plano logístico voltado ao mercado do petróleo produzido na Bahia e no Rio Grande do Norte, identificando as melhores rotas e oportunidades de comercialização. Esses acordos representam um avanço significativo no plano de resiliência operacional da PetroReconcavo, viabilizando o desenvolvimento de novas rotas e condições comerciais que ampliam o acesso a novos mercados.

Gás Natural

Em julho de 2024, a Companhia começou a processar gás natural na UTG São Roque, passando então a realizar a entrega do gás natural no ponto de entrega da Bahiagás, localizado nas proximidades da Estação São Roque, no estado da Bahia.

Além disso, a Companhia assinou com a Petrobras aditivo ao contrato de processamento da UTG Catu, estendendo o período contratual por mais 3,5 anos (até o final de 2027, o que coincide com a data prevista para o início de operação da UPGN Miranga), preservando a capacidade de processamento atualmente contratada e otimizando a tarifa de processamento.

A Companhia iniciou um projeto para a construção de uma nova UPGN no Polo Miranga, que terá capacidade de processamento de 950 mil metros cúbicos por dia (m³/d), com possibilidade de expansão para 1,5 milhão m³/d, com investimento estimado em US\$ 60 milhões. A UPGN Miranga permitirá a verticalização completa das atividades de *midstream* na Bahia, reduzindo a dependência de terceiros para o processamento de sua produção.

Para os campos de Tartaruga e Tiê, localizados nos estados de Sergipe e Bahia, respectivamente, a Companhia manteve contratos de comercialização da produção de gás natural rico com as empresas CDGN e Brasil GTW, uma vez que estes campos ainda não estão conectados à infraestrutura de escoamento e processamento, não

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

podendo, desta forma, serem comercializados aos clientes interligados à malha de distribuição ou transporte. A Companhia construiu, no mês de fevereiro de 2025, um gasoduto que permitirá a interligação do campo de Tiê ao gasoduto de Miranga e, conseqüentemente, à UTG Catu, e atualmente aguarda a emissão de licença ambiental para entrada em operação.

O preço médio de realização do gás rico entregue foi de US\$ 8,77 e US\$ 9,59 por MMBTU, representando 11,74% e 11,87% do valor de referência do Brent, no trimestre e no ano, respectivamente.

Preço Médio Realização Gás		4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Líquida	(R\$ Mil)	276.404	291.604	-5%	216.447	28%	1.138.808	1.001.495	14%
Volume Entregue	Mm3	144.692	147.424	-2%	121.323	19%	590.419	522.373	13%
Preço Médio Realização	(R\$/Mm3)	1,91	1,98	-3%	1,78	7%	1,93	1,92	1%
Preço Médio Realização	(US\$/MMBTU)	8,77	9,55	-8%	9,66	-9%	9,59	10,29	-7%

Gás Seco

A Companhia encerrou o ano com contratos de demanda firme para volumes com entregas de, aproximadamente, 1.430 mil m³/dia para distribuidoras estaduais de gás natural na região Nordeste. Para o ano de 2025, o volume contratado é de 1.530 mil m³/dia, com isso, aproximadamente 87% da produção de gás média em 2024 (equivalente a 37% da produção total) está vinculada a contratos de longo prazo, que incluem cláusulas de preço mínimo e máximo ou preço fixo. Esse modelo contratual atua como um hedge natural para a Companhia, garantindo previsibilidade e proteção contra oscilações no preço do Brent.

Em julho, a Companhia assinou aditivo contratual com a Bahiagás, de forma a endereçar as entregas realizadas diretamente na UTG São Roque. Especificamente para este ponto de entrega, o modelo contratual passa a não contar mais com a Parcela do Processamento em sua formulação, e, com isso, a venda da molécula passa a contar com uma margem adicional para o gás entregue, possibilitando ganhos comerciais além dos já mencionados ganhos nos custos operacionais da UTG SRO.

Em agosto, a PetroReconcavo lançou a RECVTrade, sua plataforma de comercialização de gás natural. Através dessa plataforma, os clientes da Companhia podem realizar a programação do suprimento de gás, incluindo operações no mercado spot. Desde sua implementação, 15 clientes já foram cadastrados, dos quais sete utilizam ativamente a ferramenta. A partir de 2025, a Companhia passará a realizar leilões de excedentes de gás por meio da RECVTrade, aprimorando a eficiência na gestão da produção e comercialização de gás natural.

Líquidos de Gás Natural

Em 2024, a produção de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) do Ativo Potiguar foi comercializada com as distribuidoras Nacional Gás Butano e Supergasbras, enquanto o C5+ foi comercializado com a Brava Energia, ambos na saída da UPGN Guamaré. Já o volume de condensado bruto produzido na Bahia (C3+) foi comercializado com a Petrobras, na saída da UTG Catu.

7. Performance Financeira

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Líquida	843.376	850.189	-1%	689.006	22%	3.264.554	2.814.361	16%
Custos e Despesas	(378.647)	(352.394)	7%	(384.998)	-2%	(1.396.876)	(1.298.377)	8%
Royalties	(61.762)	(58.393)	6%	(57.272)	8%	(224.642)	(237.840)	-6%
EBITDA	402.967	439.402	-8%	246.736	63%	1.643.036	1.278.144	29%
Depreciação, Amortização e Depleção	(159.742)	(202.998)	-21%	(166.796)	-4%	(694.816)	(598.327)	16%
Lucro Operacional	243.225	236.404	3%	79.940	204%	948.220	679.817	39%
Resultado Financeiro Líquido	(257.261)	(40.324)	538%	35.714	n.m.	(584.815)	49.012	n.m.
Impostos Correntes	(3.432)	(4.316)	-20%	(25.639)	-87%	(11.188)	(32.666)	-66%
Impostos Diferidos	49.912	(32.924)	n.m.	96.672	-48%	85.281	12.775	568%
Lucro Líquido	32.444	158.840	-80%	186.687	-83%	437.498	708.938	-38%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida em 2024 foi de R\$ 3,3 bilhões, 16% maior que 2023, e de R\$ 843 milhões no trimestre, queda de 1% em relação ao trimestre anterior.

Receita Líquida (R\$ Mil)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Líquida com Petróleo - Ativo Bahia	268.103	258.315	4%	232.806	15%	979.677	854.212	15%
Receita Líquida com Petróleo - Ativo Potiguar	299.567	306.938	-2%	305.598	-2%	1.236.140	1.226.863	1%
Instrumentos financeiros derivativos	(5.234)	(30.735)	-83%	(65.845)	-92%	(127.212)	(268.209)	-53%
Receita Líquida com Petróleo	562.435	534.518	5%	472.559	19%	2.088.605	1.812.868	15%
Receita Líquida com Gás natural e subprodutos	276.403	291.604	-5%	216.447	28%	1.138.807	1.001.494	14%
Receita Líquida com Serviços	4.537	24.068	-81%	-	n.m.	37.142	-	n.m.
Receita Líquida Total	843.376	850.189	-1%	689.006	22%	3.264.554	2.814.361	16%

A Receita Líquida com petróleo apresentou aumento de 15% e 5% em relação ao ano e ao trimestre anterior, respectivamente. Esses aumentos são resultado, principalmente, da redução dos efeitos dos hedges de petróleo, tanto no ano quanto no trimestre e do aumento da taxa de câmbio, parcialmente mitigados pela redução no preço do petróleo tipo Brent.

A Receita Líquida com gás apresentou aumento de 15% e redução de 5% em relação ao ano e ao trimestre, respectivamente, principalmente influenciados pela variação da produção que, no ano, teve um aumento de 2% devido às paradas de produção no 4T23, queda de 4% no trimestre, em relação ao 3T24, devido a paradas para manutenção de vasos no ativo Bahia.

A Receita Líquida com prestação de serviços no seguimento de RSO foi de R\$ 37,1 milhões no ano em função da prestação de serviços de perfuração para terceiros. No trimestre a receita foi de R\$ 4,5 milhões resultante de valores remanescente da prestação de serviços de perfuração realizados no trimestre anterior.

No trimestre, foram liquidados contratos de hedge com volume de 72 mil barris de petróleo, ao preço médio de US\$ 59,43/bbl. O impacto negativo de instrumentos financeiros derivativos foi 83% menor na Receita Líquida, quando comparado ao trimestre anterior, e 53% menor quando comparado ao ano anterior, marcando o fim dos hedges de *Non Deliverable Forward*.

7.1.1. Hedge de Petróleo

Para mitigar o risco de variação nos preços das commodities, a Companhia avalia continuamente a possibilidade de realizar operações de hedge na produção futura de petróleo, visando aumentar a previsibilidade e proteger o fluxo de caixa futuro. No trimestre, os contratos a termo de *commodity*, *Non-Deliverable Forward* (NDF), relativos ao processo de aquisição do Ativo Potiguar para gerir o risco de preço, foram encerrados. Atualmente, a Companhia possui contratos de hedge no formato de *Zero Cost Collar*.

Os contratos do tipo *Zero Cost Collar* (ZCC) são caracterizados por não exigirem desembolso inicial. Eles oferecem uma estratégia de proteção contra flutuações de preços da *commodity*, utilizando opções de compra (Call) e de venda (Put) do *Brent*, que definem um intervalo de preços e limitam as perdas e ganhos potenciais.

Contabilmente, a avaliação desses contratos é realizada através de instrumentos financeiros, com uma marcação a mercado positiva ou negativa. No entanto, na prática, se a curva do Brent seguir a curva futura e estiver dentro dos limites do *Collar*, a Companhia não terá desembolso nem recebimento efetivo de caixa no vencimento destes contratos.

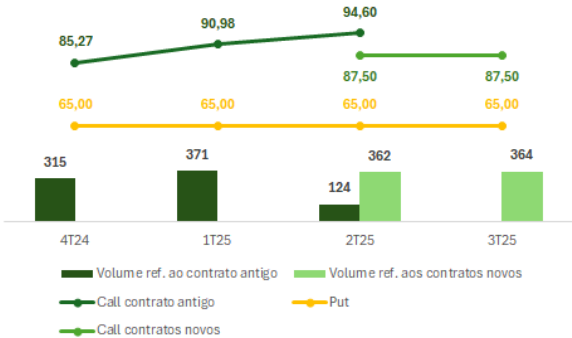
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha os seguintes contratos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ZCC	Preço médio (US\$/bbl)		Quantidade	Valor justo
Em 31/12/2024	Put	Call	bbl	R\$ Mil
Menos de 3 meses	65,00	90,98	371.000	145
De 3 a 6 meses	65,00	94,60	124.000	430
De 6 a 12 meses	-	-	-	-
Total	65,00	91,89 *	495.000	575

* Strike médio dos contratos a termo ainda não liquidados em 31/dezembro/2024.

Em janeiro de 2025, foram contratados volumes adicionais de hedge do tipo ZCC que passarão a ter efeito a partir de abril, conforme gráfico abaixo:



O volume médio total de barris *hedgedos* para os primeiros nove meses de 2025 é de aproximadamente 4.473 boe/dia, representando cerca de 17% da produção média total e de a 29% da produção média de petróleo da Companhia em 2024.

7.2. Custos e Despesas operacionais

Custos e Despesas (R\$ Mil)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Pessoal	69.569	74.291	-6%	79.753	-13%	274.271	275.275	0%
Serviços e Materiais	175.324	151.932	15%	119.485	47%	553.842	395.910	40%
Energia Elétrica	18.196	18.441	-1%	16.929	7%	72.093	77.230	-7%
Vendas	-	3.048	n.m.	31.639	n.m.	3.940	40.495	-90%
Outros Custos e Despesas	17.617	2.139	724%	28.486	-38%	73.920	36.083	105%
Custos de Midstream	97.941	102.543	-4%	108.706	-10%	418.810	473.384	-12%
Compra/Swap de gás	19.082	17.075	12%	19.546	-2%	61.951	98.194	-37%
Escoamento de gás	3.543	3.957	-10%	5.203	-32%	18.713	23.896	-22%
Processamento de gás	48.286	52.073	-7%	42.535	14%	219.741	183.152	20%
Transporte de gás	27.030	29.438	-8%	41.422	-35%	118.405	168.142	-30%
Custos e Despesas Totais	378.647	352.394	7%	384.998	-2%	1.396.876	1.298.377	8%

Os Custos e Despesas no trimestre foram de R\$ 379 milhões, aumento de 7% em relação ao trimestre anterior. No ano os Custos e Despesas foram de R\$ 1,4 bilhão, aumento de 8% em relação a 2023. A variação dos Custos e Despesas pode ser explicada por:

Pessoal: redução de 6%, quando comparado ao trimestre anterior, uma vez que o 3T24 sofreu impacto em função de atualização de provisões para pagamento de acordo coletivo referente ao ano de 2024. No ano, a rubrica de pessoal se manteve estável;

Serviços e materiais: aumento de 15% em relação ao trimestre anterior, em função, principalmente, do aumento nos gastos com reparo de poços por conta do maior número de falhas e quebras no período, gerando um aumento de R\$ 12,6 milhões no trimestre.

Aumento de 40% em relação a 2023, em função, principalmente, de aumentos nos custos: (i) com transporte de óleo, principalmente, por conta do crescimento da produção no campo de Tiê, que ainda não tem escoamento por oleoduto (+R\$ 4,0 milhões), (ii) com reparo de poços, devido a aumento na quebra de poços no período (+R\$ 20,6 milhões); (iii) com integridade de ativos associados ao plano de resiliência operacional (+R\$34,6 milhões), e;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(iv) custos associados à prestação de serviços externos das duas sondas de perfuração que operaram para terceiros ao longo do ano.

Adicionalmente, ocorreram despesas com serviços de consultorias para os projetos de eficiência no montante de R\$ 11,9 milhões em 2024, dos quais R\$ 7,7 milhões foram desembolsados no 4T24.

Energia elétrica: redução de 1% em relação ao trimestre anterior. No comparativo anual a energia elétrica reduziu 7% devido a gestão mais eficiente de energia no polo de Miranga, que passou a ser internalizada ao longo do ano;

Vendas: no trimestre não houve despesas nesta rubrica. Em 2024, as despesas foram de R\$ 3,9 milhões, 90% abaixo do valor do ano anterior em função das despesas de logística e armazenamento do petróleo produzido no ativo Potiguar, devido à parada da refinaria Clara Camarão, que, somente no 4T23 somaram R\$ 31,6 milhões.

Custos com *midstream* (compra, escoamento, processamento e transporte de gás natural): Em 2024, houve uma redução de 37% nos custos com compra de gás, uma vez que, em 2023 foi necessário comprar um volume acima da média para suprir contratos de gás durante as paradas que aconteceram no ativo Potiguar. Houve um aumento em relação ao 3T24 devido ao maior volume de compra de *Swap* de Gás. Os custos com processamento de gás natural cresceram 20% em relação ao ano anterior devido ao fato de não ter ocorrido processamento de gás na Bahia nos dois primeiros meses de 2023, quando ainda vigorava os contratos de *Swap de Gás* com a operadora da UPGN. Na comparação trimestral, houve queda de 7%, refletindo ganhos de eficiência com a UTG São Roque, além de, otimizações das tarifas de processamento com a UTG Catu e a UPGN Guamaré. Os custos com transporte reduziram 30% e 8% versus o ano e o trimestre anteriores, respectivamente, devido principalmente à redução do volume gás natural transportado, uma vez que o gás processado na UTG São Roque é entregue diretamente para a Bahiagás;

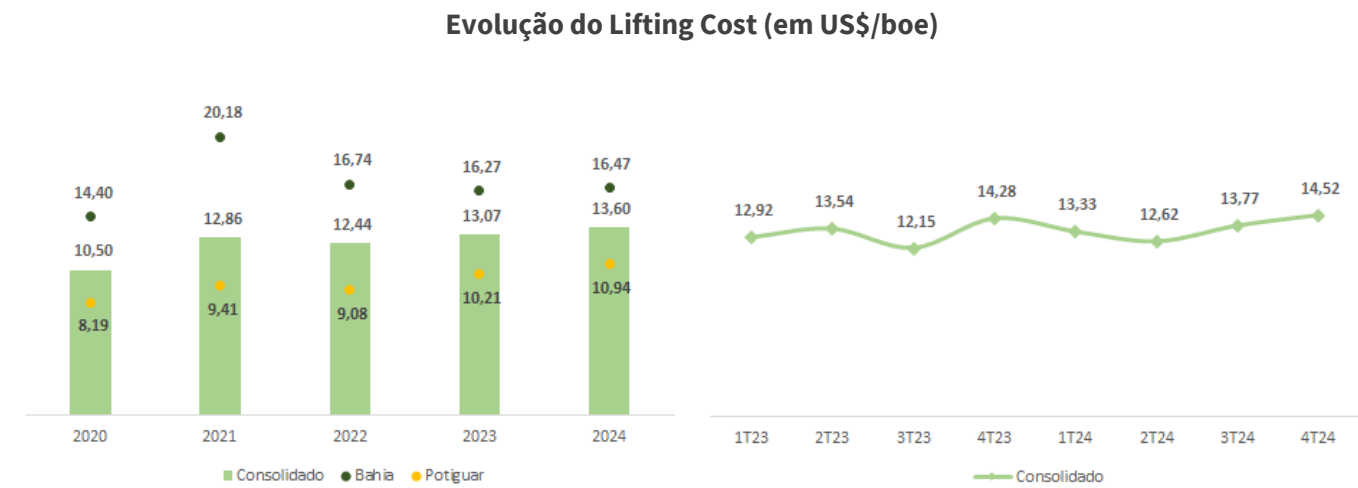
Outros custos e despesas: aumento de R\$ 15,5 milhões na comparação trimestral e de R\$ 37,8 milhões na comparação anual. No trimestre, o aumento se deve ao fato de parte da receita de prestação e serviços entrar nessa linha, assim, no 3T24, esta linha foi reduzida por uma receita de R\$ 14,2 milhões. Na comparação anual, além do efeito mencionado anteriormente, há também o impacto da provisão de *earn-out* a ser pago à Maha, decorrente da pela compra do campo de Tiê, no valor de R\$ 22,0 milhões. Por fim, os custos com licenciamento ambiental, sobretudo no Ativo Potiguar, aumentaram R\$ 8,1 milhões, devido, principalmente, a renovações de algumas licenças que ocorrem a cada três anos.

7.2.1. Lifting Cost

O cálculo do custo médio de produção (*lifting cost*) é a soma dos custos totais de produtos vendidos, ajustados pela movimentação dos estoques, excluindo-se os custos com vendas, aquisição, processamento, escoamento e transporte do gás, os royalties, a depreciação, a amortização e a depleção, além dos custos dos serviços prestados, dividido pela produção bruta total em boe.

O custo médio de produção do 4T24 foi de US\$ 14,52/boe, aumento de 5% em relação ao 3T24. Já o custo médio de produção foi de 2024 de US\$ 13,60/boe, aumento de 4% em relação a 2023, refletindo aumento dos custos, mencionado no tópico acima.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



7.2.2. Royalties

A Companhia contabilizou R\$ 224,6 milhões de *Royalties* no ano, redução de 6% em relação a 2023, em razão dos benefícios de redução de *royalties* sobre a produção incremental aprovados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, junto ao processo de extensão de determinadas concessões. No trimestre a Companhia contabilizou R\$ 61,8 milhões de *Royalties*, aumento de 6% na comparação trimestral, impulsionado pelo crescimento da produção no campo de Tiê, cuja alíquota é maior que a média.

7.3. EBITDA

O EBITDA, conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, foi de R\$ 1,6 bilhão no ano, aumento de 29% em relação a 2023. No trimestre, o EBITDA foi de R\$ 403,0 milhões, redução de 8% em relação ao 3T24.

7.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 585 milhões no ano, e negativo em R\$ 257 milhões no trimestre, em função, principalmente, do aumento na variação cambial dos passivos denominados em moeda estrangeira

Resultado financeiro (R\$ Mil)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receitas financeiras	11.999	12.304	-2%	19.726	-39%	50.552	65.949	-23%
Despesas financeiras	(88.611)	(70.989)	25%	(30.229)	193%	(240.844)	(108.873)	121%
Variações cambiais, líquidas	(180.649)	18.361	n.m.	46.217	n.m.	(394.523)	91.936	n.m.
Resultado financeiro, líquido	(257.261)	(40.324)	538%	35.714	n.m.	(584.815)	49.012	n.m.

Além disto, a Companhia dolarizou a dívida referente a 1ª e 2ª emissões de debêntures por meio de uma operação de *swap* cambial, cuja mensuração do valor justo é realizada trazendo a valor presente de mercado. Essa variação é registrada no resultado do exercício, no entanto, vale ressaltar que os efeitos da marcação a mercado da dívida não possuem efeito caixa, apenas contábil. Assim, excluídos os efeitos dessa marcação o Resultado Financeiro seria negativo em R\$ 210 milhões no ano, e negativo em R\$ 25 milhões no trimestre.

A Companhia tem por estratégia dolarizar suas dívidas, uma vez que quase a totalidade de suas receitas são denominadas em Dólares Norte-Americanos, buscando assim reduzir o risco de descasamento dos fluxos de caixa futuros.

As despesas financeiras, por sua vez, cresceram 25% no trimestre e 121% no ano devido ao aumento na dívida bruta da Companhia com as novas emissões de Debêntures, despesas associadas à liquidação antecipada de dívidas anteriores, bem como por conta do aumento nas taxas de juros brasileiras (Selic) e internacionais (SOFR).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.5. Lucro Operacional e Lucro Líquido

O Lucro Operacional do ano foi de R\$ 948 milhões, aumento de 39% em relação a 2023, e de R\$ 243 milhões no trimestre, aumento de 3% versus o trimestre anterior.

O Lucro Líquido contábil do ano foi de R\$ 437 milhões e de R\$ 32 milhões, no trimestre. Excluindo os efeitos cambiais da marcação a mercado (MTM) da dívida e os impostos diferidos referentes aos *swaps*, o Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 681 milhões no ano e de R\$ 182 milhões no trimestre, redução de 4% e aumento de 11% no ano e no trimestre, respectivamente.

Lucro Ajustado (R\$ Mil)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro Líquido	32.444	158.840	-80%	186.687	(1)	437.498	708.938	(0)
MTM	225.957	7.354	2973%	-	n.m.	368.840	-	n.m.
Imposto Diferido sobre MTM	(76.825)	(2.500)	2973%	-	n.m.	(125.406)	-	n.m.
Lucro Líquido Ajustado	181.575	163.694	11%	186.687	-3%	680.932	708.938	-4%

7.6. Fluxo de Caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro antes dos Impostos sobre o Lucro	(14.036)	196.080	n.m.	115.654	n.m.	363.405	728.829	-50%
Juros, Amortização de Captação e Variações Cambiais Líquidas	144.290	39.957	261%	(64.719)	n.m.	387.561	(81.818)	n.m.
Depreciação, Amortização e Depleção	159.742	202.998	-21%	166.796	-4%	694.816	598.327	16%
Contraprestação de parcela contingente de valores a pagar de aquisições	-	-	n.m.	-	n.m.	22.033	-	n.m.
Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos no Resultado	237.124	22.801	940%	65.890	260%	495.759	268.254	85%
Baixas do Imobilizado, de Arrendamentos e outras	136.840	59.362	131%	58.367	134%	319.182	235.195	36%
Outros Ajustes e Variações ao Lucro	15.471	7.246	114%	6.659	132%	78.067	21.369	265%
Variação de Ativos e Passivos	(8.420)	64.554	n.m.	36.096	n.m.	145.366	23.676	514%
Pagamento de Contratos de Hedge	(5.235)	(30.734)	-83%	(65.845)	-92%	(127.539)	(268.209)	-52%
Juros Pagos	(55.813)	(39.196)	42%	(6.704)	733%	(140.901)	(60.439)	133%
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(2.430)	(1.874)	30%	(4.007)	-39%	(18.622)	(73.378)	-75%
Variação do Caixa resultante das Atividades Operacionais	607.533	521.194	17%	308.187	97%	2.219.127	1.391.806	59%
Aquisição da SPE Tiêta, líquida do Caixa Recebido	-	-	n.m.	-	n.m.	-	(472.255)	n.m.
Aplicações Financeiras	313.769	129.235	143%	370.032	-15%	(417.179)	977.533	n.m.
Adições ao Imobilizado e Intangível	(464.663)	(253.470)	83%	(297.585)	56%	(1.185.407)	(1.366.449)	-13%
Variação do Caixa resultante das Atividades de Investimento	(150.894)	(124.235)	21%	72.447	n.m.	(1.602.586)	(861.171)	86%
Emissão de debêntures, líquidas dos custos de captação	648.457	-	n.m.	-	n.m.	1.746.027	-	n.m.
Adições, líquidas dos Custos de Captação	-	-	n.m.	-	n.m.	-	279.030	n.m.
Pagamento de Financiamentos, Arrendamentos e Aquisições	(881.618)	(384.623)	129%	(113.268)	678%	(1.475.806)	(690.362)	114%
Exercício de Opção de Ações	-	201	n.m.	490	n.m.	1.207	2.344	-49%
Integralização de Capital Subscrito, líquido do Custo para Emissão	-	-	n.m.	1	n.m.	495	260	90%
Caixa Líquido da Compra e Venda de Ações em Tesouraria	-	(2.863)	n.m.	-	n.m.	(14.124)	(4.055)	248%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos	(348.617)	(2)	n.m.	(149.153)	134%	(775.976)	(281.943)	175%
Variação do Caixa resultante das Atividades de Financiamento	(581.778)	(387.287)	50%	(261.930)	122%	(518.177)	(694.726)	-25%
Variações Cambiais sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	n.m.	-	n.m.	-	247	n.m.
Variação do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(125.139)	9.672	n.m.	118.704	n.m.	98.364	(163.844)	n.m.
Fluxo de Caixa Livre ³	142.870	267.724	-47%	10.602	1248%	1.033.720	25.357	3977%

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 2,2 bilhões no ano e R\$ 607 milhões no trimestre, aumento de 59% na comparação anual e de 17% em relação ao trimestre anterior, conforme desempenho operacional já mencionado.

³ Fluxo de Caixa Livre representada pelo Caixa Gerado nas Atividades Operacionais subtraído das Adições ao Imobilizado e Intangível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O caixa aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1,6 bilhão no ano e R\$ 151 milhões no trimestre, aumento de 86% e 21%, respectivamente, com uma combinação dos seguintes fatores:

- (i) adições ao imobilizado e intangível no montante de R\$ 1,2 bilhão em 2024, sendo R\$ 465 milhões no 4T24, principalmente em investimentos para desenvolvimento de novas reservas (R\$ 783 milhões no ano); e
- (ii) Resgates financeiros, líquidos de aplicações, no montante de R\$ 417 milhões no ano e no trimestre aplicação de R\$ 313 milhões.

O caixa resultante das atividades de financiamento foi de R\$ 518 milhões no ano e de R\$ 582 milhões no 4T24, principalmente devido à distribuição de dividendos no valor de R\$ 349 milhões líquido de impostos.

O Fluxo de Caixa Livre, representado pelo Caixa gerado nas atividades operacionais subtraído das Adições ao Imobilizado e Intangível, foi de R\$ 143 milhões no 4T24 e de R\$ 1.034 milhões em 2024.

7.7. Investimento

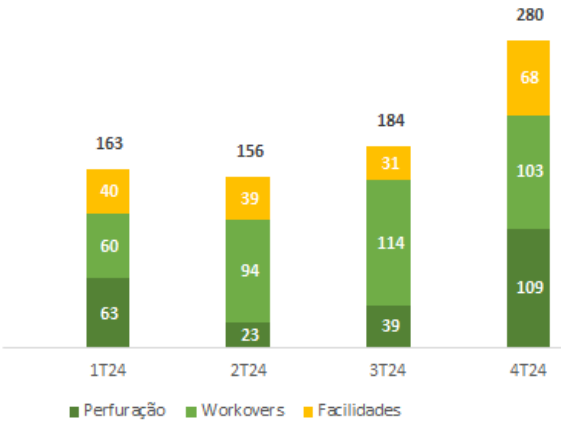
Os investimentos totalizaram R\$ 822 milhões, redução de 25% em relação ao ano anterior. Ao longo do ano, houve redução de R\$ 95 milhões do saldo do almoxarifado para inversões fixas. Com isso, houve um investimento no desenvolvimento de reservas no valor R\$ 783, montante 20% acima da certificação de reservas, em função da aceleração dos investimentos em perfuração no 4T24 quando, pela primeira vez na história, houveram três sondas de perfuração operando ao mesmo tempo nos campos da Companhia, incluindo a primeira campanha de perfuração de poços profundos com o início de operação da PR-14.

No trimestre, os investimentos totalizaram de R\$ 307 milhões, aumento de 62% em relação ao período anterior, em função da aceleração do programa de perfurações no último trimestre do ano.

Capex (R\$ Milhões)	1T24	2T24	3T24	4T24	2024
Desenvolvimento de Reservas	163	156	184	280	783
Almoxarifado para inversões fixas	(24)	(29)	(21)	(21)	(95)
Gastos exploratórios	0	-	-	0	0
Demais ativos fixos e intangíveis	21	37	27	48	133
Capex Total	160	165	190	307	822

Os valores investidos no desenvolvimento de reservas no trimestre somaram R\$ 280 milhões, aumento de 52% em relação ao 3T24, em função da aceleração do plano de perfurações mencionado anteriormente. Além disso, no 4T24 houve um aumento no investimento em facilidades relacionados aos investimentos no plano de resiliência (R\$ 19,1 milhões), ampliação do sistema de injeção de Tiê (R\$ 8,7 milhões), projetos de automação de poços em Miranga (R\$ 5,3 milhões).

Capital aplicado em projetos de desenvolvimento de reservas (R\$ Milhões)

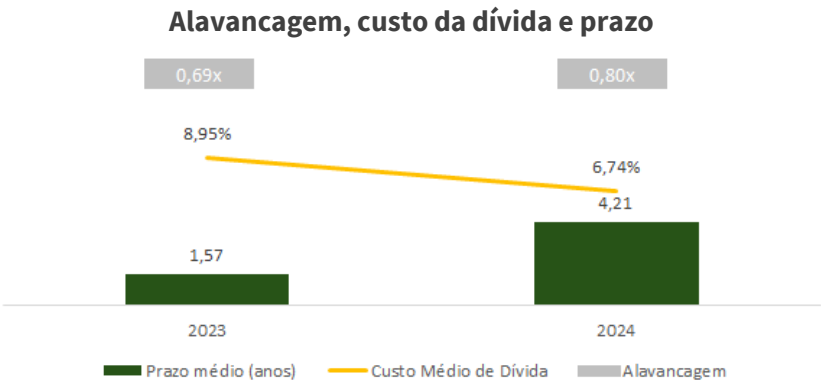


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os investimentos em demais ativos fixos e intangíveis somaram R\$ 48 milhões no trimestre, totalizando R\$ 133 milhões no ano, referentes principalmente a custos relacionados à aquisição da sonda de perfuração PR-14, novos *softwares*, especialmente referentes a implantação do ERP SAP S/4HANA na Companhia com *Go Live* em janeiro de 2025, e melhorias nas instalações administrativas e de estações.

7.8. Endividamento

Em outubro, a Companhia realizou sua 2ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 650 milhões, com obtenção do primeiro *rating* público em AA pela Moody’s Brasil, comprovando a solidez financeira e operacional da Companhia. A quase totalidade dos recursos provenientes da emissão, foi utilizada no pré-pagamento de uma dívida bancária anterior, trazendo redução significativa de custos e um alongamento dos vencimentos. A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 2,4 bilhões.



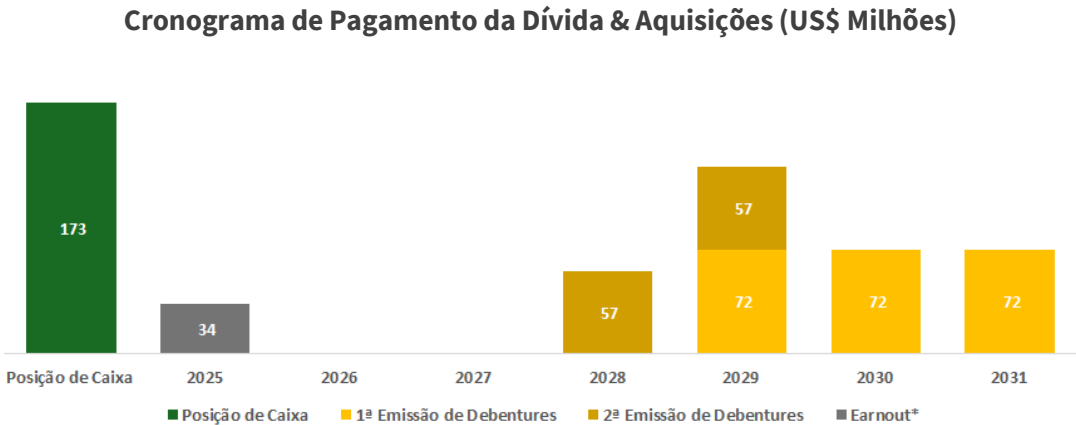
A Dívida Líquida da Companhia encerrou 2024 em R\$ 1,3 bilhão, aumento de 49% em relação ao saldo de 2023. A relação Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses, de 0,80x, e o prazo médio de 4,2 anos.

A maior parte dos recursos estão aplicados em fundos cambiais, a fim de mitigar impactos relacionados à variação cambial, uma vez que receita e o endividamento da Companhia estão atrelados ao dólar.

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Empréstimos bancários	-	902.980	-100%
Debêntures	1.792.321	-	n.m.
Efeito dos Swaps de Dívida	368.840	-	n.m.
Valores a pagar de aquisições	213.077	485.495	-56%
Dívida bruta	2.374.238	1.388.475	71%
Caixa e Equivalentes de caixa	295.548	197.184	50%
Aplicações Financeiras	761.939	310.172	146%
Posição de Caixa	1.057.487	507.356	108%
Dívida Líquida	1.316.751	881.119	49%
EBITDA últimos 12 meses	1.643.036	1.278.144	29%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	0,80 x	0,69 x	0,11 x

O endividamento da Companhia é composto por compromissos de longo prazo, com exceção dos *earn-outs* a ser pago em 2025, sendo a sua próxima amortização do principal em 2028.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



(*) Pagamentos contingentes, atrelados a diferentes faixas possíveis do preço de referência do óleo (Brent)

8. Sustentabilidade

Com o compromisso de promover mudanças positivas e impactar vidas, a PetroReconcavo segue guiada pelo propósito de revitalizar campos, fortalecer comunidades e governança, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento social e ambiental no Brasil. Ao longo dos anos, a Companhia tem investido no desenvolvimento contínuo de seus colaboradores e no fortalecimento de seus projetos sociais nas regiões vizinhas às suas operações na Bahia e no Rio Grande do Norte. Em 2024, esses programas alcançaram crescimento significativo, ampliando seu impacto em 60% em comparação a 2023, passando de 10,6 mil para 17,2 mil beneficiados.

Na Bahia, o projeto **Raízes da Transformação** (antigo Ciranda Agroflorestal) impactou 12 comunidades do município de Pojuca, com ampla participação feminina, ao capacitar 420 agricultores e promover a comercialização de produtos orgânicos em feiras locais e nas sedes da empresa. O projeto **Ciranda Viva** triplicou a renda de mulheres empreendedoras, para um patamar mais sustentável, por meio de treinamento em gestão de negócios, precificação e captação de clientes. Na educação, o projeto beneficiou 177 crianças e adolescentes com atividades educativas, esportivas, ambientais e apoio psicológico, resultando em melhor desempenho acadêmico e eliminação da evasão escolar. A parceria com o **Projeto Tamar** impactou mais de 8,5 mil estudantes de escolas públicas de Mata de São João, oferecendo atividades no Centro de Visitantes de Praia do Forte, abordando educação ambiental, formação cidadã e valorização cultural.

No Rio Grande do Norte, o projeto **Viva Sabiá** impactou comunidades do semiárido ao entregar mais de 220 equipamentos, como cisternas, sistemas de bioágua e o AquaLuz , que possibilitam o acesso e reuso de água para o consumo humano, doméstico e agricultura. As feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar geraram R\$ 32 mil em receitas, aumentando em 30% a renda média dos produtores. O projeto também engajou mais de 2 mil alunos, 122 professores e 30 escolas em campanhas de educação ambiental. Já o projeto **A Voz do Olhar e Mestre Aprendiz**, em parceria com a Tapera das Artes, levou artes integradas e música a escolas públicas de Mossoró, beneficiando 1.250 crianças em 2024 e promovendo formação cultural, criatividade e inclusão social.

Além dos projetos sociais, a companhia divulgou seu Relatório de Sustentabilidade 2023, elaborado conforme a metodologia GRI (Global Reporting Initiative) e integrado aos indicadores da SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e da IPIECA (International Petroleum Industry Environmental Conservation Association). Este ano, o relatório enfatizou o impacto positivo no Nordeste: com 93% dos colaboradores nordestinos e 68% dos gastos em aquisições de bens e serviços destinados a fornecedores da Bahia e do Rio Grande do Norte.

Com o objetivo de fortalecer a transparência e a gestão ambiental, a PetroReconcavo adotou, pela primeira vez, o Carbon Disclosure Project (CDP), uma plataforma globalmente reconhecida que avalia informações sobre o impacto ambiental do negócio. O CDP é referência internacional na medição de dados climáticos e permite aprimorar a compreensão dos impactos e gerenciamento de riscos climáticos, além de identificar riscos e nortear oportunidades estratégicas.

Com foco na saúde integral e no desenvolvimento dos colaboradores, a Companhia promoveu a 3ª edição do Petrofit, um programa voltado para o bem-estar físico e mental de seus colaboradores. Ampliou os serviços de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

saúde na Companhia, proporcionando acompanhamento gratuito com profissionais de nutrição e psicologia, estimulando a adoção de hábitos saudáveis, cuidados com a alimentação e saúde mental.

A PetroReconcavo reafirmou, seu compromisso com o aprimoramento de Governança, Riscos e Compliance (GRC) ao atualizar seu Programa de Integridade, um ecossistema de integridade, baseado nas melhores práticas internacionais, incluindo os princípios estabelecidos pela Lei Anticorrupção e pelo Código de Ética e Conduta da Companhia, além das boas práticas recomendadas pelos órgãos reguladores nacionais e internacionais. Além disso, iniciou o processo de adesão ao Pacto Brasil pela Integridade da CGU (Controladoria Geral da União), uma iniciativa voluntária e gratuita, que tem o objetivo de fomentar o compromisso das empresas com as boas práticas de compliance no mercado.

9. Gente & Gestão

Atração e seleção: Com o objetivo de atrair profissionais qualificados no setor de petróleo e gás, a Companhia lançou o Projeto Potência, estabelecendo parcerias estratégicas com faculdades e cursos especializados para fortalecer sua marca empregadora e captar talentos do segmento. Além disso, a Companhia investe na capacitação de jovens talentos por meio de programas estruturados de desenvolvimento, incluindo Jovem Aprendiz, Estágio e Trainee, promovendo um ambiente dinâmico e colaborativo de aprendizado. O Programa de Desenvolvimento de Estagiários abrange 45 participantes na Bahia e no Rio Grande do Norte, tendo sido reconhecido com o 1º lugar na categoria “Empresa Inovadora” no Prêmio IEL 2024. O programa Jovem Aprendiz acolhe 49 jovens, com idades entre 18 e 24 anos, oferecendo formação prática e teórica relacionada ao setor de óleo e gás. O Programa de Trainees, contempla 11 participantes, se concentra em jornada prática (on-the-job training) com duração de dois anos, no qual os trainees atuam apoiados por mentorias em elaboração de projetos e trilha de desenvolvimento.

Treinamento & Desenvolvimento: A Companhia investe na formação e capacitação de suas equipes, com foco contínuo na gestão e desenvolvimento por meio de programas. Ao todo, a Companhia acumulou um total de 61 mil horas de treinamento, representando uma média de 34 horas de treinamento por colaborador. Em parceria com a Hashtag Treinamentos e Coursera, lançou a plataforma DESENVOLVEPETRO, um ambiente online de aprendizagem, que visa ampliar a formação de todos os colaboradores e oferece mais de 12 mil cursos voltados para desenvolvimento de *hard* e *soft skills*. Além disso, o Projeto Potência oferece descontos em cursos de graduação, um incentivo a formação e aperfeiçoamento da capacidade técnica da equipe.

Com o objetivo de disseminar conhecimento especializado no setor de óleo & gás, a Trilha de Desenvolvimento oferece aulas ministradas por colaboradores experientes, garantindo uma aprendizagem qualificada e alinhada às demandas do setor. No ano, a iniciativa contou com 476 participantes e totalizou 1.496 horas de treinamento. Além disso, a Academia de Líderes foi mantida com o propósito de alinhar a liderança aos valores da empresa, formar equipes de alta performance e fortalecer a capacidade de tomar decisões estratégicas. Esse programa de capacitação é direcionado ao desenvolvimento da liderança, abrangendo a alta gestão, gerentes e coordenadores, por meio de conteúdos e ferramentas de gerenciamento de processos e pessoas. Em 2024, mais de 100 líderes foram impactados, registrando mais de 1.536 horas de treinamentos em comunicação, estratégia e capacitação de habilidades de liderança.

Cultura e diversidade: Em setembro, a PetroReconcavo reforçou seu compromisso com a diversidade ao integrar o IDIVERSA B3, um indicador que mede o desempenho médio das ações dos ativos de empresas listadas que se destacam no critério de diversidade. A Companhia segue empenhada em promover um ambiente de trabalho mais inclusivo e representativo para todos, reconhecendo os desafios ainda existentes e avançando em estratégias.

Com foco na geração de empregos locais, a Companhia encerrou 2024 com 1.748 colaboradores (+12 % vs. 2023). Em relação à equidade de gênero, 19% do quadro de funcionários é composto por mulheres, que ocupam 14% dos cargos de liderança. Para ampliar essa representatividade, a Companhia estabeleceu a meta de alcançar uma paridade de 50% entre homens e mulheres nas etapas finais de todos os processos seletivos, especialmente nas interações com a liderança. Essa estratégia visa garantir que haja igualdade de oportunidades e promover uma representatividade equilibrada nas decisões estratégicas da companhia. No mesmo período, 70,4% dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

colaboradores se autodeclararam negros (pretos e pardos), enquanto 26,4% se identificam como brancos. Além disso, 73% dos colaboradores estão na faixa etária de 30 a 50 anos.

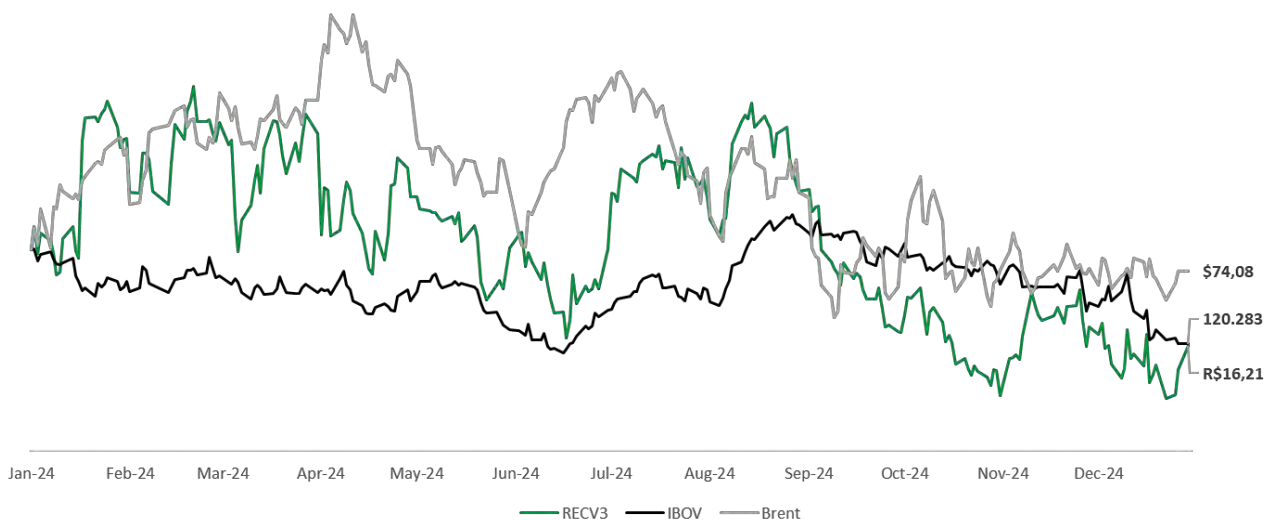
A Companhia avançou na implementação de iniciativas importantes, como o treinamento “Assédio Zero”, disponibilizado em sua plataforma EAD, reforçando o compromisso com a prevenção e o combate ao assédio no ambiente de trabalho. Fortaleceu ainda seu calendário anual de ações voltadas para gênero, raça e outras pautas de inclusão, com destaque para a criação dos Embaixadores de Diversidade, um grupo de colaboradores dedicado a ampliar o impacto dessas iniciativas dentro da organização. Essas ações não apenas fomentam a diversidade, mas também contribuem para a atração e retenção de talentos, promovendo um ambiente mais inclusivo e representativo para todos.

Performance da Ação

Em 31 de dezembro, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 4,7 bilhões, com as ações cotadas a R\$ 16,21, desvalorização de 8,5% no trimestre, desempenho em linha com o Ibovespa (-8,7%) e inferior ao Brent (+1,63%). No ano, as ações da Companhia desvalorizaram 22%, inferior ao Ibovespa (-9,4%) e ao Brent (-2,1%).

As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 143 milhões de ações no trimestre e 628 milhões de ações no ano. A média diária foi de 2,3 milhões de ações no trimestre e 2,5 milhões no ano. O volume financeiro anual atingiu R\$ 12,7 bilhões, com volume médio diário de R\$ 50,6 milhões.

Performance da ação x Ibovespa x Brent (base 100)



10. Capital Social

Em 31 de dezembro, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 293.452.126 (duzentas e noventa e três milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil, cento e vinte e seis) ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 293.099.190 (duzentas e noventa e três milhões, noventa e nove mil, cento e noventa) encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, 352.936 (trezentas e cinquenta e duas mil, novecentas e trinta e seis) ações encontravam-se em tesouraria.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11. Dividendos

Em 2024, a PetroReconcavo realizou o pagamento de proventos aos seus acionistas no valor de R\$ 806 milhões (dos quais R\$ 17,4 milhões eram referentes ao exercício de 2023), totalizando um pagamento de R\$ 2,75 por ação, refletindo um *dividend yield* de 14,5%. Esse montante representa um *payout* superior a duas vezes o lucro do período, evidenciando o seu compromisso com a remuneração aos acionistas. Além disso, os proventos equivalem a 78% da geração de caixa livre⁴, reforçando a solidez financeira da empresa e sua capacidade de converter resultados operacionais em retorno direto aos acionistas.

12. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) para a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia (incluindo revisões trimestrais) e de suas controladas para os exercícios de 2024 e 2023. O valor referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) da Companhia e suas controladas para o exercício de 2024 foi de R\$ 656 mil.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

⁴ Geração de caixa livre resultante das atividades operacionais, descontados das adições ao Imobilizado e ao Intangível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

13. Anexo I

Notas dos Principais Indicadores:

- EBITDA: Calculado em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”) e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado (acrescido) pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e por depreciação, amortização e depleção (“EBITDA”). O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) não são auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional da Companhia e, portanto, não são substitutos do fluxo de caixa, de indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias;

- Margem EBITDA: corresponde ao EBITDA do exercício dividido pela Receita Líquida do período. A Margem EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez ou como indicador de retornos financeiros;

- EBITDA ajustado pelo Hedge: calculado a partir do EBITDA, excluindo os efeitos dos resultados dos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período. O EBITDA ajustado pelo Hedge não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. O EBITDA é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações;

- Margem EBITDA ajustado: corresponde ao EBITDA ajustado pelo Hedge do exercício dividido pela Receita Líquida, excluindo os efeitos dos resultados dos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período. A Margem EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez ou como indicador de retornos financeiros;

- Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses: Representa o saldo da dívida líquida no fim do exercício dividida pelo EBITDA acumulado dos últimos doze meses em cada período. A Dívida Líquida representa o endividamento bancário total, representado pelos saldos de empréstimos e financiamentos nos passivos circulante e não circulante, somado aos valores a pagar decorrente de aquisição de ativos, menos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras presentes no ativo circulante. A Dívida líquida/EBITDA não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Companhia. A Dívida líquida/EBITDA não possui significado padronizado, outras empresas podem calcular de maneira diferente da Companhia;

- Margem líquida: corresponde ao Lucro Líquido do exercício dividido pela Receita Líquida do período;

- Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido excluídos os efeitos da variação cambial da marcação a mercado dos contratos de *swap* de dívida;

Margem Líquida Ajustada corresponde ao Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida do período;

- Fluxo de Caixa Livre corresponde ao Fluxo de Caixa das Operações descontadas as Adições ao Imobilizado e ao Intangível;

- Produção (boe/dia) : corresponde à média diária bruta de participação da Companhia (*working interest*). Os volumes de gás natural foram convertidos considerando que 1.000 m³ de gás equivale a 6,2897 barril de óleo equivalente (boe);

- Lifting Cost (US\$/boe): Representa os custos totais dos serviços prestados e de vendas, ajustados pela movimentação de estoques de petróleo e gás natural, excluindo-se os custos com vendas, aquisição, processamento escoamento e transporte



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

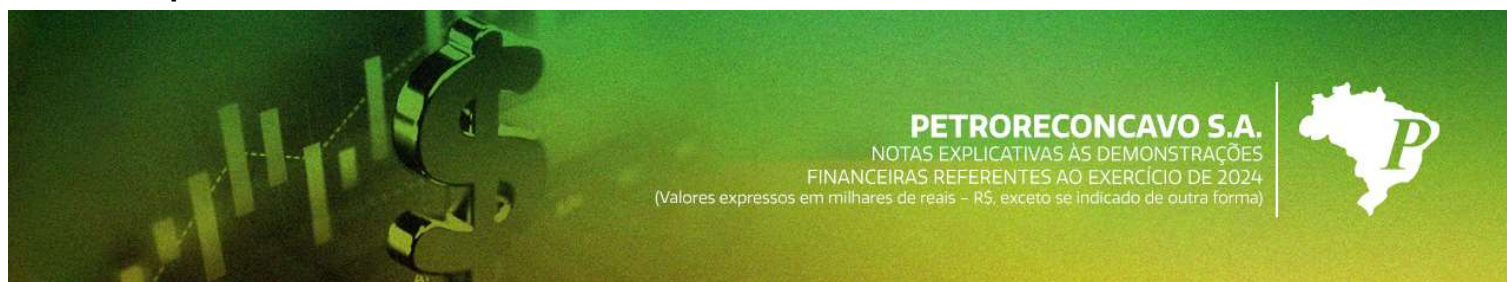
do gás, os royalties a depreciação, a amortização e a depleção, além dos custos dos serviços prestados, dividido pela produção bruta total em boe no período, divididos pela taxa de câmbio média do período;

- Taxa de câmbio média (R\$ / US\$): corresponde à média das taxas de câmbio do exercício em cada dia útil nos períodos apresentados, divulgadas pelo Banco Central do Brasil;

- Preço médio à vista do Petróleo Brant (US\$/bbl): O Brent é cotado em dólar por barril. Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA).

- Lucro Caixa: Lucro Líquido descontado dos efeitos de marcação a mercado dos *swaps* de dívida.

Notas Explicativas



1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PetroReconcavo S.A. (“Companhia”, “PetroReconcavo” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Mata de São João, Bahia, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e atua na operação e produção de campos maduros de petróleo, gás natural e seus subprodutos no Brasil. Em operação desde fevereiro de 2000, a Companhia não possui um acionista ou grupo controlador.

A PetroReconcavo é controladora da empresa SPE Tiêta Ltda. (“SPE Tiêta”) (em conjunto com a PetroReconcavo denominada “Grupo”). O Grupo é, atualmente, concessionário de 57 campos distribuídos entre os estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte e atua em cinco deles na modalidade de consórcio.

Devido à reorganização societária ocorrida em outubro de 2023, o resultado individual da Companhia até 31 de outubro de 2023 refletia apenas os resultados provenientes dos 12 campos operados pela Companhia. Até essa data, os resultados provenientes dos campos até então operados pelas subsidiárias Potiguar E&P, SPE Miranga e Recôncavo E&P estavam refletidos através da equivalência patrimonial no resultado individual da Companhia. A partir de novembro de 2023, o resultado individual da Companhia também inclui as contribuições dos campos incorporados, totalizando 55 campos em dezembro de 2023. Outras informações sobre essa reestruturação societária estão detalhadas na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1.1 SPE Tiêta Ltda.

A SPE Tiêta Ltda. (“SPE Tiêta”) é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado, constituída em 18 de setembro de 2009, com sede em Salvador. A SPE Tiêta possui a concessão para a exploração e produção dos campos de Tiê e Tartaruga, a última operada na modalidade de consórcio.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. A Administração realiza a gestão dos ativos e do caixa do grupo de forma unificada.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 19 de março de 2025.

Notas Explicativas



2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma (ver nota explicativa nº 22), conforme descrito nas políticas contábeis materiais.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, tem poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, e todas as transações entre as partes são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4 Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional” para a Companhia e para sua controlada, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que o Grupo está inserido. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Os valores apresentados nessa demonstração financeira estão expressos em milhares de reais, exceto quando informado diferente.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas



2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando esse for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia operou instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 22).

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas políticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

2.8 Impacto da adoção inicial das outras normas IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício

O Grupo não adota antecipadamente normas contábeis. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. As seguintes normas foram revisadas ou propostas pelo IASB:

Norma	Alterações
Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	O grupo adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação'

Notas Explicativas



	para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. As alterações contêm disposições de transição específicas para o primeiro período de relatório anual no qual o grupo aplica as alterações. Nos termos das disposições transitórias, a entidade não é obrigada a divulgar: • informações comparativas para quaisquer períodos de relatório apresentados antes do início do período de relatório anual no qual a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. • as informações exigidas nos termos da IAS 7:44H(b)(ii)-(iii) no início do período de relatório anual no qual a entidade aplica essas alterações pela primeira vez.
Alterações à IFRS 16	O grupo adotou as alterações à IFRS 16 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.
Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants	O grupo adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito

Notas Explicativas



existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

A Companhia não identificou impactos relevantes oriundos das normas supracitadas em suas Demonstrações Financeiras.

2.9 Alterações em pronunciamentos ainda não aplicáveis

Norma	Alterações
Alterações à IAS 21	Falta de conversibilidade
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

2.9.1 IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Notas Explicativas



3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação do volume de reservas de petróleo e gás para mensuração da depleção; de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração da provisão para abandono de poços; perda por “*impairment*”; imposto de renda e contribuição social diferidos; valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseado em ações e valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.2 Determinação do volume de reservas de petróleo e gás para mensuração da depleção

A depleção é calculada pelo método de unidades produzidas (“MUP”) que consiste, de forma simplificada, na aplicação da taxa correspondente à relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes ao custo residual de cada grupo de campos produtores de petróleo e gás. Anualmente, o Grupo revisa o volume das reservas remanescentes totais de petróleo e gás.

3.3 Provisão para abandono de poços

Os gastos representativos de fechamento de poços e instalações decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para abandono de poços. As obrigações consistem principalmente em custos associados com encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas.

As principais premissas para constituição e atualização da provisão para abandono de poço são:

- Os custos com abandono de poços e desmantelamento de áreas são registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos; e
- As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, que são em sua maioria realizadas em reais, descontadas a uma taxa de desconto livre de risco. Foi utilizada uma taxa de desconto nominal de 10,92% a.a. e uma inflação de 3,66% a.a., para o exercício de 2024 (2023, 9,65% a.a. e 3,55% a.a., respectivamente).

Notas Explicativas



As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. As revisões anuais da vida útil dos campos são feitas com base nas estimativas de reservas, que são revisadas anualmente pelo Grupo. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

- As obrigações ocorrerão no longo prazo;
- Os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando da remoção e restauração efetivas; e
- As tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Com base no exposto acima, a Administração da Companhia entende que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os custos esperados com abandono de poços.

3.4 “Impairment”

Anualmente, a Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados de cada unidade geradora de caixa (grupo de campos produtores de petróleo e gás), durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

A Companhia define Unidade Geradora de Caixa (“UGCs”) como campos produtores de petróleo e gás e no momento possui sete UGCs.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre:

- O valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e
- O valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Anualmente, o grupo analisa indicativos de eventuais perdas (*Impairment*) na recuperabilidade dos investimentos para incremento de produção e perfuração de poços. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou indicativos de *Impairment* para seus ativos.

3.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período e relatório. As informações relacionadas ao tema estão apresentadas na nota explicativa nº 22.

3.6 Valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseados em ações

O valor justo dos pagamentos baseados em ações na data da outorga é mensurado com base nos preços de mercado se disponíveis, levando em consideração os termos e condições sob os quais os instrumentos patrimoniais foram outorgados. Outras informações sobre as premissas adotadas e o modelo de precificação utilizado, quando aplicável, estão detalhados na nota explicativa nº 16.7.

Notas Explicativas



A classificação dos pagamentos baseados em ações em contrapartida de reservas de capital ou como um passivo depende da forma de liquidação dessa obrigação, entrega de ações ou em caixa. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo o histórico de liquidação desse tipo de instrumento. Após essa avaliação, a Administração concluiu que as despesas relativas à entrega das ações diferidas devem ser reconhecidas em contrapartida de reservas de capital, considerando a capacidade e a intenção da Administração da Companhia de efetuar essa liquidação com entrega de ações. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil material

São representados por depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	2.245	17.357	2.659	17.573
Aplicações financeiras	257.237	93.477	292.889	179.611
Total	259.482	110.834	295.548	197.184

As aplicações referem-se a operações de renda fixa (Compromissadas de Terceiros e CDB – Certificado de Depósito Bancário), indexados de 89% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) (90% a 103% do CDI em 2023) mantidas com bancos de primeira linha que possuem *rating* entre brAA e brAAA, (ou similares) baseados em, pelo menos, uma das três agências de *rating* mais renomadas do mundo (S&P, Fitch ou Moody's). A Companhia e sua controlada podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição e seus valores de mercado não diferem dos valores registrados contabilmente.

4.2 Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	522.269	310.172	777.903	310.172
Total	522.269	310.172	777.903	310.172

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a investimentos em fundos cambiais e fundos exclusivos com investimentos em produtos atrelados à cotação do dólar norte-americano, como *US Treasuries* e *Time Deposits*. A Administração optou por investir parte dos recursos neste tipo de investimento como forma de se proteger da variação cambial, tendo em vista que os pagamentos remanescentes referentes às aquisições de ativos e as dívidas bancárias são denominados em dólar norte-americano.

Esses recursos estão divididos entre quatro instituições financeiras, que possuem boas avaliações de *rating*. No exercício de 2024, os fundos cambiais variaram, em média, 35,05% (2023, variação negativa de 2,58%), enquanto o "Dólar Ptax" apresentou a variação de 27,89% (2023, variação negativa de 7,23%).

Notas Explicativas



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil material

As contas a receber estão classificadas como ativos financeiros na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes foram estimadas com base em uma análise individualizada por contrato, na experiência de inadimplência passada do devedor, na posição financeira atual do devedor (ajustada com base em fatores específicos), nas condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e em uma avaliação do curso atual e projetado das negociações na data de relatório.

5.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Petróleo	197.818	211.915	243.016	239.019
Gás e subprodutos	119.787	120.132	120.304	121.592
Prestação de Serviços	3	-	3	-
Subtotal	317.608	332.047	363.323	360.611
Outros, líquidos de perdas (i)	55.917	55.917	55.917	55.917
Total contas a receber	373.525	387.964	419.240	416.528
Total Circulante	315.380	332.047	361.095	360.611
Total Não circulante	58.145	55.917	58.145	55.917

(i) A Companhia se encontra em discussões acerca de créditos oriundos de transações ocorridas em contratos de compra e venda de gás natural durante o exercício de 2022. Como consequência dessas discussões, os montantes estão classificados no ativo não circulante e foi reconhecida uma provisão redutora do contas a receber no montante de R\$70.711, que reflete a melhor estimativa da Administração para a realização desses créditos em 31 de dezembro de 2024.

As faturas são emitidas contra os clientes com um prazo médio de vencimento de 30 a 60 dias. Para o exercício de 2024, o prazo médio de recebimento do contas a receber foi de 46 dias (Em 2023, 54 dias), prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia.

5.2 Aging do Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer (i)	303.349	320.244	346.553	343.628
Vencidos:				
Até 3 meses	10.400	8.660	10.400	13.698
De 3 a 6 meses	3.332	162	5.843	166
De 6 a 12 meses	-	2.981	-	3.119
A partir de 12 meses	527	-	527	-
Total	317.608	332.047	363.323	360.611

(i) O saldo em aberto possui valores a vencer oriundos de receitas contratuais faturadas e a faturar.

Notas Explicativas



6. INVESTIMENTOS

Política contábil material

a) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios. A contraprestação transferida pela aquisição de uma investida compreende:

- O valor justo dos ativos transferidos;
- Os passivos assumidos do negócio adquirido;
- Instrumentos patrimoniais emitidos para a Companhia;
- O valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente ("Earnout"); e
- O valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são, com limitadas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição.

b) Investimentos em controladas

A Companhia reconhece todos os seus investimentos através do método de equivalência patrimonial, e todas as transações entre as partes são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



6.1 Composição

Investida	Data-base	Participação %	Capital social	Ativo	Passivo	PL
SPE Tiêta	31/12/2024	100	630.165	946.199	130.407	815.792
SPE Tiêta	31/12/2023	100	630.165	727.050	61.255	665.795

6.2 Movimentação

Movimentação	Recôncavo E&P	America LLC	Potiguar E&P	SPE Miranga	SPE Tiêta (iii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.171	20.073	1.433.185	818.756	-	2.293.185
Equivalência patrimonial	2.437	5.814	314.092	231.670	86.765	640.778
Equivalência patrimonial – Amortização Mais Valia	-	-	-	-	(22.202)	(22.202)
Aquisição SPE Tiêta (ii)	-	-	-	-	797.011	797.011
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	-	-	90.000	-	-	90.000
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(71.316)	(71.316)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	146.565	-	-	146.565
Encerramento e incorporação de controladas (v)	(23.608)	(25.887)	(1.983.842)	(1.050.426)	-	(3.083.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	790.258	790.258
Equivalência patrimonial (i)	-	-	-	-	106.855	106.855
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	897.113	897.113

Notas Explicativas



- (i) O valor apresentado da equivalência patrimonial é líquido da amortização da mais valia de ativos da SPE Tiêta no montante de R\$ 43.144 (Em 2023, R\$ 22.202).
- (ii) O valor do patrimônio líquido da Controlada compõe o investimento da Companhia em conjunto com a mais valia e a sua amortização acumulada. Em 2023, o saldo da equivalência patrimonial reconhecida na controladora reflete o resultado da investida de dez meses, período que compreende a data de aquisição até 31 de dezembro de 2023.
- (iii) Em 28 de fevereiro de 2023, a aquisição da SPE Tiêta foi totalmente concluída. Maiores informações sobre essa transação estão detalhadas na nota explicativa nº 7.3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- (iv) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Potiguar.
- (v) Os detalhes referentes ao processo de reorganização societária do Grupo estão descritos na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Política contábil material

a) Imobilizado

- Máquinas e equipamentos e Outros:

Essas rubricas estão demonstradas ao valor de custo, deduzidas de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação desses ativos é feita com base na sua vida útil e, com a exceção de terrenos, inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

- Imobilizado em andamento:

Essa rubrica é reconhecida pelo custo e não é depreciada. É classificada nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

- Direito de produção de óleo e gás:

Representa o custo de aquisição das concessões para a exploração dos campos de petróleo e gás. É depletada com base no método das unidades produzidas descrito na nota explicativa nº 3.

- Desenvolvimento de campos e Blocos exploratórios:

Referem-se aos gastos com desenvolvimento de reservas provadas para produção de petróleo e gás e com prospecção de reservas economicamente viáveis, respectivamente. São registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos, que determina que os custos para incremento de produção e os custos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados.

Os custos com blocos exploratórios são mantidos nesse grupo até a determinação da sua viabilidade econômica. Caso sejam considerados não comerciais, os valores são registrados no resultado.

Notas Explicativas



A rubrica desenvolvimento de campos é depletada com base no método das unidades produzidas, descrito na nota explicativa nº 3. O grupo de Blocos exploratórios não é depletado.

- Abandono de poços:

Representa a estimativa dos custos com abandono que são contabilizados levando-se em conta o valor presente dessas obrigações de pagamentos futuros (ver nota explicativa nº 14 e nº 3.3). É depletado com base no método das unidades produzidas descrito na nota explicativa nº 3.

- Almoxarifado de inversões fixas:

Representam os equipamentos e materiais que serão utilizados para incremento da produção e de reservas. As baixas ocorridas nessa rubrica representam materiais utilizados em atividades de reparo e manutenção, e são reconhecidas no custo dos produtos vendidos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado na data de sua alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

b) Intangível

Ativos intangíveis (*softwares*) com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas



7.1 Composição e movimentação

Controladora	31/12/2022	Incorporação de controladas	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
<u>Imobilizado</u>					(iii)					
Máquinas e equipamentos	69.061	3.279	7.188	(24)	150.261	229.765	2.151	(5.714)	82.855	309.057
Imobilizados em andamento	47.096	28.220	145.920	(11.205)	(130.265)	79.766	124.729	(252)	(63.260)	140.983
Direito de produção de óleo e gás (i)	95.629	2.798.525	-	-	-	2.894.154	-	-	-	2.894.154
Desenvolvimento de campos	1.006.288	1.280.707	194.492	(758)	27.483	2.508.212	481.702	(33.813)	199.248	3.155.349
Blocos exploratórios (ii)	-	9.033	309	-	(39)	9.303	241	-	-	9.544
Abandono de poço	15.656	67.352	59.698	-	-	142.706	-	(69.134)	-	73.572
Almoxarifado para inversões fixas	120.632	390.237	176.455	(94.377)	(42.568)	550.379	396.972	(294.802)	(187.922)	464.627
Adiantamentos	95.703	28.796	17.260	(32.287)	(56.051)	53.421	27.577	(4.303)	(34.445)	42.250
Outros	32.412	33.611	8.100	(251)	32.133	106.005	7.607	(15.332)	3.477	101.757
Total	1.482.477	4.639.760	609.422	(138.902)	(19.046)	6.573.711	1.040.979	(423.350)	(47)	7.191.293
<u>Depreciação, amortização e depleção</u>										
Máquinas e equipamentos	(19.109)	(5.158)	(10.540)	-	-	(34.807)	(29.185)	5.105	-	(58.887)
Direito de produção de óleo e gás (i)	(6.130)	(556.040)	(24.352)	-	-	(586.522)	(152.340)	-	-	(738.862)
Desenvolvimento de campos	(700.696)	(326.397)	(73.596)	-	-	(1.100.689)	(278.492)	-	-	(1.379.181)
Abandono de poço	(2.897)	(15.706)	(13.357)	-	-	(31.960)	(7.437)	-	-	(39.397)
Outros	(18.483)	(6.156)	(3.638)	183	-	(28.094)	(10.293)	10.870	-	(27.517)
Total	(747.315)	(909.457)	(125.483)	183	-	(1.782.072)	(477.747)	15.975	-	(2.243.844)
<u>Intangível</u>										
Software	14.393	1.401	3.734	(342)	5.478	24.664	7.206	-	47	31.917
<u>Amortização</u>										
Software – amortização	(6.358)	(415)	(1.864)	69	-	(8.568)	(2.814)	-	-	(11.382)
Total do imobilizado e intangível	743.197	3.731.289	485.809	(138.992)	(13.568)	4.807.735	567.624	(407.375)	-	4.967.984

Notas Explicativas



Consolidado	Aquisição SPE					31/12/2023				31/12/2024
	31/12/2022	Tiêta	Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Imobilizado					(iii)					
Máquinas e equipamentos	83.453	27	20.557	(312)	126.075	229.800	2.151	(5.714)	82.855	309.092
Imobilizados em andamento	63.785	-	162.193	(11.601)	(134.611)	79.766	124.987	(252)	(63.260)	141.241
Direito de produção de óleo e gás (i)	2.894.155	79.373	-	-	-	2.973.528	-	-	-	2.973.528
Desenvolvimento de campos	1.779.122	872.413	575.265	(6.776)	177.174	3.397.198	582.589	(33.884)	234.339	4.180.242
Blocos exploratórios (ii)	3.766	10.493	4.726	(299)	1.110	19.796	241	-	-	20.037
Abandono de poço	87.288	1.725	62.238	(974)	-	150.277	-	(71.186)	-	79.091
Almoxarifado para inversões fixas	364.122	46.020	512.790	(183.177)	(141.966)	597.789	430.476	(303.122)	(222.505)	502.638
Adiantamentos	126.788	-	74.325	(33.055)	(111.855)	56.203	30.126	(5.157)	(34.953)	46.219
Outros	57.126	3.570	12.813	(715)	36.496	109.290	7.631	(15.332)	3.477	105.066
Total	5.459.605	1.013.621	1.424.907	(236.909)	(47.577)	7.613.647	1.178.201	(434.647)	(47)	8.357.154
Depreciação, amortização e depleção										
Máquinas e equipamentos	(18.565)	(22)	(16.265)	13	-	(34.839)	(29.196)	5.105	-	(58.930)
Direito de produção de óleo e gás (i)	(428.232)	(55.274)	(159.733)	-	-	(643.239)	(166.121)	-	-	(809.360)
Desenvolvimento de campos	(848.990)	(219.898)	(359.432)	-	-	(1.428.320)	(445.057)	-	-	(1.873.377)
Abandono de poço	(20.705)	(1.176)	(15.144)	-	-	(37.025)	(7.526)	-	-	(44.551)
Outros	(25.745)	(2.198)	(6.508)	371	3.601	(30.479)	(10.569)	10.870	-	(30.178)
Total	(1.342.237)	(278.568)	(557.082)	384	3.601	(2.173.902)	(658.469)	15.975	-	(2.816.396)
Intangível										
Software	15.044	1.038	3.780	(342)	6.182	25.702	7.206	-	47	32.955
Amortização										
Software – amortização	(3.047)	(953)	(2.026)	69	(3.601)	(9.558)	(2.841)	-	-	(12.399)
Total do imobilizado e intangível	4.129.365	735.138	869.579	(236.798)	(41.395)	5.455.889	524.097	(418.672)	-	5.561.314

Notas Explicativas



- (i) A abertura do custo de aquisição por polos está apresentada abaixo:

Ativo	Polo	Valor
Bahia	Remanso	95.629
Bahia	Remanso BT-REC	1.248
Bahia	Miranga	1.247.506
Potiguar	Potiguar	1.549.772
Total Controladora		2.894.154
Bahia/Sergipe	Tiêta	79.373
Total Consolidado		2.973.528

- (ii) Blocos exploratórios dizem respeito a investimentos feitos em face a compromissos firmados com a ANP de explorar hidrocarbonetos em uma determinada região (ver nota explicativa nº 18).
- (iii) Os valores residuais da coluna de transferência referem-se a registros extemporâneos de ICMS CIAP. Os valores foram transferidos para a rubrica de impostos a recuperar.

7.2 Tempo de vida útil estimada

Ativo	Taxa a.a.	Vida útil
Máquinas e equipamentos	10%	10
Direito de produção de óleo e gás (i)	M.U.P.	-
Desenvolvimento de campos (i)	M.U.P.	-
Abandono de poço (i)	M.U.P.	-
Bloco exploratório	N/A	-
Outros	4% - 25%	7
Software	20%	5

(i) Os itens em questão são depreciados com base no método das unidades produzidas (M.U.P).

7.3 Bens dados em garantia

A Companhia possui uma sonda de perfuração terrestre dada em garantia do processo de execução fiscal nº 0000566-44.2011.805.0164.

7.4 Negociações para a venda de 50% de sete concessões do ativo Potiguar

No dia 4 de junho de 2024, a PetroReconcavo S.A. firmou contrato de *Farm-out* ("Transação") com a Mandacaru Energia Ltda ("Mandacaru"), para a venda de 50% da sua participação em sete concessões, que atualmente são detidas em sua totalidade pela Companhia. As concessões estão localizadas na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, sendo elas: Acauã, Baixa do Algodão, Fazenda Curral, Fazenda Malaquias, Pajeú, Rio Mossoró e Três Marias.

O valor total da Transação é de US\$ 5 milhões, sendo US\$ 2 milhões (40%) a serem pagos até a data de fechamento, condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação de órgãos reguladores brasileiros, e o valor remanescente será pago em até dois anos na forma de investimentos nas atividades de desenvolvimento da produção das concessões. A Companhia recebeu R\$ 1.310 (US\$ 241 mil) a título de adiantamento e o montante de US\$ 1.759, dos US\$ 2 milhões totais estipulados em contrato, serão recebidos na conclusão da transação.

As sete concessões correspondem a 0,5% do valor presente líquido (PV10) das reservas 2P divulgadas pela Companhia ao mercado na data de 8 de abril de 2024, e produziam na data da operação 390 boed, o que correspondia a 1,4% da produção total da Companhia.

Notas Explicativas



Com o fechamento da Transação, a Mandacaru assumirá a operação das concessões, tendo as partes negociado a constituição de um consórcio e um *Joint Operating Agreement*, que regulará as operações conjuntas entre as duas empresas.

A Companhia analisou a transação à luz do CPC 31 e aplicou como política contábil manter os ativos da transação em seu imobilizado. Essa decisão foi baseada na ausência de interpretação ou orientação específica para transação que não envolve a perda de controle, uma vez que a operação será administrada por meio de uma "joint operation" com controle compartilhado, e na baixa materialidade das operações vendidas, que representaram, aproximadamente, 1% da produção total na data da operação.

8. FORNECEDORES

Política contábil material

Os fornecedores são passivos financeiros classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

8.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores em moeda nacional	391.412	371.565	424.450	380.598
Fornecedores em moeda estrangeira	2.778	2.912	2.863	2.912
Partes relacionadas (nota explicativa nº 17)	5.369	976	2.273	976
Total	<u>399.559</u>	<u>375.453</u>	<u>429.586</u>	<u>384.486</u>
Total circulante	269.083	244.977	299.110	254.010
Total não circulante	130.476	130.476	130.476	130.476

Os valores alocados no passivo não circulante dizem respeito a títulos de fornecedores em disputa cuja previsão de pagamento excede 12 meses.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil material

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

9.1 Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos bancários	-	923.890
Custos a amortizar	-	(20.910)
Total	<u>-</u>	<u>902.980</u>
Total circulante	-	142.772
Total não circulante	-	760.208

Notas Explicativas



9.2 Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.581
Efeito caixa	
Adições, líquidas dos custos de captação	279.030
Pagamentos de principal	(331)
Juros pagos	(57.617)
Efeito não caixa	
Juros provisionados	67.859
Variação cambial	(41.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	902.980
Efeito caixa	
Pagamentos de principal	(1.043.520)
Juros pagos	(87.770)
Efeito não caixa	
Juros provisionados	63.302
Variação cambial	165.008
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

As principais características e condições destes empréstimos estão detalhadas na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No exercício de 2024, a Companhia concluiu a liquidação de 100% de seus empréstimos, com um desembolso total de R\$1.131.290. Desse montante, R\$328.770 foram destinados à quitação do financiamento contratado em 2023 pela Companhia para a aquisição da Maha Energy Brasil Ltda., enquanto R\$ 802.520 foram utilizados para encerrar o refinanciamento obtido em 2022.

10. DEBÊNTURES

Política contábil material

As debêntures são passivos financeiros classificadas na categoria de custo amortizado. Estão registradas pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

10.1 Composição

Composição	Controladora e Consolidado
	31/12/2024
Debêntures - Série 1	777.481
Debêntures - Série 2	381.789
Custos a amortizar 1	(29.724)
Debêntures 2	664.190
Custos a amortizar 2	(1.415)
Total	1.792.321
Total circulante	20.907
Total não circulante	1.771.414

Notas Explicativas



10.2 Movimentação

Movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Efeito caixa	
Adições, líquidas dos custos de captação	1.746.027
Juros pagos	(47.782)
Efeito não caixa	
Juros provisionados	73.650
Atualização monetária	20.426
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.792.321

Não circulante	Controladora e Consolidado
2028+	1.771.414
Total	1.771.414

Em 04 de junho de 2024, ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 1.129.500 tendo sido emitidas (i) 753.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 376.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento de 2.551 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2031.

O principal da 1ª Série é atualizado pelo IPCA e tem uma taxa de juros fixa associada de 7,32%, enquanto a 2ª Série está associada a uma taxa de juros fixa de 12,88%. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, do artigo 2º, inciso I, combinado com os artigos 18 e 19, todos do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 tendo em vista o enquadramento dos projetos de infraestrutura descritos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 Séries, para Distribuição Pública (“Projetos”), sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da PetroReconcavo S.A. (“Escritura de Emissão”) como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia.”

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures foram utilizados exclusivamente para o (i) pagamento futuro e/ou (ii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação dos Projetos, desde que o pagamento dos referidos gastos, despesas e/ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 meses da data de encerramento da Oferta.

Além disso, a Companhia contratou contratos de *SWAP* cambial com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultou em um custo médio dolarizado de aproximadamente 7,05% ao ano e “*duration*” aproximado de 5,1 anos, ver nota explicativa nº 15.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$ 31.930 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

Notas Explicativas



Em 11 de outubro de 2024, ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 650.000 na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 1.830 dias da data de sua emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2029.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures foram utilizados exclusivamente para (i) o pagamento de dívida sindicalizada, nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, entre a Emissora, o Itaú Unibanco S.A. Miami Branch, o Banco Santander S.A. Luxembourg Branch e o Banco Safra S.A. Luxembourg Branch, constituída em 6 de setembro de 2022, no valor de US\$126.000; e (ii) após a destinação destes nos termos do item (i) acima, foram destinados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e potenciais avaliações e oportunidades para aquisição de ativos.

Além disso, a Companhia contratou *SWAPS* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,16% ao ano e “*duration*” aproximada de 3,75 anos, ver nota explicativa nº 15.

Para obtenção dos recursos supramencionados, a Companhia gastou R\$1.479 com comissões bancárias, custos com advogados e taxas diversas. Todos esses custos foram alocados em uma conta redutora do passivo e serão apropriados ao resultado seguindo a duração das debêntures emitidas.

No momento da assinatura dos contratos supramencionados, a Companhia assumiu obrigações (“*Covenants*”) financeiras e não financeiras e abaixo apresentamos as principais obrigações financeiras:

- No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) do Consolidado não deve ser maior que 3,00;
- No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das Reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) não deve ser menor que 1,50;
- Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras, incluindo Fundos Cambiais) do Consolidado não deve ser menor que R\$100.000.

As fórmulas dos indicadores, definidas no contrato do instrumento financeiro, estão apresentadas a seguir:

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado: menor ou igual a 3,00x:		Consolidado
Dívida líquida		
Debêntures (i)		1.823.460
Instrumentos financeiros derivativos		368.840
Valores a pagar de aquisições		213.077
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		(1.057.487)
Dívida Líquida		1.347.890

Notas Explicativas

**EBITDA ajustado (contratual)**

Lucro Líquido (R\$)	437.498
Resultado financeiro	(584.815)
Collar	(326)
Juros de arrendamento mercantil	(4.439)
Resultado financeiro (contratual)	(580.050)
Imposto de renda e Contribuição social	74.093
Outras receitas (despesas), líquidas	(34.814)
Depreciação e amortização (ii)	(656.887)
EBITDA ajustado (contratual)	1.635.156
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (contratual)	0,82

(i) Os valores não consideram os saldos de custos a amortizar;

(ii) A depreciação e amortização contratual não consideram a amortização do arrendamento mercantil (R\$ 37.929)

PV10 Reservas Provadas/Dívida Bruta: maior ou igual a 1,50x:	Consolidado
PV-10 Reservas Provadas (R\$'000)	13.450.221
Dívida Bruta	2.405.377
PV10 Reservas Provadas/Dívida Bruta	5,59

Caixa (contratual): maior que R\$ 100.000:	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	295.548
Aplicações financeiras	761.939
Total	1.057.487

Adicionalmente, a Companhia possui algumas cláusulas restritivas para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, acima dos 25% do lucro líquido do exercício previstas em estatuto listadas abaixo:

- Estar adimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão; e
- Imediatamente antes e imediatamente depois (neste último caso, considerando o proforma consolidado) do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas não houver descumprimento dos Índices Financeiros apurado com relação aos últimos 12 meses relativos às demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, estes contratos possuem obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Política contábil material****a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações dos resultados, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não

Notas Explicativas



tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Incentivos fiscais sobre impostos diretos (Imposto de Renda e Contribuição Social)

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o grupo reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Ao final de cada exercício social a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício, a qual não compõe a base de cálculo do dividendo, é transferida da conta lucro do exercício para reserva de lucros – incentivos fiscais. Esta reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos, desde que a Companhia cumpra com todas as suas obrigações tributárias.

• Controladora

A Companhia goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 1.619.976 m³/ano e gás natural em 1.097.621.040 m³/ano, até o exercício de 2032.

• Controlada

A controlada SPE Tiêta goza do incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 350.700 m³/ano e gás natural em 30.614.556 m³/ano até o exercício de 2032.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação do ativo, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Notas Explicativas



11.1 Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado

Os valores de Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que afetaram o resultado nos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto do IR e CSLL	333.670	656.224	363.405	728.829
Alíquota combinada de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL às alíquotas da legislação	(113.448)	(223.116)	(123.558)	(247.802)
Equivalência patrimonial	36.331	210.316	-	-
Redução – incentivo fiscal (i)	61.650	-	86.336	116.473
Juros sobre capital próprio	139.400	54.400	139.400	54.400
Recuperação de créditos	2.280	-	2.280	26.539
Crédito Presumido de ICMS	-	7.188	-	14.790
Alíquota de tributos diferidos (ii)	(33.762)	3.641	(28.109)	7.785
Outros	11.377	285	(2.256)	7.924
Imposto de renda e contribuição social	103.828	52.714	74.093	(19.891)

(i) Incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE para redução do imposto de renda.

(ii) Refere-se a diferença entre alíquota nominal e efetiva oriunda do benefício fiscal da Sudene sobre as diferenças temporárias de variação cambial.

11.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Provisão para abandono de poços	29.814	10.428	30.375	11.261
Instrumentos financeiros derivativos	125.406	33.807	125.406	33.807
Prejuízo fiscal/base negativa	40.495	66.666	66.241	106.265
Variação cambial passiva não realizada	22.632	-	22.632	-
Provisão fornecedores	38.602	46.302	40.184	47.691
Perdas de crédito esperadas	24.042	24.042	24.042	24.042
Pagamento baseado em ações	11.314	10.463	11.314	10.463
Provisão para PLR	10.862	10.404	10.993	10.404
Arrendamentos	5.182	9.701	7.498	14.312
Provisão para obsolescência do estoque	7.084	3.357	7.694	3.357
Passivo contingente de aquisições	7.491	-	7.491	-
Outros	12.248	5.127	46.764	39.075
Total	335.172	220.297	400.634	300.677
Passivo				
Depleção acelerada (i)	(242.553)	(189.860)	(280.449)	(227.756)
Arrendamentos	(5.332)	(8.989)	(7.602)	(13.502)
Variação cambial ativa não realizada	(8.330)	(13.049)	(12.927)	(13.049)
Instrumentos financeiros derivativos	(195)	-	(195)	-
Outros	-	-	(2.436)	-
Total	(256.410)	(211.898)	(303.609)	(254.307)
IR e CSLL diferido líquido	78.762	8.399	97.025	46.370

(i) A Companhia utiliza a prerrogativa estabelecida na lei Nº 13.586, de 29 de dezembro de 2017, para acelerar fiscalmente a depleção dos seus campos.

A Administração considera que os impostos ativos decorrentes das provisões temporárias serão realizados na proporção que os contratos de derivativos forem vencendo, que os poços forem abandonados e que as contingências e demais provisões forem realizadas.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

Notas Explicativas



	Controladora	Consolidado
2025	81.648	93.763
2026	65.270	77.286
2027	49.884	52.004
2028	40.079	41.703
2029 em diante	98.291	135.878
Total	335.172	400.634

11.3 Movimentação Diferido

	Controladora	Consolidado
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	28.110	161.817
<u>Demonstração do resultado abrangente</u>		
Hedge Accounting	(22.471)	(97.974)
Total do efeito no resultado abrangente	(22.471)	(97.974)
<u>Demonstração do resultado do exercício</u>		
Variação cambial	(3.529)	(2.446)
Abandono de poço	1.933	4.563
Depleção acelerada	(23.873)	(157.424)
Provisão de fornecedores	28.609	54.176
Prejuízo fiscal e base negativa	41.044	102.965
ICPC 09	3.029	3.029
Amortização Mais Valia	7.549	7.549
Outros	(2.048)	363
Total do efeito no resultado do exercício	52.714	12.775
Aquisição SPE Tiêta	-	15.902
Incorporação de controladas	(48.766)	-
Créditos extemporâneos	(1.188)	(46.150)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	8.399	46.370
<u>Demonstração do resultado abrangente</u>		
Hedge Accounting	(33.807)	(33.807)
Total do efeito no resultado abrangente	(33.807)	(33.807)
<u>Demonstração do resultado do exercício</u>		
Variação cambial	27.350	22.831
Abandono de poço	19.387	19.429
Depleção acelerada	(52.693)	(52.693)
Prejuízo Fiscal e base negativa	(27.140)	(33.582)
Derivativos	125.406	125.406
Amortização Mais Valia	14.669	-
Outros	(1.499)	3.890
Total do efeito no resultado do exercício	105.480	85.281
Créditos extemporâneos	(1.310)	(819)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	78.762	97.025

Notas Explicativas

**12. VALORES A PAGAR POR AQUISIÇÕES**Política contábil material

Os valores registrados nessa rubrica estão registrados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do resultado.

Os montantes classificados como custo amortizado estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Todos os montantes são devidos em dólares norte-americanos e são convertidos para Real pela cotação da data de fechamento.

Os montantes classificados como valor justo pelo resultado foram mensurados com base nos valores contratuais que definem faixas de preço de acordo com a média do Brent do ano de pagamento. A Companhia utilizou-se da curva futura do Brent para estimar os valores contratuais a serem provisionados. O grupo revisa trimestralmente essas estimativas e qualquer diferença será reconhecida contra o resultado do exercício.

12.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Circulante</u>				
<u>SPE Tiêta</u>				
Valor justo através do resultado	27.308	7.116	27.308	7.116
<u>Polo Miranga</u>				
Custo Amortizado	-	200.004	-	200.004
Valor justo através do resultado	185.769	133.136	185.769	133.136
Total circulante	213.077	340.256	213.077	340.256
Total circulante em US\$	34.410	70.282	34.410	70.282
<u>Não circulante</u>				
<u>Polo Miranga</u>				
Valor justo através do resultado	-	145.239	-	145.239
Total não circulante	-	145.239	-	145.239
Total não circulante em US\$	-	30.000	-	30.000
Total	213.077	485.495	213.077	485.495

Notas Explicativas



12.2 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	918.272
Efeito não caixa		
Adição	295.372	295.372
Incorporação de controladas	603.171	-
Juros apropriados	750	4.560
Variação cambial	(51.680)	(80.821)
Efeito caixa		
Pagamento	(362.118)	(651.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	485.495	485.495
Efeito não caixa		
Adição	22.033	22.033
Juros apropriados	3.377	3.377
Variação cambial	100.884	100.884
Efeito caixa		
Pagamento	(398.712)	(398.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	213.077	213.077

a) SPE Tiêta

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, no dia 28 de fevereiro de 2023, a operação da aquisição da SPE Tiêta foi concluída.

Valor justo através do resultado:

Como parte do contrato, o valor total do *Earnout* era de até US\$36.000 (R\$222.923). Esses pagamentos estão vinculados ao preço do Petróleo tipo Brent nos anos de 2023 a 2025 e a outras sinergias operacionais.

No exercício de 2024, a Companhia registrou o valor de US\$ 4.410 (R\$ 27.308) a título de *Earnout* no resultado do exercício (em 31 de dezembro de 2023, US\$ 1.470, ou R\$ 7.116, que faz parte do custo de aquisição), dos US\$ 8.300 (R\$ 51.396) possíveis. Esse valor foi contabilizado pelo valor justo através do resultado. O valor do *Earnout* de 2024 será liquidado em março de 2025. O valor registrado em 2023 foi integralmente liquidado em março de 2024.

Para o ano de 2025 os vendedores poderão receber até US\$7.230 (R\$ 44.770) adicionais que não foram provisionados por não atingimento das premissas estipuladas em contrato. Além desse montante, existem US\$ 12.000 (R\$ 74.308) restantes que estão relacionados a sinergias com potenciais novos ativos que venham a ser adquiridos pela Companhia não reconhecidos considerando a remota probabilidade da ocorrência dos eventos.

b) Polo Miranga

Em 24 de fevereiro de 2021, a Petroreconcavo firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“*onshore*”) que constituem o Polo Miranga, na Bacia Recôncavo, na Bahia. A aquisição foi concluída no dia 6 de dezembro de 2021.

Os valores a pagar da aquisição foram mensurados pelo custo amortizado e pelo valor justo através do resultado como segue:

Custo amortizado:

- US\$20.000 (R\$ 105.676) pagos dezembro de 2022;
- US\$20.000 (R\$ 101.343) pagos em dezembro de 2023;
- US\$40.100 (R\$ 254.273) pagos em dezembro de 2024.

Notas Explicativas



Valor justo através do resultado:

- US\$27.500 (R\$ 141.606) pagos em março de 2023;
- US\$27.500 (R\$ 137.104) pagos em abril de 2024;
- US\$30.000 (R\$ 185.769) a serem pagos em março de 2025.

13. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil material

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos pagamentos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

13.1 Perdas prováveis

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e sua controlada, e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, foram constituídas provisões, no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	3.252	1.965	4.810	3.366
Processos fiscais	1.472	1.274	1.472	1.274
Processos regulatórios	386	-	41.641	659
Total	5.110	3.239	47.923	5.299

A Companhia possui 85 processos trabalhistas (109, em 31 de dezembro de 2023), sendo 45 deles classificados como perdas prováveis (41, em dezembro de 2023). A maior parte destas ações trabalhistas estão vinculados a empresas terceirizadas, em que a PetroReconcavo consta como responsável subsidiária no processo.

A variação dos processos regulatórios se dá em razão da subsidiária da Companhia, SPE Tiêta Ltda., ser parte de dois processos administrativos que tramitam na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com o objetivo de solucionar controvérsias relativas ao Programa Exploratório Mínimo não realizado de dois blocos exploratórios, onde foram atestadas as inexecuções parciais de Unidades de Trabalho que perfazem o montante original de R\$18.896, que deverá ser atualizado, pelo IGP-DI, desde as datas das assinaturas dos contratos de concessão até o mês anterior às datas dos pagamentos, que em 31 de dezembro de 2024 totalizam o valor de R\$ 41.254.

Apesar de ser sido iniciado procedimento de conciliação junto à ANP, no âmbito da aquisição da SPE Tiêta, as vendedoras da SPE Tiêta se obrigaram a indenizar a Companhia no caso de a SPE Tiêta ter de efetuar algum desembolso pelo pagamento das multas cobradas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e, com isso, apresentou uma fiança bancária prestada pelo Banco Itaú no valor de R\$ 41.254 e se obrigaram a depositar mensalmente, em conta caução, o valor da correção monetária, também com base no índice IGP-DI.

Notas Explicativas



13.1.1 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.391	3.726
Aquisição SPE Tiêta	-	3.492
Incorporação de controladas	335	-
Provisões constituídas	203	203
Provisões revertidas	(690)	(2.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.239	5.299
Provisões constituídas	3.503	45.872
Provisões revertidas	(1.632)	(3.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.110	47.923

13.2 Perdas possíveis

A Companhia possuía em 2024 e em 2023, litígios com probabilidade de perda possível, com base na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	1.439	2.512	4.098	7.739
Processos fiscais	57.300	46.098	57.300	46.286
Processos regulatórios	49.876	15.363	49.891	15.367
Processos cíveis	1.715	1.660	8.360	6.795
Total	110.330	65.633	119.649	76.187

Os processos fiscais são compostos por causas pulverizadas, principalmente de tributos federais.

Os processos trabalhistas são compostos por causas pulverizadas de ex-colaboradores e, principalmente, processos de responsabilidade subsidiária requerendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade, dentre outras.

Os processos regulatórios são compostos por causas pulverizadas com órgãos regulatórios e o aumento no valor dos processos regulatórios contingenciados com perda possível no exercício de 2024 se deu em razão de um auto de infração lavrado por descumprimento de cláusula de conteúdo local pelo antigo operador no total de R\$ 40.732.

13.3 Procedimento arbitral

A PetroReconcavo é parte em um procedimento arbitral instaurado pela própria Companhia, que tramita perante a Câmara de Comércio Internacional (CCI) para discussão sobre contratos de compra e venda de gás natural, onde a Companhia requer que seja declarada a regularidade e validade das operações realizadas nos contratos, reconhecendo a inexistência de débitos e a existência de créditos a seu favor.

O procedimento é confidencial e está em estágio inicial, já tendo sido constituído o Painel Arbitral, assinada a Ata de Missão e iniciado o prazo para apresentação das Alegações Iniciais. Com isso, a Administração entende que ainda não há outras informações relevantes a serem divulgadas pela Companhia até a presente data, sem que a sua divulgação prejudique seriamente a posição da Companhia.

Os valores dos ativos e passivos reconhecidos nessas demonstrações financeiras relacionados à disputa podem variar conforme o resultado do procedimento arbitral.

Notas Explicativas



14. PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS

Política contábil material

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente, desmobilizar e finalizar as atividades.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com abandono de poços são reconhecidos, inicialmente, como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo. Esse reconhecimento ocorre no momento da aquisição de ativos ou com novas perfurações.

Quando a revisão das estimativas resultar em aumento da provisão de abandono de poços um aumento de ativo correspondente é registrado. No caso de diminuição da provisão a diminuição correspondente é registrada no ativo contanto que o valor da redução não supere o valor residual do ativo de provisão de abandono. Eventual parcela excedente é reconhecida imediatamente no resultado na linha de outras receitas e despesas operacionais.

As estimativas são revisadas anualmente com base nas informações mais recentes sobre custos, prazo final de abandono dos ativos e planos de recuperação.

A reversão de provisão em 2024 foi devido à revisão da estimativa de vida útil dos campos, bem como da inflação e da taxa de desconto utilizadas para cálculo da provisão, conforme mencionado em nota explicativa 3.

14.1 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.483	113.611
Aquisição SPE Tietá	-	2.390
Incorporação de controladas	87.906	-
Constituição de provisão	59.699	62.238
Atualização	5.687	12.832
Baixas	(1.068)	(1.447)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	184.707	189.624
Reversão de provisão	(65.037)	(67.369)
Atualização	17.824	18.262
Baixas	(3.545)	(3.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	133.949	136.972
Total do passivo circulante	342	342
Total do passivo não circulante	133.607	136.630

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil material

a) “Non Deliverable Forward” (“NDFs”)

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta mensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “*hedge*”, no caso da adoção da contabilidade de “*hedge accounting*” (“Hedge”).

Notas Explicativas



O Grupo designa os derivativos como instrumentos de Hedge, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (Hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de Hedge e os itens protegidos por ele, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. O Grupo também documenta, tanto no início do Hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de Hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos. O objeto do hedge Accounting são os contratos de receita, ver nota explicativa nº 19.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como instrumentos de Hedge nas estratégias de Hedge de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de Hedge são liquidados, na mesma linha que o item objeto é reconhecido. Quando o Hedge deixa de cumprir os critérios de efetividade, ele é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece enquanto operação ainda possuir expectativa de ocorrer, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados nos instrumentos são reconhecidos no resultado do exercício. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas no patrimônio líquido são imediatamente reciclados para o resultado do exercício.

b) “Zero Cost Collar” (“Collar”)

Os contratos do tipo Collar são uma estratégia de proteção contra flutuações de preços do Petróleo tipo Brent que envolve o lançamento de opções de compra (Call) e a compra de opções de venda (Put), definindo um intervalo de preço e limitando as perdas e ganhos potenciais – os limites.

O “Zero cost collar” é caracterizado pela combinação das opções de compra e venda a prêmios equivalentes. Assim, nessa formulação, não há desembolso inicial, o que justifica a intuição “Zero Cost Collar”.

O grupo reconhece o contabilmente o Collar em seu resultado. Dessa forma, todas as movimentações decorrentes dessa operação possuem efeito na Demonstração do Resultado do Exercício.

A determinação do valor justo desse instrumento financeiro, opções de compra e venda, é feita através do modelo Black & Scholes. Assim, mesmo que a curva futura esteja dentro dos limites do Collar, pode existir uma marcação a mercado positiva ou negativa. Porém, na prática, se a curva do Petróleo tipo Brent seguir a curva futura e estiver dentro dos limites do Collar, o Grupo não terá desembolso nem recebimento efetivo de caixa no vencimento destes contratos.

c) Swap Cambial

A operação de SWAP cambial foi firmada em conjunto com as emissões das debêntures, ver nota explicativa nº 10. A mensuração do valor justo é feita tanto para a ponta ativa quanto para a ponta passiva, estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do SWAP, que é registrado no resultado do exercício.

Notas Explicativas



No Exercício de 2024, a Companhia operou os seguintes instrumentos derivativos:

Instrumento financeiro	Classificação	Designação
<i>Non Delivery Forward ("NDF")</i>	Valor justo pelo resultado abrangente	<i>Hedge accounting</i>
<i>Zero Cost Collar ("Collar")</i>	Valor justo pelo resultado	Não aplicável
<i>Swap Cambial ("Swap")</i>	Valor justo pelo resultado	Não aplicável

Os contratos de *SWAP* firmados resultam em um custo médio dolarizado de aproximadamente 7,05% a.a. e 6,16% a.a. para a primeira e segunda distribuição de debêntures emitidas, respectivamente.

Debêntures I - Série 1	"Nocional"	Remuneração	Valor justo
Ponta Ativa	R\$ 753.000	IPCA + 7,3249%	762.100
Ponta Passiva	\$ 143.776	VC + 7,03%	(955.851)
Resultado			(193.751)
Debêntures I - Série 2	"Nocional"	Remuneração	Valor justo
Ponta Ativa	R\$ 376.500	12,8886%	348.035
Ponta Passiva	\$ 71.888	VC + 7,10%	(479.399)
Resultado			(131.364)
Debêntures II	"Nocional"	Remuneração	Valor justo
Ponta Ativa	R\$ 650.000	CDI + 1,15%	689.249
Ponta Passiva	\$ 114.695	VC + 6,1643%	(732.974)
Resultado			(43.725)
Efeito total do Resultado			(368.840)

15.1 Composição

Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros derivativos		
<i>Collar</i>	575	-
Passivos financeiros derivativos		
<i>NDFs</i>	-	99.433
<i>Collar</i>	-	45
<i>SWAP cambial</i>	368.840	-
Total	368.265	99.478
Total Ativo circulante	575	-
Total Ativo não circulante	-	-
Total Passivo circulante	1.003	99.478
Total Passivo não circulante	367.837	-

Notas Explicativas



15.2 Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	387.592
Efeito caixa		
Liquidação de contratos de derivativos	(40.091)	(268.209)
Efeito não caixa – Resultado abrangente		
Incorporação de controladas – NDF	165.524	-
NDFs	(66.091)	(288.159)
Efeito não caixa – Resultado		
Derivativos registrados no resultado abrangente e reciclados pelo resultado	40.091	268.209
Collar	45	45
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.478	99.478
Efeito caixa		
Liquidação de contratos de derivativos	(127.539)	(127.539)
Efeito não caixa – Resultado abrangente		
NDFs	(99.433)	(99.433)
Efeito não caixa – Resultado		
Collar	(293)	(293)
SWAP cambial	368.840	368.840
Derivativos registrados no resultado abrangente e reciclados pelo resultado	127.212	127.212
Saldo em 31 de dezembro de 2024	368.265	368.265

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social estava apresentado como segue:

Ano	Quantidade de ações (i)	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Custo com emissão de ações	Efeito fiscal	Capital social líquido
2023	293.338.126	2.905.941	(495)	(113.140)	38.468	2.830.774
2024	293.452.126	2.907.148	-	(113.140)	38.468	2.832.476

(i) Todas as ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as ações estavam assim distribuídas:

Acionista	PetroReconcavo	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundos geridos pelo Opportunity	79.693.489	68.753.289
PetroSantander Luxembourg Holdings S.a.r.l.	57.536.716	57.536.716
Eduardo Cintra Santos	16.970.000	16.527.177
Fundos geridos pela Atmos	15.052.500	14.876.100
Perbras - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	12.523.304	12.523.304
Outros acionistas	111.676.117	123.121.540
Total	293.452.126	293.338.126
Ações em tesouraria	(352.936)	(225.996)
Total líquido de ações em tesouraria	293.099.190	293.112.130

No exercício de 2024, a Companhia recomprou 702.000 ações (em 2023, recomprou 200.000) e entregou/vendeu 575.060 (2023, 256.248) ações ordinárias para executivos e colaboradores estratégicos da Companhia, como parte de programas de remuneração baseados em ações. Adicionalmente, os acionistas da Companhia integralizaram capital no total de R\$ 495 no exercício de 2024 (em 2023, R\$ 260).

Notas Explicativas



Em 2024, a Companhia mantinha 352.936 ações em tesouraria (225.996 em 31 de dezembro de 2023) ao preço médio de R\$19,93, totalizando R\$7.035 (R\$5.084 em 31 de dezembro de 2023).

a) Movimentação do Capital Social

Evento	Reunião	Data	Ações	Valor
Saldo		31/12/2022	293.056.784	2.903.102
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	25/01/2023	114.000	1.220
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	02/03/2023	13.018	135
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	25/05/2023	18.268	189
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	04/08/2023	32.000	310
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	28/09/2023	47.056	490
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	21/12/2023	57.000	495
Saldo		31/12/2023	293.338.126	2.905.941
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	29/04/2024	42.000	450
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	29/05/2024	52.000	556
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	27/06/2024	8.000	86
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	31/07/2024	8.000	86
Exercício de opções	Reunião do Conselho de Administração	31/07/2024	4.000	29
Saldo		31/12/2024	293.452.126	2.907.148

16.2 Reserva de incentivos fiscais

a) Lucro da exploração

A Companhia e sua controlada SPE Tiêta gozam do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações (ver nota explicativa nº 11).

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

16.3 Reserva para investimento e expansão

Registra a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, limitada ao montante equivalente a 100% (cem por cento) do capital social, que tem por finalidade:

- (I) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (II) reforço de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada;
- (III) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações da Companhia.

A constituição da Reserva para Investimento e Expansão pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos adicionais ao obrigatório aos acionistas.

No exercício de 2024, a Companhia não constituiu reserva de investimento e expansão e destinou R\$ 435.940 desta reserva para distribuição de dividendos adicionais e JSCP do Exercício (2023, constituiu R\$ 487.561)

Notas Explicativas



16.4 Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

No exercício de 2024, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 21.875 (em 2023, R\$ 35.447).

16.5 Resultado por ação

PetroReconcavo		
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	437.498	708.938
Média ponderada de ações emitidas	293.100.768	292.920.165
Resultado básico por ação - R\$	1,4927	2,4202
Média ponderada das ações e das opções de ações emitidas	293.176.559	293.190.718
Resultado diluído por ação - R\$	1,4923	2,4180

16.6 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido, deduzido de eventuais prejuízos acumulados, ajustado pelas reservas legal, de incentivo fiscal e de contingências, caso haja.

a) Cálculo de dividendos mínimos

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido	437.498	708.938
Reserva legal	(21.875)	(35.447)
Reserva de incentivo fiscal	(61.650)	(7.442)
Base para cálculo	353.973	666.049
Percentual	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	88.493	166.512

b) Movimentação de dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	17.359	132.790
Dividendos mínimos obrigatórios	88.493	17.359
Juros Sobre Capital Próprio	321.506	160.000
Dividendo adicional proposto	379.000	-
Impostos retidos – Juros sobre capital próprio	(30.382)	(10.847)
Pagamentos	(775.976)	(281.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	17.359

No dia 29 de maio de 2024, o Conselho da Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JSCP") no valor bruto de R\$410.000, correspondente ao valor bruto de R\$1,398827

Notas Explicativas



por ação ordinária, sujeito à retenção de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que comprovadamente não estiverem sujeitos à incidência do tributo, na forma da legislação aplicável.

No dia 7 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 379.000, correspondentes a R\$ 1,293078 por ação.

16.7 Pagamentos baseados em ações

a) Ações diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as reservas de capital apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.670
Provisão	13.442
Entrega	(4.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.477
Provisão	15.691
Entrega	(11.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.909

- Benefício extraordinário e metas anuais (2020)

Os programas se referem a um benefício em virtude da conclusão da oferta pública inicial e ao atingimento de metas anuais de 2020, respectivamente. O pagamento depende apenas da permanência dos executivos na Companhia.

- Incentivo de longo prazo ("ILP")

O programa de ILP concede aos Participantes ações restritas (durante o período de *vesting*) em duas parcelas distintas, a parcela de retenção e a parcela *Total Shareholder Return ("TSR")*. O pagamento depende da permanência dos executivos na Companhia e da valorização da ação, respectivamente. Cada parcela representa 50% das ações outorgadas.

Os seguintes contratos de ações diferidas e incentivos de longo prazo vigoravam:

	Quantidade	Outorga	Validade	Valor	Valor do "vested"	
(i)			(ii)	(iii)	31/12/2024	31/12/2023
Benefício extraordinário – 4ª parcela	-	25/06/2021	25/06/2024	-	-	3.034
Benefício metas anuais – 2020	-	25/06/2021	25/06/2024	-	-	3.529
ILP 2022 - Parcelas Retenção e TSR	524.747	31/05/2022	2023–2025	20.455	14.822	10.954
ILP 2023 - Parcelas Retenção e TSR	703.843	2023-2024	2024–2027	15.054	7.146	3.301
ILP 2024 - Parcelas Retenção e TSR	603.014	29/04/2024	2025–2027	12.969	3.282	-
Total	1.831.604			48.478	25.250	20.818

(i) Em consonância com o CPC 10 (R1), a Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas das ações diferidas, em contrapartida de reservas de capital, considerando a intenção da Companhia de efetuar essa liquidação com entrega de ações. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

(ii) A validade do plano representa o final do período de aquisição de direito ("*Vesting period*").

(iii) Representa o valor justo total do plano. Para os planos em que a condição de serviço se limita ao tempo de serviço, o valor justo é determinado com base na cotação de mercado da ação na data da outorga (Benefício Extraordinário e Benefício de Metas Anuais). Já para os planos em que a condição de serviço depende tanto do tempo de serviço quanto da valorização da ação, o valor justo é determinado utilizando-se a metodologia Monte Carlo (ILPs).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existiam ações *vesteds* e não distribuídas.

Notas Explicativas



Ações	31/12/2022	Outorgadas	Canceladas	Entregues	31/12/2023
Benefício Extraordinário – 3ª parcela	200.402	-	(14.119)	(186.283)	-
Benefício Extraordinário – 4ª parcela	200.402	-	-	-	200.402
Benefício Metas anuais 2020	233.064	-	-	-	233.064
ILP 2022 – Parcelas Retenção e TSR	699.661	-	(867)	(69.098)	629.696
ILP 2023 – Parcelas Retenção e TSR	-	617.653	-	-	617.653
Total	1.333.529	617.653	(14.986)	(255.381)	1.680.815

Ações	31/12/2023	Outorgadas	Canceladas	Entregues	31/12/2024
		(i)			
Benefício Extraordinário – 4ª parcela	200.402	-	(13.249)	(187.153)	-
Benefício Metas anuais 2020	233.064	-	(18.738)	(214.326)	-
ILP 2022 – Parcelas Retenção e TSR	629.696	7.127	-	(112.076)	524.747
ILP 2023 – Parcelas Retenção e TSR	617.653	147.695	-	(61.505)	703.843
ILP 2024 – Parcelas Retenção e TSR	-	603.014	-	-	603.014
Total	1.680.815	757.836	(31.987)	(575.060)	1.831.604

- (i) O Conselho de Administração aprovou a outorga de 147.695 (em 2023, 30.024) ações ordinárias a novos participantes contratados pela Companhia após a aprovação do Programa Parcelas Retenção e TSR 2023. Adicionalmente, em abril de 2024, o mesmo Conselho aprovou a outorga do Programa de Parcelas Retenção e TSR 2024. Em setembro de 2024, o conselho de Administração aprovou também a outorga de 34.666 ações para novos participantes contratados pela Companhia após a aprovação do ILP de 2024.

b) Opções de ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2016, a Companhia concedeu a executivos e colaboradores que ocupam posições estratégicas um plano de remuneração baseado em opções de ações. Em função do desdobramento das ações da Companhia, ocorrido em 1º de abril de 2021, cada opção de compra pode ser convertida em duas ações ordinárias da Companhia no momento do exercício da opção.

Os seguintes contratos de opções de ações vigoraram em 31 de dezembro de 2024. As quantidades de opções são aquelas remanescentes e não exercidas.

Data de emissão	Quantidade residual	Outorga	Validade	Preço de exercício (R\$)	Valor justo (R\$)
13/05/2016	15.000	13/05/2016	12/05/2026	14,81	11,93

Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que as condições de serviço foram cumpridas no exercício de 2019.

No exercício findo em 2024, foram exercidas 57.000 opções (2023, 140.671) e zero opções foram canceladas (2023, zero). A Companhia recebeu R\$ 1.207 (2023, R\$2.344) referente ao exercício dessas opções e não possui saldo a receber a título de capital subscrito a integralizar. Não houve opções expiradas no exercício de 2024 e de 2023.

16.8 Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício de 2024, a PetroReconcavo reconheceu a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos, líquido de impostos, que são designados e qualificados como “*hedge*” de fluxo de caixa no montante de R\$65.626 (R\$190.185, em 2023).

Notas Explicativas



17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Saldos e Transações

Saldos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Outros ativos:</u>				
Controladas (i)	27.399	5.084	-	-
<u>Dividendos a pagar</u>	-	17.359	-	17.359
<u>Dividendos a receber:</u>				
Controladas (v)	-	11.316	-	-
<u>Fornecedores:</u>				
Controladas (i)	3.314	-	-	-
Grupo PERBRAS (ii)	2.054	927	2.272	927
Grupo PetroSantander (iii)	1	49	1	49
Total fornecedores	5.369	976	2.273	976

Transações – Receitas (despesas)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas (i)	38.864	121.457	-	-
Grupo PERBRAS (ii)	(4.507)	(9.024)	(4.783)	(14.225)
Grupo PetroSantander (iii)	(335)	(1.221)	(335)	(1.221)
Rateios (iv)	23.805	107.573	-	-
Total	57.827	218.785	(5.118)	(15.446)

(i) Refere-se a prestação de serviços (sondas e diversos), venda de materiais e gás natural entre as empresas do grupo.

(ii) A Companhia possui transações com a acionista PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfuração Ltda., a qual realiza serviços com sondas de produção terrestres e outros serviços diversos de suporte à produção, suportado por contrato de prestação de serviço na modalidade de preços unitários, atualizados anualmente pelo IGP-M.

(iii) A Companhia possui transações com a PetroSantander Management Inc., a PetroSantander Colômbia e a PetroSantander Holdings GMBH que prestam assistência técnica e consultoria especializada na modalidade de "homem hora" relativa à exploração e produção de poços de petróleo, cujo contrato de prestação de serviço não prevê encargos financeiros.

(iv) Refere-se aos rateios de gastos corporativos.

(v) Dividendos declarados e já distribuídos pela controlada SPE Tiêta para a controladora.

17.2 Remuneração da administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios - Diretoria (i)	10.793	13.585	10.793	13.612
Benefícios - Conselho de Administração (i)	4.858	4.562	4.858	4.562
Outros benefícios (ii)	418	245	418	245
Pagamento baseado em ações (iii)	9.638	7.880	9.638	7.880
Subtotal	25.707	26.272	25.707	26.299
Encargos sociais (iv)	3.491	5.008	3.491	5.013
Total	29.198	31.280	29.198	31.312

(i) Refere-se ao pró-labore, líquido de encargos sociais, e bônus dos diretores estatutários e dos conselheiros da Companhia, incluindo os suplentes do Conselho de Administração e participação em Comitês. Após a apuração dos resultados do ano de 2023, parte do bônus provisionado foi revertido em março de 2024.

(ii) Refere-se às contribuições feitas pela Companhia em plano de previdência privada.

(iii) Referem-se a pagamentos e ao *vesting*, líquido de encargos, dos programas descritos na nota explicativa nº16.7.

(iv) Referem-se aos encargos sociais de ônus do empregador referente à remuneração dos diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

Notas Explicativas



A remuneração da Administração é determinada pelos acionistas. Em 24 de abril de 2024, os acionistas definiram, em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração máxima para o exercício de 2024 no montante de R\$34.222 (R\$33.198, 2023), excluindo-se encargos sociais de ônus do empregador.

18. DIREITOS E COMPROMISSOS COM A ANP – AGÊNCIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

18.1 Compromissos e direitos dos campos em produção

O Grupo é concessionário de 57 campos de petróleo subdivididos entre o Polo Remanso, Polo Miranga e Polo Tieta (em conjunto “Ativo Bahia”), e o Polo Potiguar (“Ativo Potiguar”) além de possuir direito a blocos exploratórios no Polo Potiguar.

As seguintes participações governamentais e de terceiros deverão ser pagas pela Companhia em decorrência da retenção e das atividades nesses campos:

Participações	Detalhes
“Royalties”	Os Royalties equivalem ao percentual de 7,5% até 10% aplicado sobre a produção bruta de petróleo e/ou gás natural, a partir da data de início da produção comercial da Área de Concessão (31 de dezembro de 2024, R\$196.246 e 31 de dezembro de 2023, R\$207.431). O pagamento aos proprietários de terra corresponde ao equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo e gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável (31 de dezembro de 2024, R\$28.396 e 31 de dezembro de 2023, R\$30.409).
Participação especial	No montante definido no Decreto das Participações 2.705/98 e Portaria da ANP 10/99.
Pagamento pela ocupação ou retenção da Área de Concessão	Para cada campo existe um valor em R\$ por quilômetro quadrado, que varia de acordo com o contrato de concessão de cada campo e com o estágio de operação de cada campo, que podem ser: (i) fase de exploração; (ii) fase de desenvolvimento; e (iii) fase de produção. Todos os campos estão na fase de produção.

18.2 Compromissos e direitos de blocos exploratórios

Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantidos os direitos de desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos.

Companhia	Área Bloco	Bloco	Situação
PetroReconcavo	Bacia Potiguar	POT-T-702	Em desenvolvimento
PetroReconcavo	Bacia Potiguar	POT-T-742	Em prospecção
PetroReconcavo	Bacia Potiguar	POT-T-793	Em prospecção
SPE Tieta	Bacia do Recôncavo	REC-T-129	Valor reduzido a R\$0
SPE Tieta	Bacia do Recôncavo	REC-T-142	Valor reduzido a R\$0
SPE Tieta	Bacia do Recôncavo	REC-T-224	Valor reduzido a R\$0
SPE Tieta	Bacia do Recôncavo	REC-T-117	Valor reduzido a R\$0
SPE Tieta	Bacia do Recôncavo	REC-T-118	Valor reduzido a R\$0

Notas Explicativas



19. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil material

A Companhia examina os contratos com seus clientes relacionados à comercialização de petróleo, gás natural e seus subprodutos, além de serviços prestados. Esses contratos são analisados para o reconhecimento de receitas e para identificar os diferentes produtos e serviços acordados em cada contrato.

O reconhecimento das receitas de vendas acontece quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, o que normalmente se dá no momento da entrega. É neste ponto que a empresa cumpre com sua obrigação de desempenho.

São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente:

- Bem que seja distinto; e
- Uma série de bens distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada com base no valor da contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo valores cobrados em nome de terceiros. Os preços nas transações são estabelecidos de acordo com os valores especificados nos contratos com os clientes, refletindo as metodologias e políticas de preços da empresa, baseadas em critérios de mercado.

As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

19.1 Composição

As receitas de petróleo estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço contratual de venda do gás natural e seus subprodutos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receita bruta:</u>				
Venda de Petróleo	2.026.051	662.883	2.440.303	2.330.376
Venda de Gás e subprodutos	1.475.199	230.040	1.480.337	1.252.545
Prestação de Serviços	43.315	-	43.315	-
Contrato de <i>Hedge</i>	(127.212)	(40.091)	(127.212)	(268.209)
Total	<u>3.417.353</u>	<u>852.832</u>	<u>3.836.743</u>	<u>3.314.712</u>
 <u>(-) Deduções sobre a receita</u>	 (532.713)	 (87.515)	 (572.189)	 (500.351)
 Receita líquida	 <u>2.884.640</u>	 <u>765.317</u>	 <u>3.264.554</u>	 <u>2.814.361</u>

Notas Explicativas



20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS GASTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(255.839)	(127.164)	(274.271)	(275.275)
Serviços e Materiais	(508.516)	(220.869)	(553.842)	(395.910)
Eletricidade	(71.254)	(39.988)	(72.093)	(77.230)
Vendas	(3.940)	(16.143)	(3.940)	(40.495)
Outras	(80.397)	(24.115)	(73.920)	(36.083)
Compra/"Swap" de gás	(61.941)	(27.335)	(61.951)	(98.194)
Escoamento de gás	(18.713)	(5.668)	(18.713)	(23.896)
Processamento de gás	(219.741)	(32.408)	(219.741)	(183.152)
Transporte de gás	(118.406)	(35.210)	(118.405)	(168.142)
Royalties	(186.893)	(57.064)	(224.642)	(237.840)
Depreciação, amortização e depleção	(508.275)	(148.639)	(694.816)	(598.327)
Total	(2.033.915)	(734.603)	(2.316.334)	(2.134.544)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.809.580)	(637.812)	(2.072.805)	(1.916.661)
Gerais e administrativas	(188.963)	(95.237)	(208.715)	(214.065)
Outras receitas (despesas) líquidas	(35.372)	(1.554)	(34.814)	(3.818)
Total	(2.033.915)	(734.603)	(2.316.334)	(2.134.544)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros e rendimentos, líquidos	42.174	32.427	50.552	65.949
Total receitas financeiras	42.174	32.427	50.552	65.949
Despesas financeiras:				
Juros com empréstimos	(63.302)	(68.694)	(63.302)	(69.661)
Outros juros	(6.698)	(3.618)	(7.869)	(9.812)
Juros sobre abandono de poço	(17.824)	(5.686)	(18.262)	(13.298)
Despesas bancárias e outras	(62.362)	(12.986)	(66.571)	(16.057)
Juros sobre debêntures	(84.840)	-	(84.840)	-
Total despesa financeira	(235.026)	(90.984)	(240.844)	(108.828)
Variação cambial:				
Variação cambial ativa	202.365	90.755	239.017	121.102
Variação cambial passiva	(264.876)	(25.219)	(264.993)	(29.166)
Total variação cambial	(62.511)	65.536	(25.976)	91.936
Instrumentos financeiros:				
SWAP cambial	(368.840)	-	(368.840)	-
Zero Cost Collar	293	(45)	293	(45)
Total Instrumentos financeiros	(368.547)	(45)	(368.547)	(45)
Total	(623.910)	6.934	(584.815)	49.012

Notas Explicativas



22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1 Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas do seu segmento operacional. Historicamente a Companhia financiou suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Companhia. Em 2021, a Companhia abriu seu capital para captação de recursos, tendo feito uma oferta pública subsequente em 2022 com a mesma finalidade. Os instrumentos de dívida atualmente em vigor referem-se a debêntures na Controladora.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da mesma (que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 16) e debêntures (ver nota explicativa nº 10).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração avalia as eventuais necessidades (ou não) de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

22.2 Categoria de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Custo amortizado (i)					
Caixa e equivalentes de caixa	4	259.482	110.834	295.548	197.184
Aplicações financeiras	4	522.269	310.172	777.903	310.172
Contas a receber de clientes	5	373.525	387.964	419.240	416.528
Dividendos a receber	17	-	11.316	-	-

Notas Explicativas



Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado (i)</u>					
Fornecedores	8	399.559	375.453	429.586	384.486
Empréstimos e financiamentos	9	-	902.980	-	902.980
Debêntures (iii)	10	1.792.321	-	1.792.321	-
Dividendos a pagar	16	-	17.359	-	17.359
Valores a pagar por aquisições	12	-	200.004	-	200.004
<u>Valor justo através do resultado abrangente</u>					
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	99.433	-	99.433
<u>Valor justo através do resultado (ii)</u>					
Valores a pagar por aquisições	12	213.077	285.491	213.077	285.491
Instrumentos financeiros derivativos	15	368.265	45	368.265	45

(i) Não existem diferenças relevantes entre o valor contábil e o valor justo considerando os prazos e as características desses ativos e passivos, exceto quando indicado.

(ii) Itens mensurados ao valor justo do Nível 2.

(iii) O valor justo das debêntures difere de seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo das debêntures era de R\$ 1.799.384.

22.3 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos, todos derivativos contratados têm como objetivo mitigar os riscos oriundos das exposições da Companhia em suas atividades.

A Administração faz a gestão do caixa de forma unificada já que pode acessar os recursos da sua Controlada sem restrições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

Notas Explicativas



- Caixa e Equivalentes

Os depósitos bancários e investimentos são efetuados em instituições financeiras de primeira linha, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Risco de Contrapartes e Emissores. Os investimentos nessas instituições estão detalhados na nota explicativa nº 4, onde as contrapartes possuem classificação de crédito mínima A-, em escala nacional, e são consideradas como tendo baixo risco de crédito para fins da avaliação da redução ao valor recuperável. As informações sobre a classificação de crédito são fornecidas por agências de classificação independentes quando disponíveis e, se não disponíveis, o Grupo usa outras informações financeiras publicamente disponíveis e seus próprios registros de negociação para classificar seus principais clientes. A exposição do Grupo e as classificações de crédito das suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Administração, detalhados na nota explicativa nº 4.

- Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo negocia apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito. Antes de aceitar novos clientes, o Grupo avalia o risco de crédito do potencial cliente e a depender do resultado avalia a necessidade de contratação de seguro de risco de crédito (ver nota explicativa nº 23). Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Grupo possui valores provisionados a títulos de PCE referentes do contrato de “Swap” firmado com a Petrobras. Parte dos recebíveis referente ao supracitado contrato estão vencidos. O Grupo não possui outros títulos vencidos materiais, além dos mencionados, no contas a receber de clientes.

Durante o exercício de 2024, cerca de 86% da receita do grupo estava concentrada com clientes que representaram mais do que 10% da receita do ano. As três maiores concentrações representaram, 20%, 29% e 37% do total da receita. No exercício de 2023, a concentração estava em três clientes que somavam 76% (44%, 17% e 15%) das receitas do Grupo.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia tem risco baixo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com moderada participação de capital de terceiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

O fluxo nominal (não descontado) consolidado de principal e juros dos financiamentos e dos instrumentos financeiros, por vencimento, é apresentado a seguir:

Notas Explicativas



Vencimento	2025	2026	2027+	Total
Debêntures, líquidas do swap cambial (ii)	187.303	192.997	2.619.350	2.999.650
Instrumentos financeiros derivativos (NDF e Zero Cost Collar)	(575)	-	-	(575)
Valores a pagar por aquisições	213.077	-	-	213.077
Fornecedores (i)	299.110	-	-	299.110
Valores a pagar de arrendamentos	11.997	7.691	2.549	22.237

(i) Conforme divulgado na nota explicativa nº 8, os valores alocados no passivo não circulante dizem respeito a títulos de fornecedores em disputa cuja previsão de pagamento excede 12 meses. Dessa forma, por não possuir uma data específica para liquidação desse passivo, tais valores não foram apresentados no cronograma acima.

(ii) A emissão das debêntures ocorreu em uma operação casada à aquisição dos Instrumentos Financeiros de SWAP, e por esse motivo, todo o efeito do derivativo é apresentado líquido.

c) Risco de mercado

- Taxa de câmbio

Durante o exercício de 2024, 98% (2023, 97%) das receitas operacionais brutas da Companhia e de sua controlada estavam vinculadas à taxa de câmbio do dólar norte-americano no momento do faturamento. No caso do petróleo, as receitas se referem à venda atrelada ao preço do Brent, cotado em dólares norte-americanos. Para o gás natural e seus derivados, as receitas estão vinculadas tanto a contratos atrelados ao preço do Brent, como a contratos com preços fixos e variáveis em dólares. Os únicos contratos de venda, nesse período, cuja precificação se encontravam em reais se referiam à venda de GLP.

A Controladora, em 27 de setembro de 2022 e em 24 de julho de 2023, adquiriu empréstimos em dólares norte-americanos e nos dias 4 de junho de 2024 e 11 de outubro de 2024 realizou, respectivamente, sua 1ª e 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em uma operação casada com a aquisição de Instrumentos derivativos de SWAP cambial (ver nota explicativa nº 10).

O Grupo possui registrado na rubrica de valores a pagar por aquisições, parcelas diferidas/contingentes de aquisições de ativos cujo valor está atrelado ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo havia reconhecido um passivo total de US\$34.410 (R\$ 213.077) ((US\$ 100.282 (R\$ 485.495) em 2023).

O Grupo mantém aplicações financeiras em fundos cambiais para reduzir sua exposição a passivos em dólar.

		Controladora				
	Risco	Taxa (a)	Exposição R\$	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Alta do US\$	5,9524	484.292	465.531	605.367	726.440
<u>Passivo</u>						
Valores a pagar de aquisições	Alta do US\$	5,9524	213.077	204.822	266.346	319.616
Debêntures (c)	Alta do US\$	5,9524	2.155.497	2.071.990	2.694.371	3.233.246
Efeito líquido no resultado				73.001	(471.068)	(942.140)

Notas Explicativas



Consolidado						
	Risco	Taxa (a)	Exposição R\$	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Alta do US\$	5,9524	739.925	711.258	924.905	1.109.886
<u>Passivo</u>						
Valores a pagar de aquisições	Alta do US\$	5,9524	213.077	204.822	266.346	319.616
Debêntures (c)	Alta do US\$	5,9524	2.155.497	2.071.990	2.694.371	3.233.246
Efeito líquido no resultado				63.095	(407.163)	(814.327)

(a) A taxa de conversão (R\$ para US\$) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foi obtida no Banco Central do Brasil e corresponde à taxa do dólar no Sistema de Expectativas de Mercado para dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa era de R\$ 6,1923.

(b) Os cenários consideram as variações de 25% e 50% sobre o real. Ambos projetam cenários de estresse (seja baixa ou alta do câmbio) sobre o dólar efetivo de 31 de dezembro de 2024.

(c) A emissão das debêntures ocorreu em uma operação casada à aquisição dos Instrumentos Financeiros de SWAP, e por esse motivo, todo o efeito desse derivativo é refletido nessa dívida.

- Taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia, e sua controlada, virem a incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros aplicadas a seus ativos (aplicações) ou passivos (empréstimos e debêntures) no mercado.

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, vinculadas à variação do CDI. Possui também exposição a variações na taxa de juros nos Estados Unidos para a parcela do caixa investida em moeda estrangeira.

No lado do passivo, os juros são reconhecidos a um spread de 3,7% mais SOFR para 6 meses e 3,8% mais SOFR para 3 meses.

Controladora						
	Risco	Taxa (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	14,75%	257.237	295.179	280.871	272.993
Aplicações financeiras	Baixa da US Treasury	3,53%	323.745	335.173	334.137	330.673
Efeito no resultado				4.003	(11.342)	(22.684)

Consolidado						
	Risco	Taxa (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	14,75%	292.889	336.089	319.797	310.827
Aplicações financeiras	Baixa da US Treasury	3,53%	579.379	599.831	597.977	591.777
Efeito no resultado				2.977	(15.169)	(30.338)

(a) As taxas utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e na Bloomberg. Para o CDI, utilizamos como referência a expectativa do Bacen para 2024. Para a US Treasury, utilizamos a expectativa US 2-year para Q4 24.

(b) Os cenários consideram as variações de 25% e 50% sobre as taxas. Ambos projetam cenários de estresse (seja baixa ou alta do índice) sobre a taxa efetiva de 31 de dezembro de 2024.

- Preços das commodities

Durante o exercício de 2024, 77% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos (2023, 72%).

Notas Explicativas



Vale ressaltar que, a partir de 2022, novos contratos de gás natural foram assinados, e, muitos deles não possuem relação direta ao preço do petróleo. Além disso, boa parte dos demais contratos de gás, ainda que vinculados ao preço petróleo, possuem preço mínimo pré-definido.

Como forma de se proteger das volatilidades do mercado de petróleo, a Companhia mantinha diversos contratos de “*hedge*”, tendo protegido um volume de aproximadamente 941 mil barris (25% da produção líquida de petróleo do exercício) no exercício de 2024 (Em 2023, 1.796 mil barris, 32% da produção líquida de petróleo do exercício) a um preço médio nas NDFs de US\$58,10/bbl em 31 de dezembro de 2024 (Em 2023, US\$52,7/bbl).

Controladora						
	Risco	Preço (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
Receita líquida - Óleo	Baixa do Brent	72,85	1.840.000	1.661.633	1.372.211	921.727
Receita líquida - Gás	Baixa do Brent	72,85	1.134.708	1.093.240	1.053.965	1.001.830
Hedge	Baixa do Brent	72,85	(127.212)	(88.452)	120.293	289.112
Total			2.847.496	2.666.421	2.546.469	2.212.669
Provável efeito no resultado				(181.075)	(301.027)	(634.827)

Consolidado						
	Risco	Preço (a)	Contábil	Provável	25% (b)	50% (b)
Receita líquida - Óleo	Baixa do Brent	72,85	2.215.816	2.006.153	1.661.862	1.107.908
Receita líquida - Gás	Baixa do Brent	72,85	1.138.808	1.097.340	1.058.065	1.005.930
Hedge	Baixa do Brent	72,85	(127.212)	(88.452)	120.293	289.112
Total			3.227.412	3.015.041	2.840.220	2.402.950
Provável efeito no resultado				(212.371)	(387.192)	(824.462)

(a) Os preços das commodities utilizados na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas na agência de precificação de commodities ICE, e representam a média dos próximos 12 meses.

(b) Os cenários consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% sobre a média do preço do Brent demonstrados no cenário contábil.

A política da Companhia e sua controlada é a de contratar contratos a termo de *commodity* para gerir o risco de preço das commodities. Em 2023, foram contratados novos hedges no formato Collar para que a Companhia continue protegida em relação as flutuações de preços.

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de *commodity* em aberto no final do exercício de 2024, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de “*hedge*”. Os contratos a termo de *commodity* estão apresentados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no balanço patrimonial (para maiores informações, ver nota explicativa nº 15):

Controladora e Consolidado				
Zero cost collar	Preço médio (US\$)		Quantidade (bbl)	Valor justo
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
	Put	Call		
Menos de 3 meses	65,00	90,98	371.000	145
De 3 a 6 meses	65,00	94,60	124.000	430
Total			495.000	575

Notas Explicativas



23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerente às suas operações. Durante o exercício de 2024 e de 2023 a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, ambientais, responsabilidade civil e outros.

23.1 Controladora e Consolidado

Modalidade	Moeda	Valor em Risco		Valor máximo indenizável	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Riscos Ambientais	US\$	N/A	N/A	10.000	6.050
Danos Materiais	US\$	409.743	272.726	45.000	25.100
Responsabilidade Civil	US\$	N/A	N/A	6.000	3.000
D&O Empresarial	R\$	130.000	120.000	130.000	120.000
Seguro de Descomissionamento	R\$	23.325	N/A	23.325	N/A
Risco de Crédito	R\$	2.350.000	1.920.000	320.000	320.000
Total		2.913.068	2.312.726	534.325	474.150

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve atividades única e exclusivamente de extração de Petróleo e Gás (E&P), seja na venda de produtos, seja na prestação de serviços, que representa 100% da receita líquida da Companhia. Essa atividade é considerada como um único segmento por parte da Administração da Companhia.

As informações reportadas à Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, produção, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do Grupo.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adições por novos contratos IFRS 16	22.884	27.319	22.884	41.183
Dividendos a receber	-	11.316	-	-
Dividendos e JSCP propostos e não pagos	-	17.359	-	17.359
Contraprestação contingente - SPE Tiêta	22.033	7.702	22.033	7.702
Incorporação de controladas	-	2.790.176	-	-
Aquisição SPE Tiêta Ltda.	-	295.372	-	295.372
Transações com impacto no imobilizado				
Adições de provisão para abandono de poços	-	59.699	-	62.238
Reversão de provisão para abandono de poço	(65.037)	-	(66.924)	-
Reclassificação de ICMS CIAP	-	(13.568)	-	(41.395)
Total	(20.120)	3.195.375	(22.007)	382.459

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
PetroReconcavo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PetroReconcavo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PetroReconcavo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita na venda de petróleo e de gás e subprodutos

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de sua controlada derivam principalmente da venda de petróleo e de gás e subprodutos, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto vendido.

A contabilização da receita de venda de petróleo e de gás e subprodutos envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja reconhecida após a Companhia cumprir com a sua obrigação de desempenho conforme os termos definidos nos respectivos contratos de venda; e (b) que a mensuração do preço da transação seja determinado de acordo com os termos estabelecidos nos respectivos contratos de venda e as práticas de negócios usuais da Companhia para determinar o preço da transação. Devido a esses aspectos e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de petróleo e de gás e subprodutos como um principal assunto de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de venda de petróleo e de gás e subprodutos; (ii) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento das receitas de venda de petróleo e de gás e subprodutos; (iii) procedimento de confirmação externa, em base amostral, sobre o faturamento das receitas de venda de petróleo e de gás e subprodutos; (iv) procedimentos analíticos substantivos na receita de venda de petróleo, por meio de análises de correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da receita de venda de petróleo reconhecida pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de petróleo e de gás e subprodutos e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira

compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 19 de março de 2025.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - EXERCÍCIO DE 2024

A Companhia tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que coincide com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário foram nomeados pelo Conselho de Administração e tem em sua composição 1 (um) conselheiro de administração independente, e 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente.

Os membros do Comitê de Auditoria são:

- Carlos Marcio Ferreira – Coordenador do Comitê de Auditoria e membro independente do Conselho de Administração desde 23/02/2021
- Leonardo Guimarães Pinto – Membro do Comitê de Auditoria desde 23/02/2021
- Victor Low – Membro do Comitê de Auditoria desde 23/02/2021

Nenhum dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário é controlador ou diretor da Companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas. O Comitê de Auditoria tem autonomia operacional e orçamento próprio anual aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento e para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou de outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.

As principais informações e atribuições do Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, estão indicadas abaixo.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de fevereiro de 2021 e alterados em reunião de 1º de abril de 2021. O regimento citado acima poderá ser consultado no site da Companhia: ri.petroreconcavo.com.br.

O Comitê de Auditoria se reunirá, no mínimo, trimestralmente, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador do Comitê de Auditoria ou por solicitação escrita de quaisquer 2 (dois) membros do Comitê de Auditoria; e deverá realizar, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano, a avaliação do seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

O comitê terá como obrigações de sua competência:

- Orientar a Diretoria quanto a avaliação e indicadores associados ao modelo de gestão de riscos da Companhia, assim como monitorar periodicamente as políticas de gerenciamento de riscos, e a adequação à tolerância máxima a riscos determinada pelo Conselho de Administração;
- Monitorar questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;
- Acompanhar e supervisionar a razoabilidade no que tange a qualidade e integridade das informações demonstrações financeiras, e, sempre que necessário, recomendando previamente sobre a submissão ao Conselho;
- Monitorar o resultado das revisões trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos, conhecimento de atos ilegais, e reflexos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;
- Direcionar os principais assuntos relacionados aos registros por meio do canal de denúncias da Companhia ("Canal Transparência"), zelando pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta, e quando necessário, reportar ao Conselho de Administração sobre fraudes e/ou crimes, assim como as respectivas providências;
- Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento do cumprimento das leis, normas, regulamentos e políticas internas aplicáveis à Companhia, bem como revisar periodicamente as políticas e procedimentos no que tange a área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, incluindo a observação quanto ao Programa de Integridade, bem como a estruturação, funcionamento e plano de trabalho da área de Compliance.

RESUMO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO 2024

No dia 5 de maio de 2021, a Petroreconcavo se tornou uma empresa pública listada na B3, a Bolsa do Brasil. Essa data, que simboliza uma enorme conquista, marca também a renovação de nosso compromisso com acionistas, colaboradores e a sociedade. E, no intuito de honrar com excelência tal compromisso (ou o compromisso firmado), estar em conformidade com a legislação e com as boas práticas de governança, a Companhia, por meio da AGO realizada em 23 de fevereiro de 2021, instituiu o Comitê de Auditoria.

Ao longo de 2024, o Comitê de Auditoria realizou 14 (quatorze) reuniões, que contaram com a participação de Diretores, Gerente de Compliance, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes. Além disso, diversas áreas da companhia foram envolvidas, especialmente durante a elaboração da Matriz de Riscos, promovendo uma abordagem integrada e abrangente na gestão de riscos e no acompanhamento das atividades de auditoria.

Principais Temas discutidos em 2024:

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- Monitoramento do Programa de Integridade, com início da revisão para atualização das normas internas – Código de Ética e Conduta e diretrizes anticorrupção, prevenção a lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, conflito de interesses, due diligence de integridade, brindes, presentes e hospitalidades, doações e patrocínios, amplamente divulgadas na plataforma SohExpert, e disponíveis na intranet; indicadores de cultura de integridade, como o treinamento do Código de Ética e Conduta, campanhas de comunicação internas sobre os temas relativos a ética e conduta; do recebimento de denúncias no Canal Transparência, bem como, desenvolvimento das investigações e recomendações de aplicação de medidas disciplinares pelo Comitê de Ética;

- O Comitê acompanhou a implementação do novo sistema ERP, monitorando o orçamento do projeto em comparação com o realizado. Além disso, recebeu também ao final da implementação, o andamento da migração de dados, garantindo o alinhamento das etapas do projeto com o planejamento estabelecido.

- Monitoramento das atividades da área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos Corporativos, avaliando periodicamente a qualidade dos mecanismos dos controles internos, considerando especialmente os aspectos financeiros, contábeis, e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, transparência, forma, conteúdo e disponibilidade;

- Monitoramento de planos de ação cuja implementação foi adiada repetidamente. O comitê concentrou-se em identificar as razões subjacentes ao adiamento desses planos de ação, analisando tanto as causas operacionais quanto as estratégicas, assim como enfatizou a necessidade de estabelecer metas realistas e prazos alcançáveis, promovendo uma cultura de responsabilidade e accountability;

- Avaliou, ao longo de 2024, o resultado dos trabalhos realizado pela auditoria interna, conforme planejamento anual nos processos de Escoamento de produção, Royalties, Sucata, Consórcios. As auditorias realizadas, teve como resultado pontos de melhorias gerando novos planos de ação que estão implementados ou em andamento;

- Em outubro de 2024, a PetroReconcavo realizou uma reestruturação nos departamentos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, visando aprimorar a coordenação entre essas funções essenciais. Esta integração teve como objetivo uma gestão dos riscos corporativos mais eficiente e alinhada, preservando a autonomia e a atuação independente dos departamentos de segunda e terceira linhas. Esses departamentos reportam-se diretamente ao Conselho de Administração através do Comitê de Auditoria.

- Administrativamente, esses departamentos têm uma linha de reporte ao CFO (Chief Financial Officer), fortalecendo a conexão com o planejamento estratégico da empresa. Relatórios específicos de compliance são direcionados ao CFO, assegurando que tais questões recebam a devida prioridade na gestão corporativa. Além disso, o Comitê de Ética faz comunicações executivas ao CEO, garantindo que a ética corporativa esteja completamente integrada à liderança e seja uma prioridade constante para manter elevados padrões de integridade.

- Aprovou o Planejamento Anual de Auditorias, Riscos e Compliance (PAINT 2025), que norteará as atividades dessas áreas ao longo do ano. O plano foi estruturado com base na matriz de riscos e nas prioridades estratégicas da empresa, focando em:

- Auditorias operacionais nas unidades;
- Auditorias corporativas;
- Implantação de Auditoria Contínua como ferramenta de gestão para avaliação constante dos processos e controles internos;
- Auditorias de Tecnologia da Informação (ITGC);
- Gestão de Riscos corporativos; e
- Compliance: Atualização do programa de Integridade e suas aplicações.

Essas iniciativas visam aprimorar a eficácia dos controles e melhoria da governança a fim de garantir o alinhamento com os objetivos da organização.

- Revisão do orçamento das áreas de Auditoria Interna, Riscos e Compliance para o ciclo anual de 2025, com a devida ciência, opinião e análise sobre a alocação de recursos financeiros e humanos necessários para o pleno desenvolvimento do Programa de Integridade, garantindo a independência de investimento e a remuneração dos profissionais compatível com os cargos que ocupam, bem como, as atividades da auditoria, riscos e controles.

- O Comitê aprovou a atualização da Matriz de Riscos, que detalha a identificação, classificação e priorização dos principais riscos que podem impactar a organização. A matriz categoriza os riscos com base na probabilidade de ocorrência e no impacto potencial, destacando aqueles classificados como altos e extremamente altos. Diante disso, foi recomendada uma nova alocação de recursos e esforços prioritários para a mitigação desses riscos críticos atualizados, com o objetivo de reduzir sua probabilidade e/ou impacto, assegurando maior proteção às operações.

- Tomou conhecimento e atualizou o Conselho de Administração sobre as principais atividades realizadas pela área de Compliance e sobre o canal de denúncias e as investigações realizadas sobre os temas mais relevantes;

- Acompanhamento e recomendação da aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras anuais e trimestrais (ITRs) da destinação dos lucros líquidos da Companhia;
- Acompanhamento dos resultados financeiros, dos benefícios fiscais concedidos à Companhia e da recuperação de créditos conforme previsto na legislação vigente;
- Discussão sobre as informações contidas na carta de controles internos 2024 emitida pelo auditor externo e recomendações de melhoria, bem como as respectivas respostas da Administração para a correção ou melhoria dos pontos;
- Monitoramento mensal do status dos Planos de Ação para mitigar riscos identificados nos mapeamentos de riscos e auditorias internas;
- O Comitê foi consultado sobre temas contábeis ao longo de 2024 e forneceu as suas recomendações.
- O Comitê recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. ("EY") para a auditoria dos exercícios fiscais de 2025 e 2026, em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), devido ao término da vigência do contrato de prestação de serviços. A Deloitte manifestou sua anuência quanto à justificativa da substituição e permanecerá como auditor independente da Companhia até a conclusão da auditoria das demonstrações financeiras do exercício social de 2024.

O Comitê de Auditoria não tem conhecimento de outros eventos relevantes ou reclamações de não conformidade com as normas, falta de controle, ações ou omissões do Conselho de Administração, manipulação, divulgação fraudulenta, inadimplência ou erro que possa afetar a continuidade e imagem da Companhia ou a confiabilidade das demonstrações financeiras.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FISCAL DO ANO 2024, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DO MESMO ANO.

Em cumprimento às disposições estatutárias, os membros do Comitê de Auditoria examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da PETRORECÔNCAVO S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), ambos referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras formalizado pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA ("auditores independentes"), emitido sem ressalvas, e na opinião dos auditores independentes e bem como nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da companhia no decorrer do exercício, avaliam, por unanimidade, recomendar ao Conselho de Administração, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Mata de São João, 18 de março de 2025

Carlos Marcio Ferreira

Victor Low

Leonardo Guimarães Pinto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

(DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09)

Declaramos, na qualidade de diretores da PetroReconcavo S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na Cidade de Mata de São João, Estrada do Vinte Mil, Km 3,5, Estação São Roque CEP 48.280-000, Mata de São João - BA , inscrita no CNPJ sob o nº 03.342.704/0001-30, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto de informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente ao exercício de 2024.

Mata de São João, 19 de março de 2025

Diretores:

José Maria de Mello Firmo
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos Auditores Independentes, datado em 19 de março de 2025, sobre a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, referente ao exercício de 2024.

Mata de São João, 19 de março de 2025

Diretores:

José Maria de Mello Firmo
Diretor Presidente

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ANEXO II

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência)

(art. 10, inciso III, da RCVM 81)

2. Comentários dos diretores

2.1 – Os diretores devem comentar sobre:

Situação financeira da Companhia no encerramento do exercício social.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total, que corresponde à divisão do total de Capital de Terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) pelo Capital Próprio (patrimônio líquido), foi de 0,76. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 296 milhões, a posição de aplicações financeiras era de R\$ 778 milhões, sendo R\$ 762 milhões no ativo circulante e R\$ 16 milhões no ativo não circulante, totalizando R\$ 1,1 bilhão. Na mesma data, a dívida bruta, que compreende os saldos de debêntures, instrumentos financeiros derivativos e valores a pagar por aquisições, era de R\$ 2,4 bilhões. Dessa forma, a Companhia apresentava dívida líquida de R\$ 1,3 bilhão. O cálculo da dívida líquida é realizado diminuindo a dívida bruta a posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a Companhia apresentou, no período indicado, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.202.294
Capital próprio (patrimônio líquido)	4.235.277
Capital total (terceiros + próprio)	7.437.571
Parcela de capital de terceiros	43%
Parcela de capital próprio	57%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2024 eram de 2,32 e 2,14, respectivamente. O índice de liquidez geral corresponde à soma dos ativos circulante e não circulante, dividido pela soma dos passivos circulante e não circulante. Já o índice de liquidez corrente corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

A Administração julga que a Companhia não tem risco significativo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa, considerando que essa geração de caixa é suficiente para pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e para cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações. O EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1,6 bilhão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava dívida líquida no montante de R\$ 1,3 bilhão, conforme mencionado anteriormente. Assim, o índice de dívida líquida sobre EBITDA nessa data foi de 0,80x.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) emissões de debêntures no mercado de capitais.

Em 04 de junho de 2024, ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 1.129.500 tendo sido emitidas (i) 753.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 376.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento de 2.551 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2031.

O principal da 1ª Série é atualizado pelo IPCA e tem uma taxa de juros fixa associada de 7,32%, enquanto a 2ª Série está associada a uma taxa de juros fixa de 12,88%. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, do artigo 2º, inciso I, combinado com os artigos 18 e 19, todos do Decreto Presidencial nº 11.964, de 26 de março de 2024 tendo em vista o enquadramento dos projetos de infraestrutura descritos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 Séries, para Distribuição Pública (“Projetos”), sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da PetroReconcavo S.A. (“Escritura de Emissão”) como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia.”

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures foram utilizados exclusivamente para o (i) pagamento futuro e/ou (ii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação dos Projetos, desde que o pagamento dos referidos gastos, despesas e/ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 meses da data de encerramento da Oferta.

Além disso, a Companhia contratou contratos de SWAP cambial com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultou em um custo médio dolarizado de aproximadamente 7,05% ao ano e “duration” aproximado de 5,1 anos.

Em 11 de outubro de 2024, ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante

a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 650.000 na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 1.830 dias da data de sua emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2029.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures foram utilizados exclusivamente para (i) o pagamento de dívida sindicalizada, nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, entre a Emissora, o Itaú Unibanco S.A. Miami Branch, o Banco Santander S.A. Luxembourg Branch e o Banco Safra S.A. Luxembourg Branch, constituída em 6 de setembro de 2022, no valor de US\$126.000; e (ii) após a destinação destes nos termos do item (i) acima, foram destinados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e potenciais avaliações e oportunidades para aquisição de ativos.

Além disso, a Companhia contratou SWAPS (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a Emissão. Dessa forma, a Emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,16% ao ano e “duration” aproximada de 3,75 anos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) abaixo estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os saldos consolidados de debêntures, em milhares de reais, eram os seguintes:

	31/12/2024
<i>R\$ mil</i>	
Debêntures – Série 1	777.481
Debêntures – Série 2	381.789
Custos a amortizar 1	
Debêntures 2	(29.724)
Custos a amortizar – Debêntures 2	664.190
	(1.415)
Total	1.792.321

No exercício de 2024, a Companhia concluiu a liquidação de 100% de seus empréstimos, com um desembolso total de R\$ 1.131.290 mil. Desse montante, R\$ 328.770 mil foram destinados à quitação do financiamento contratado em 2023 pela Companhia para a aquisição da Maha Energy Brasil Ltda., enquanto R\$ 802.520 mil foram utilizados para encerrar o refinanciamento obtido em 2022.

Em 04 de junho de 2024, ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

O valor total de emissão foi de R\$ 1.129.500 mil tendo sido emitidas (i) 753.000 Debêntures da 1ª série; e (ii) 376.500 Debêntures da 2ª série.

As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série têm prazo de vencimento de 2.551 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2031.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures foram utilizados exclusivamente para o (i) pagamento futuro e/ou (ii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação dos Projetos, desde que o pagamento dos referidos gastos, despesas e/ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 meses da data de encerramento da Oferta.

Em 11 de outubro de 2024, ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em uma série, sob o rito de registro automático perante a CVM, com dispensa de análise prévia, nos termos da Resolução CVM 160, destinada exclusivamente a investidores profissionais.

No âmbito da Oferta, foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal de R\$ 1 (mil reais), perfazendo assim o valor total de emissão de R\$ 650.000 mil na data de sua emissão. As Debêntures têm prazo de vencimento de 1.830 dias da data de sua emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2029.

Os recursos obtidos pela Companhia com a integralização das Debêntures foram utilizados exclusivamente para (i) o pagamento de dívida sindicalizada, nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, entre a Emissora, o Itaú Unibanco S.A. Miami Branch, o Banco Santander S.A. Luxembourg Branch e o Banco Safra S.A. Luxembourg Branch, constituída em 6 de setembro de 2022, no valor de US\$126.000 mil; e (ii) após a destinação destes nos termos do item (i) acima, foram destinados para reforço de caixa, investimentos em capital de giro, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em expansão, modernização e potenciais avaliações e oportunidades para aquisição de ativos.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Abaixo, descrição das principais obrigações (“covenants”) das debêntures:

- a) No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) do Consolidado não deve ser maior que 3,00;
- b) No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das Reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) não deve ser menor que 1,50;
- c) Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras, incluindo Fundos Cambiais) consolidados não deve ser menor que R\$100.000 mil.

Adicionalmente, a Companhia possui algumas cláusulas restritivas para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, acima dos 25% do lucro líquido do exercício previstas em estatuto listadas abaixo:

- Estar adimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão; e
- Imediatamente antes e imediatamente depois (neste último caso, considerando o proforma consolidado) do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas não houver descumprimento dos Índices Financeiros apurado com relação aos últimos 12 meses relativos às demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, estes contratos possuem obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não é parte de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não ocorreram neste período alterações significativas de práticas e/ou políticas contábeis pela Companhia.

Análise das Demonstrações de Resultados Consolidados

PRINCIPAIS COMPONENTES DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Abaixo, encontra-se a análise dos principais componentes de cada item das nossas demonstrações de resultado:

Abaixo, encontra-se a discussão dos principais componentes de cada item das nossas demonstrações de resultado:

Receita Operacional Bruta

As receitas da Companhia advêm da produção e da comercialização de petróleo, gás natural e seus subprodutos, além de serviços prestados.

Receita com Vendas de Petróleo, Gás e subprodutos e Prestação de Serviços

O reconhecimento das receitas de vendas acontece quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, o que normalmente se dá no momento da entrega. É neste ponto que a empresa cumpre com sua obrigação de desempenho.

As receitas de petróleo estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço contratual de venda do gás natural e seus subprodutos.

A receita é mensurada com base no valor da contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo valores cobrados em nome de terceiros. Os preços nas transações são estabelecidos de acordo com os valores especificados nos contratos com os clientes, refletindo as metodologias e políticas de preços da empresa, baseadas em critérios de mercado.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares, conforme demonstrado abaixo.

Deduções sobre a receita

As deduções sobre a receita bruta referem-se aos impostos e contribuições incidentes sobre as nossas receitas, além de deduções relativas a receitas canceladas, assim divididas:

- **PIS:** contribuição federal que incide à alíquota de 0,65% sobre as receitas auferidas pela Companhia e oriundas do Contrato de Produção (chamado de “PIS cumulativo”) e de 1,65% para as receitas auferidas com a venda de petróleo bruto, gás natural e subprodutos dos campos próprios (chamado de “PIS não cumulativo”);
- **COFINS:** contribuição federal que incide à alíquota de 3% sobre as receitas auferidas pela Companhia e oriundas do Contrato de Produção (chamado de “COFINS cumulativo”) e de 7,6% para as receitas auferidas com venda de petróleo bruto, gás natural e subprodutos dos campos próprios (chamado de “COFINS não cumulativo”);
- **ICMS:** imposto estadual que incide sobre as receitas com venda de petróleo realizadas pela PetroReconcavo S.A. realizadas dentro do estado do Rio Grande do Norte e nas vendas de gás natural e subprodutos efetuadas pela Companhia.
- **ISS:** imposto municipal que incide sobre as receitas com prestação de serviços realizadas pela PetroReconcavo S.A.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos serviços da Companhia referem-se aos custos diretamente relacionados à prestação de serviços no âmbito do Contrato de Produção e à operação dos campos próprios, e são descritos abaixo:

- **Royalties:** corresponde à participação governamental paga ao Tesouro Nacional em face da produção realizada pelos campos próprios e que possuem contratos de concessão celebrados com a ANP, à alíquota de 7,5% a 10%, a depender do campo produtor, mais 1% referente a participação dos proprietários de terra, da produção mensal de petróleo e gás natural multiplicado, no caso do petróleo, pelo preço de referência na forma da Resolução 703/2017 da ANP e, no caso do gás natural, pelo preço de venda estabelecido nos contratos de comercialização da produção, nos termos do Decreto Presidencial nº 2705/1998.
- **Custos de operação, manutenção e com reparo de poços:** correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, energia, transporte da produção, aluguel de equipamentos, manutenção de equipamentos e instalações operacionais e serviços terceirizados diversos relativos à operação da Companhia. Já os custos com reparo de poços correspondem aos gastos com intervenções dentro de poços visando restaurar a produtividade dos mesmos. Constituem-se, principalmente, de serviços de sondas de

produção terrestres, e de gastos com a substituição de equipamentos e materiais instalados dentro dos poços, tais como bombas de fundo, tubos de produção, e hastes de bombeio;

- *Custos com escoamento, processamento e transporte do gás*: correspondem aos custos para processamento do gás rico e tarifas pagas pela Companhia para escoamento e processamento do gás natural;
- *Depleção, amortização e depreciação*: corresponde à diminuição parcelada do valor dos elementos dos ativos imobilizados e intangíveis das áreas de produção. A maior parte dos valores apresentados nesta conta refere-se a ativos depletados, particularmente os “investimentos para incremento da produção e perfuração de poços” que corresponde a investimentos em motores, transformadores, equipamentos e gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície, visando um aumento da produção ou das reservas recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços que tiverem sua comerciabilidade provada. A depleção destes gastos e a depreciação destes bens são feitas utilizando-se o método da produção atual em relação às reservas provadas desenvolvidas. A avaliação das reservas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi efetuada pela empresa especializada Netherland, Sewell & Associates, Inc.

Receitas (Despesas)

As receitas (despesas) operacionais da Companhia consistem substancialmente em despesas administrativas para abandono de poços, custo de exploração e depreciações, conforme descrito abaixo:

- *Gerais, vendas e administrativas*: correspondem, principalmente, aos gastos com mão-de-obra, despesas administrativas gerais, despesas com advogados e auditores, consultorias dos setores administrativos e despesas com vendas.
- *Depreciações e amortização*: A despesa de depreciação está relacionada à diminuição do valor dos bens imobilizados como edifícios e instalações administrativas, computadores, e veículos não diretamente relacionados à operação dos campos. A despesa de amortização corresponde a diminuição dos valores de softwares da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro corresponde à diferença entre as receitas e despesas financeiras da Companhia, acrescida da variação cambial sobre ativos e passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira.

A receita financeira decorre principalmente dos rendimentos das aplicações financeiras feita para o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. As despesas financeiras correspondem principalmente a despesas bancárias diversas e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

A variação cambial incide sobre os ativos e passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira, que incluem, respectivamente, montantes denominados em moeda estrangeira devidos a fornecedores, saldos dos swaps cambiais das debêntures em dólares norte-americanos e valores a pagar por aquisições de ativos pela Companhia, denominados em dólares norte-americanos, bem como sobre rendimentos de fundos cambiais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com IR e CSLL são classificadas em corrente, diferido e redução em função de incentivo fiscal, da forma como segue:

- *Corrente*: O IR e CSLL no Brasil, são calculados tomando-se por base o lucro tributável à alíquota de 25% (15% mais adicional de 10% sobre lucro excedente a R\$240 mil) e 9%, respectivamente. A legislação tributária brasileira permite compensar prejuízos referentes a exercícios passados com lucros de

exercícios futuros, sem prazo de prescrição, porém com restrição de utilização limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício.

- *Diferido:* O IR e CSLL diferidos incluem os efeitos do reconhecimento de prejuízos fiscais e das diferenças temporárias, que são compostas principalmente por provisões normalmente relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis do lucro real e da base de cálculo da contribuição social ao tempo do registro, mas apenas posteriormente, na data de sua realização financeira.
- *Redução Incentivo Fiscal:* A Companhia e suas controladas gozam de redução de 75% do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações. Com a promulgação da Lei nº 11.638/07. Este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a administração da Companhia proporá à Assembleia Geral que a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício seja destinada do lucro do exercício para a reserva de lucros de incentivos fiscais, não podendo a mesma ser distribuída aos acionistas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	2024 x 2023
Receita líquida	3.264.554	100%	2.814.361	100%	16%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.072.805)	-63%	(1.916.661)	-68%	8%
Lucro bruto	1.191.749	37%	897.700	32%	33%
Despesas gerais, vendas e administrativas	(208.715)	-6%	(214.065)	-8%	-2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(34.814)	-1%	(3.818)	0%	812%
Despesas operacionais	(243.529)	-7%	(217.883)	-8%	12%
Lucro operacional	948.220	29%	679.817	24%	39%
Resultado financeiro	(584.815)	-18%	49.012	2%	-1293%
Lucro antes dos impostos	363.405	11%	728.829	26%	-50%
Imposto de renda e contribuição social	74.093	2%	(19.891)	-1%	-472%
Lucro líquido do Exercício	437.498	13%	708.938	25%	-38%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Receita líquida

A Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 3,3 bilhões comparativamente a R\$ 2,8 bilhões no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$ 450 milhões.

(Em milhares de Reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de

2024	AV%	AH%	2023	AV%
------	-----	-----	------	-----

Receita com Venda de Petróleo	2.440.303	75%	5%	2.330.376	83%
Receita com Venda de Gás e subprodutos	1.480.337	45%	18%	1.252.545	45%
Receita de Serviços	43.315	1%	n.m.	-	0%
Contrato de hedge	(127.212)	-4%	-53%	(268.209)	-10%
Total	3.836.743	118%	16%	3.314.712	118%
(-) Deduções sobre a receita	(572.189)	-18%	14%	(500.351)	-18%
Receita Líquida	3.264.554	100%	16%	2.814.361	100%

Receita com venda de petróleo

A receita com a venda de petróleo aumentou 5%, passando de R\$ 2,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 2,4 bilhões no mesmo período de 2024. Esse aumento deveu-se, principalmente, a redução dos efeitos dos hedges de petróleo e do aumento da taxa de câmbio, parcialmente mitigados pela redução no preço do petróleo tipo Brent.

Receita com venda de gás natural e subprodutos

A receita com venda de gás natural e subprodutos aumentou 18%, passando de R\$ 1,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 1,5 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refletindo um mix de melhor produção e precificação dos produtos no ano.

Receita de serviços

A receita de prestação de serviços iniciada em 2024 é decorrente da prestação de serviços externos de perfuração, gerado pela otimização da frota de sondas e serviços internas e gerou no exercício uma receita de R\$ 43 milhões.

Contratos de hedge

A desvalorização do barril de petróleo do tipo Brent resultou em uma menor perda nos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, registramos uma perda de R\$127,2 milhões nessa rubrica, enquanto no mesmo período de 2023, a perda foi de R\$ 268,2 milhões. Os contratos a termo de *commodity*, Non-Deliverable Forward (NDF), relativos ao processo de aquisição do Ativo Potiguar para gerir o risco de preço, foram encerrados.

Deduções da receita bruta

As deduções sobre a receita bruta da Companhia aumentaram 14%, passando de R\$500,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$572,2 milhões no mesmo período de 2024, refletindo, basicamente, do aumento na receita operacional bruta, que foi de 16%.

Receita líquida

Pelos mesmos fatores descritos acima, a receita líquida da Companhia aumentou 16%, passando de R\$ 2,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 3,3 bilhões no mesmo período de 2024.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, que é composto pelos custos de Midstream (Compra, escoamento, processamento e transporte de gás natural), pessoal, serviços e materiais, energia elétrica, vendas e

outros custos e despesas em 2024 foram de R\$ 1,4 bilhão, aumento de 8% em relação ao ano anterior.

O cálculo do custo médio de produção (lifting cost) é a soma dos custos totais de produtos vendidos, ajustados pela movimentação dos estoques, excluindo-se os custos com vendas, aquisição, processamento, escoamento e transporte do gás, os royalties, a depreciação, a amortização e a depleção, dividido pela produção bruta total em barris de óleo equivalente (boe).

O custo médio de produção do ano foi de US\$ 13,60/boe, aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Custos e despesas com pessoal: a rubrica de pessoal se manteve estável em comparação com o ano anterior.

Custos e despesas com serviços e materiais: aumento de 40% em relação a 2023, em função, principalmente, de aumentos nos custos: (i) com transporte de óleo, principalmente, por conta do crescimento da produção no campo de Tiê, que ainda não tem escoamento por oleoduto, (ii) com reparo de poços, devido a aumento na quebra de poços no exercício; (iii) com integridade de ativos associados ao plano de resiliência operacional, e; (iv) custos associados à prestação de serviços externos das duas sondas de perfuração que operaram para terceiros ao longo do ano.

Custos com eletricidade: redução de 7% devido a gestão mais eficiente de energia no polo de Miranga, que passou a ser internalizada ao longo do ano.

Despesas de vendas: Em 2024, as despesas foram de R\$ 3,9 milhões, 90% abaixo do valor do ano anterior em função das despesas de logística e armazenamento do petróleo produzido no ativo Potiguar em 2023, devido à parada da refinaria Clara Camarão.

Custos com midstream (compra, escoamento, processamento e transporte de gás natural): Em 2024, houve uma redução de 37% nos custos com compra de gás, uma vez que, em 2023 foi necessário comprar um volume acima da média para suprir contratos de gás durante as paradas que aconteceram no ativo Potiguar. Os custos com processamento de gás natural cresceram 20% em relação ao ano anterior devido ao fato de não ter ocorrido processamento de gás nos dois primeiros meses de 2023, quando ainda vigorava os contratos de *Swap de Gás* com a operadora da UPGN. Os custos com transporte reduziram 30% em comparação com 2023 devido, principalmente à redução do volume gás natural transportado, uma vez que o gás processado na UTG São Roque é entregue diretamente para a Bahiagás.

Outros custos e despesas: Impactado por custos com licenciamento ambiental, sobretudo no Ativo Potiguar, aumentaram R\$8,1 milhões, devido, principalmente, a renovações de algumas licenças que ocorrem a cada três anos.

Lucro bruto

Como resultado da receita líquida e dos custos dos serviços prestados e produtos vendidos, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1,2 bilhão, representando um aumento de 33% com relação ao lucro bruto de 2023.

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram 11,77% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo de R\$ 243,5 milhões no período, comparado a R\$ 217,9 milhões no exercício anterior. A tabela abaixo apresenta a abertura dos principais itens das despesas operacionais no período:

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2024	AV%	AH%	2023	AV%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(208.715)	85,70%	-2,50%	(214.065)	98,25%

Outras receitas (despesas), líquidas	(34.814)	14,30%	812%	(3.818)	1,75%
Total das despesas operacionais	(243.529)	100,00%	11,77%	(217.883)	89,47%

As despesas operacionais foram fortemente impactadas pela redução nas despesas com vendas, que foram de R\$40,5 milhões em 2023 e reduziram para R\$3,4 milhões no ano de 2024. Em 2023, a Companhia incorreu em despesas com vendas no montante de R\$ 40,5 milhões referentes a despesas com armazenamento e logística de parte do petróleo vendido pelo Ativo Potiguar durante os períodos de restrição de refino observados durante o ano.

Já as outras receitas (despesas), líquidas, foram impactadas pela provisão para pagamento de earn-out para a Maha Energy Brasil, no valor de R\$22 milhões, decorrentes da aquisição da SPE Tiêta.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 584,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a um resultado negativo de R\$ 49,0 milhões no mesmo período de 2023, conforme demonstrado na tabela abaixo:

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2024	AV%	AH%	2023	AV%
Receitas financeiras	50.552	-8,64%	-23%	65.949	134,56%
Despesas financeiras	(240.844)	41,18%	121%	(108.828)	-222,04%
Variação cambial	(25.976)	4,44%	-128%	91.936	187,58%
Instrumentos financeiros	(368.547)	63,02%	n.m.	(45)	-0,09%
Resultado financeiro	(584.815)	100,00%	-1293%	49.012	100,00%

O resultado financeiro é impactado principalmente pelas receitas de rendimentos das aplicações financeiras, bem como pelas despesas bancárias, juros sobre abandono de poço, empréstimos e debêntures, além da variação cambial que afeta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, como montantes devidos a fornecedores, financiamentos e aquisições de ativos em dólares norte-americanos e os rendimentos de fundos cambiais. Os instrumentos financeiros também resultam das operações de swap cambial contratadas em decorrência da emissão das debêntures. A tabela abaixo demonstra a variação da taxa de câmbio ao final de cada período:

	31/12/2024	%	31/12/2023	%	31/12/2022
Taxa de câmbio R\$/US\$	6,19	27,91%	4,84	-7,21%	5,22

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 363,4 milhões comparativamente a R\$ 728,8 milhões no mesmo período de 2023, o que representou uma variação negativa de R\$ 365,4 milhões ou 50%. O lucro antes do imposto de renda e

contribuição social representou 11% e 26% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente. Esta diminuição está explanada pelas variações descritas nos tópicos acima.

Imposto de renda e contribuição social

(Em milhares de Reais)	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2024	AV%	AH%	2023	AV%
Impostos correntes	(11.188)	-15,10%	-65,75%	(32.666)	164,23%
Impostos diferidos	85.281	115,10%	568%	12.775	-64,23%
Total	74.093	100,00%	-472,50%	(19.891)	100,00%

O Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi positivo em R\$ 74,1 milhões, comparativamente a R\$ 19,9 milhões negativos no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$ 94 milhões, impactados, principalmente, pelos impostos diferidos incidentes sobre a marcação a mercado dos swaps cambiais contratados em decorrência das emissões de debêntures. O Imposto de renda e contribuição social representou 2% e 1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 437,5 milhões, comparativamente a R\$ 708,9 milhões no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de R\$ 271,4 milhões ou 38%. O Lucro Líquido do exercício representou 13% e 25% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente. As explicações para esse aumento estão explanadas nos tópicos anteriores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	2024 x 2023
ATIVO					

Circulante	1.569.425	21%	1.147.431	17%	37%
Caixa e equivalentes de caixa	295.548	4%	197.184	3%	50%
Aplicações financeiras	761.939	10%	310.172	5%	146%
Contas a receber de clientes	361.095	5%	360.611	5%	0%
Estoques	9.766	0%	7.358	0%	33%
Tributos a recuperar	96.616	1%	233.927	3%	-59%
Instrumentos financeiros derivativos	575	0%	-	0%	n.m.
Outros ativos	43.886	1%	38.179	1%	15%
Não Circulante	5.868.146	79%	5.681.753	83%	3%
Aplicações financeiras	15.964	0%	-	0%	n.m.
Contas a receber de clientes	58.145	1%	55.917	1%	4%
Tributos a recuperar	66.820	1%	78.049	1%	-14%
Outros ativos	46.540	1%	5.816	0%	700%
Tributos diferidos	97.025	1%	46.370	1%	109%
Imobilizado e intangível	5.561.314	75%	5.455.889	80%	2%
Direito de uso em arrendamento	22.338	0%	39.712	1%	-44%
Total do Ativo	7.437.571	100%	6.829.184	100%	9%
PASSIVO					
Circulante	732.356	10%	1.065.860	16%	-31%
Fornecedores	299.110	4%	254.010	4%	18%
Salários e encargos sociais	93.929	1%	86.647	1%	8%
Tributos a recolher	74.193	1%	49.537	1%	50%
Empréstimos e financiamentos	-	0%	142.772	2%	-100%
Debêntures	20.907	0%	-	0%	n.m.
Valores a pagar de arrendamentos	17.138	0%	32.887	0%	-48%
Instrumentos financeiros derivativos	1.003	0%	99.478	1%	-99%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	0%	17.359	0%	-100%
Valores a pagar por aquisições	213.077	3%	340.256	5%	-37%
Provisão para abandono de poços	342	0%	8.202	0%	-96%
Outras contas a pagar	12.657	0%	34.712	1%	-64%
Passivo não circulante	2.469.938	33%	1.245.441	18%	98%

Fornecedores	130.476	2%	130.476	2%	0%
Empréstimos e financiamentos	-	0%	760.208	11%	-100%
Debêntures	1.771.414	24%	-	0%	n.m.
Valores a pagar de arrendamentos	5.099	0%	10.570	0%	-52%
Outras contas a pagar	10.559	0%	12.227	0%	-14%
Instrumentos financeiros derivativos	367.837	5%	-	0%	n.m.
Valores a pagar por aquisições	-	0%	145.239	2%	-100%
Provisão para processos judiciais	47.923	1%	5.299	0%	804%
Provisão para abandono de poços	136.630	2%	181.422	3%	-25%
Patrimônio líquido	4.235.277	57%	4.517.883	66%	-6%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.437.571	100%	6.829.184	100%	9%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante era de R\$ 1,6 bilhão, em comparação com R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 21% em 31 de dezembro de 2024 e 17% em 31 de dezembro de 2023. Este aumento, de R\$ 422 milhões, decorreu, principalmente, de:

- (a) Aumento de R\$ 98,3 milhões na linha de caixa e equivalentes de caixa
- (b) Aumento de R\$ 451,8 milhões na linha de aplicações financeiras;
- (c) Redução de R\$ 137,3 milhões na linha de tributos a recuperar.

Os aumentos do ativo circulante são justificados pela forte geração de caixa da Companhia, bem como pela emissão das debêntures durante o exercício de 2024. A redução nos tributos a recuperar decorre de uma forte compensação registrada no exercício como uma das consequências da reorganização societária concluída em 2023.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo não circulante era de R\$ 5,9 bilhões, em comparação com R\$ 5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 79% em 31 de dezembro de 2024 e 83% em 31 de dezembro de 2023. Este aumento de R\$ 186 milhões decorreu, principalmente, de:

- (a) Quase toda a variação do ativo não circulante é explicada pelo aumento na linha de Imobilizado e Intangível, que cresceu R\$ 105 milhões, passando de R\$ 5,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 5,6 bilhões na mesma data de 2024. O mapa de movimentação, que demonstra as variações do exercício, está apresentado abaixo:

Consolidado em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Consolidado em 31/12/2024
------------------------------	---------	--------	----------------	------------------------------

Imobilizado

Máquinas e equipamentos	229.800	2.151	(5.714)	82.855	309.092
Imobilizados em andamento	79.766	124.987	(252)	(63.260)	141.241
Direito de produção de óleo e gás	2.973.528	-	-	-	2.973.528
Desenvolvimento de campos	3.397.198	582.589	(33.884)	234.339	4.180.242
Blocos exploratórios	19.796	241	-	-	20.037
Abandono de poço	150.277	-	(71.186)	-	79.091
Almoxarifado para inversões fixas	597.789	430.476	(303.122)	(222.505)	502.638
Adiantamentos	56.203	30.126	(5.157)	(34.953)	46.219
Outros	109.290	7.631	(15.332)	3.477	105.066
Total	7.613.647	1.178.201	(434.647)	(47)	8.357.154

Depreciação, amortização e depleção

Máquinas e equipamentos - depreciação	(34.839)	(29.196)	5.105	-	(58.930)
Direito de produção de óleo e gás - Amortização	(643.239)	(166.121)	-	-	(809.360)
Desenvolvimento de campos - Amortização	(1.428.320)	(445.057)	-	-	(1.873.377)
Abandono de poços - Amortização	(37.025)	(7.526)	-	-	(44.551)
Outros	(30.479)	(10.569)	10.870	-	(30.178)
Total	(2.173.902)	(658.469)	15.975	-	(2.816.396)

Custo - Intangível

Software	25.702	7.206	-	47	32.955
----------	--------	-------	---	----	--------

Amortização

Software - amortização	(9.558)	(2.841)	-	-	(12.399)
------------------------	---------	---------	---	---	----------

Total do imobilizado e intangível	5.455.889	524.097	(418.672)	-	5.561.314
-----------------------------------	-----------	---------	-----------	---	-----------

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante era de R\$ 732 milhões, em comparação com R\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 10% em 31 de dezembro de 2024 e 16% em 31 de dezembro de 2023. Esta diminuição de R\$ 334 milhões decorreu, principalmente, de:

- (a) Redução de R\$ 142,7 milhões na linha de Empréstimos e financiamentos, em decorrência a liquidação de 100% de seus empréstimos;
- (b) Diminuição de R\$ 127,1 milhões na linha de valores a pagar de aquisições devido ao pagamento de parcelas referente a aquisição do polo Miranga e da SPE Tiêta.
- (c) Diminuição de R\$ 98,5 milhões na linha de instrumentos financeiros em decorrência da finalização dos contratos de hedge de petróleo.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo não circulante era de R\$ 2,5 bilhões, em comparação com R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 33% em 31 de dezembro de 2024 e de 18% em 31 de dezembro de 2023. Este aumento se R\$ 1,2 bilhão decorreu, principalmente, de:

- (a) Aumento de R\$ 1,7 bilhão decorrente da emissão de duas debêntures durante o exercício de 2024;
- (b) Diminuição de R\$ 760 milhões na parcela não circulante do saldo de empréstimos e financiamentos, devido a liquidação de 100% dos contratos de empréstimos da Companhia;
- (c) Aumento de R\$ 367, 8 milhões na linha de instrumentos financeiros derivativos, em decorrência dos Swaps contratados para as debêntures.
- (d) Diminuição de R\$ 145 milhões do saldo não circulante dos valores a pagar por aquisição, visto que todas as parcelas remanescentes vencerão em 2025 e o saldo está no passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido era de R\$ 4,2 bilhões, em comparação com R\$ 4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Esta variação, de R\$ 283 milhões deu-se, basicamente, por:

- (a) Diminuição do valor constituído de reserva de lucros, em decorrência do lucro líquido do exercício ter sido menor no exercício de 2024 e da destinação da reserva para investimento e expansão que ocorreu no montante de R\$ 379 milhões a título de dividendo adicional proposto e de R\$ 57 milhões a título de Juros sobre capital próprio.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.219.127	1.391.806
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.602.586)	(861.171)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(518.177)	(694.726)

Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	-	247
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	98.364	(163.844)

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 2,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 1,4 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de R\$ 827 milhões é principalmente justificado pelo aumento do EBITDA, que foi de R\$ 1,6 bilhão em 2024 e de R\$ 1,3 bilhão em 2023. Adicionalmente, houve uma variação de R\$ 220 milhões na movimentação das contas de tributos a recuperar, decorrente de uma forte compensação registrada no exercício como uma das consequências da reorganização societária concluída em 2023.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 1,6 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 861 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os montantes consumidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão detalhados abaixo:

- (a) As adições ao imobilizado e ao intangível representaram a maior parcela do consumo de caixa resultante das atividades de investimento, totalizando R\$1,2 bilhões no ano de 2024.
- (b) Variação do montante de R\$ 417 milhões das aplicações financeiras em 2024.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi negativo no valor de R\$ 518 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 695 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa redução de R\$ 177 milhões é justificada por:

- (a) Emissão de debêntures líquidas do custo de captação no montante de R\$ 1,7 bilhões no exercício de 2024;
- (b) Pagamento de 100% dos contratos de empréstimos da Companhia em 2024 no montante de R\$ 1 bilhão;
- (c) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos de impostos, em 2024 no montante de R\$ 776 milhões, enquanto em 2023 foi de R\$ 282 milhões.

2.2 – Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi a produção e comercialização de petróleo bruto e gás natural e subprodutos.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pela capacidade da Companhia de produzir hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) e comercializar o petróleo bruto, gás natural e seus subprodutos.

A produção de um campo pode ser influenciada por fatores como: (i) declínio natural anual da produção em função do consumo das reservas; (ii) variações na demanda por óleo e gás do mercado; e (iii) quedas de produção provenientes de problemas operacionais. No entanto, não foi observada redução no volume de venda motivada por menor demanda no exercício findo em 31 de dezembro 2023.

Adicionalmente, a Companhia pode encontrar dificuldades para escoar a sua produção, caso os clientes apresentem questões operacionais e/ou impossibilidade de receberem a produção da Companhia.

Fatores macroeconômicos também têm impacto direto na receita da Companhia. Por ter os preços de venda para petróleo e gás cotados em dólar, o câmbio também é um parâmetro que tem impacto relevante na receita da Companhia. A variação da cotação do petróleo do tipo Brent também é um fator relevante na mensuração da receita.

A tabela abaixo demonstra as médias dos preços médios do Brent e das taxas de câmbio nos últimos três exercícios:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Brent (US\$/bbl)	80,76	82,62	101,19
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,39	4,99	5,16

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Como mencionado anteriormente, a receita da Companhia é impactada pelas variações da taxa de câmbio do dólar norte-americano, além dos preços de petróleo do tipo Brent.

Os efeitos na receita dos impactos de flutuações nos preços, taxas de câmbio e introdução de novos produtos estão explanados no tópico 2.1(h) desse relatório.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do

Impactos da taxa de juros

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI.

Impactos da taxa de câmbio

Na ponta ativa, a Companhia possui saldos de aplicações financeiras em fundos cambiais cujas variações tendem a acompanhar as variações da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

No lado do passivo, a Companhia possui saldos a pagar denominados em dólares norte-americanos, com destaque para os valores decorrentes de aquisições de ativos e debêntures *swapadas* para dólares.

Impactos da inflação

A Companhia tem exposição à inflação, o que impacta os resultados operacionais principalmente em custos dos serviços prestados e produtos vendidos, despesas gerais e administrativas, envolvendo itens de (i) aluguel de imóveis, (ii) folha de pagamento de funcionários, (iii) contratação de serviços terceirizados e (iv) compra de insumos e materiais. Adicionalmente, o custo de produção também pode sofrer variações em função de reajustes aplicados por fornecedores.

2.3 – Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram emitidos sem ressalvas e ênfases.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar no formulário de referência medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	31/12/2024
EBITDA	1.643.036
Margem EBITDA	50,3%
EBITDA Ajustado pelo Hedge	1.770.248
Margem EBITDA ajustado	52,2%
Dívida Líquida	1.316.751
Dívida Líquida/ EBITDA	0,80x

EBITDA E EBITDA AJUSTADO PELO HEDGE

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro

líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/2022, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/2022 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/2022 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156/2022.

Calculamos o EBITDA ajustado pelo Hedge partindo do EBITDA, excluindo os efeitos dos resultados dos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período.

Margem EBITDA ajustado corresponde ao EBITDA ajustado pelo Hedge do exercício dividido pela receita líquida, excluindo os efeitos dos resultados dos instrumentos financeiros derivativos liquidados no período.

O EBITDA ajustado pelo Hedge e a margem EBITDA ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (DÍVIDA LÍQUIDA) OU CAIXA LÍQUIDO

O endividamento líquido (dívida líquida) é calculado pelo endividamento bruto (soma dos empréstimos e financiamentos, circulantes e não circulantes) deduzido dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras presentes no circulante.

O endividamento líquido (dívida líquida) não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Companhia. O endividamento líquido (dívida líquida) não possui significado padronizado e a nossa definição de endividamento líquido (dívida líquida) pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA

Este índice de endividamento representa a dívida líquida da Companhia sobre o EBITDA. A Companhia utiliza esse índice para aferir quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar o pagamento de sua dívida líquida. Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é utilizado para acompanhar os covenants de nossos empréstimos e financiamentos.

(a) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

EBITDA E EBITDA AJUSTADO PELO HEDGE

(Em milhares de reais)	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	437.498	708.938
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(74.093)	19.891
(+) Resultado financeiro, líquido	584.815	(49.012)
(+) Depreciação e amortização	694.816	598.327
EBITDA	1.643.036	1.278.144
(+) Instrumentos financeiros derivativos liquidados no período	127.212	268.209
EBITDA Ajustado pelo Hedge	1.770.248	1.546.353
Receita operacional líquida	3.264.554	2.814.361
Margem EBITDA	50,3%	45,4%
Margem EBITDA Ajustado	54,2%	50,2%

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (DÍVIDA LÍQUIDA) OU CAIXA LÍQUIDO

Valores expressos em R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	-	142.772
Debêntures	20.907	-
Valores a pagar de aquisições	213.077	340.256
Efeito do Swap da dívida	1.003	-
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	-	760.208
Debêntures	1.771.414	-
Efeito do Swap da dívida	367.837	-
Valores a pagar de aquisições	-	145.239
Dívida Bruta	2.374.238	1.388.475
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	295.548	197.184
Aplicações Financeiras	761.939	310.172
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	1.316.751	881.119
EBITDA	1.643.036	1.278.144
Dívida Líquida / EBITDA	0,80 x	0,69 x

(b) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia elabora e divulga EBITDA e o EBITDA Ajustado pelo hedge com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser tal mediação apropriada.

A Companhia calcula o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas de depreciação, amortização e depleção. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos

de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia acredita que o EBITDA ajustado pelo hedge demonstra a evolução dos resultados sem que tenha efeitos de instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de proteção pela Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado pelo hedge de maneira diferente da Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA ajustado pelo hedge é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia também acredita que a dívida líquida seja uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro e a utiliza para avaliação financeira e representam mais adequadamente a exposição ao endividamento financeiro.

Não existe uma definição padrão para medição não contábil de endividamento líquido (dívida líquida) e a definição utilizada pela Companhia pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Endividamento líquido (dívida líquida) não é uma medida de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, como também não é medição do fluxo de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço da dívida da Companhia.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia elabora e divulga EBITDA e o EBITDA Ajustado pelo hedge com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser tal mediação apropriada.

A Companhia calcula o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas de depreciação, amortização e depleção. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia acredita que o EBITDA ajustado pelo hedge demonstra a evolução dos resultados sem que tenha efeitos de instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de proteção pela Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado pelo hedge de maneira diferente da Companhia. O EBITDA ajustado pelo hedge apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, despesas financeiras, tributos, depreciação, amortização e depleção. O EBITDA ajustado pelo hedge é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

A Companhia também acredita que a dívida líquida seja uma medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro e a utiliza para avaliação financeira e representam mais adequadamente a exposição ao endividamento financeiro.

Não existe uma definição padrão para medição não contábil de endividamento líquido (dívida líquida) e a definição utilizada pela Companhia pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Endividamento líquido (dívida líquida) não é uma medida de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, como também não é medição do fluxo de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço da dívida da Companhia.

2.6 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes divulgados às demonstrações financeiras.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Regras sobre retenção de lucros	Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração submeterá à apreciação e aprovação da Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e nessa ordem: (a) absorção de prejuízos acumulados, se houver; (b) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social; (c) montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
	anteriores; (d) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (e) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório; e (f) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) reforço de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada (iii) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações docapital da Companhia.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R\$ 21.874.921,91 Reserva de incentivo fiscal: R\$ 61.650.081,92
Regras sobre distribuição de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou reservas constantes do último balanço anual ou semestral, obedecidos os limites legais e do Estatuto Social, conforme disposto no item (a).
Periodicidade das distribuições de dividendos	O Estatuto Social da Companhia vigente no exercício social de 2024 previa a declaração de dividendos em bases anuais, semestrais e em períodos menores, observadas as disposições legais aplicáveis.
Restrições à distribuição de dividendos	Segundo o artigo 27, Parágrafo Primeiro, alínea “(e)”, do Estatuto Social da Companhia, a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão. <u>Lucro da exploração</u> A Companhia goza do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações. O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
	incentivos fiscais (reserva de lucros). <u>Debêntures</u> As debêntures emitidas pela Companhia possuem algumas cláusulas restritivas para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, acima dos 25% do lucro líquido do exercício previstas em estatuto listadas abaixo: • Estar adimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão; e • Imediatamente antes e imediatamente depois (neste último caso, considerando o proforma consolidado) do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas não houver descumprimento dos Índices Financeiros apurado com relação aos últimos 12 meses relativos às demonstrações financeiras consolidadas.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Com base no Relatório de Reservas divulgado pela Companhia, com a data-base de 31/12/2024, os investimentos previstos para desenvolvimento de suas reservas provadas são de aproximadamente US\$ 610,2 milhões num horizonte de 9 anos, considerando apenas as Reservas Provadas, entre os anos de 2025 e 2033. Tais investimentos incluem, mas não se limitam a perfurações de novos poços, intervenções em poços existentes com o intuito de incrementar a produção e expansão e modernização das facilidades necessárias para tratamento, armazenamento e escoamento da produção de petróleo e gás natural.

Potencial *earnout* decorrente da aquisição da Maha Energy Brasil

Conforme mencionado anteriormente, no dia 28 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição da Maha Energy Brasil Ltda. Como parte do contrato, o valor total do *earnout* era de até US\$36.000. Esses pagamentos estão vinculados ao preço do Petróleo tipo Brent nos anos de 2023 a 2025 e a outras sinergias operacionais.

No exercício de 2024, a Companhia registrou o valor de US\$ 4.410 a título de *Earnout* no resultado do exercício, que faz parte do custo de aquisição, dos US\$ 8.300 possíveis. O valor do *Earnout* de 2024 será liquidado em março de 2025.

Para o ano de 2025 os vendedores poderão receber até US\$7.230 adicionais que não foram provisionados por não atingimento das premissas estipuladas em contrato. Além desse montante, existem US\$ 12.000 restantes que estão relacionados a sinergias com potenciais novos ativos que venham a ser adquiridos pela Companhia não reconhecidos considerando a remota probabilidade da ocorrência dos eventos.

Investimento em unidade de processamento de gás natural na Bahia

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 31 de outubro de 2024, aprovou o projeto para a construção de uma nova Unidade de Processamento de Gás Natural no Polo Miranga (“UPGN Miranga” ou “Projeto”), localizada em Pojuca, no estado da Bahia.

A UPGN Miranga terá capacidade de processamento de 950 mil metros cúbicos por dia (m³/d), com possibilidade de expansão para 1,5 milhões m³/d, e um valor global de investimento estimado em US\$ 60 milhões. O Projeto tem previsão de início de execução no primeiro semestre de 2025, sujeito aos devidos processos de autorização e licenciamento, e tem expectativa de início de operação até o final de

2027.

A UPGN Miranga será destinada ao tratamento e processamento do gás natural dos ativos operados pela Companhia, com destaque à concessão de Miranga, representando um passo importante na estratégia de desenvolvimento de suas reservas de gás natural, permitindo a verticalização completa das atividades de midstream na Bahia.

Este Projeto apresenta boa atratividade econômica para a Companhia e traz benefícios tanto pela redução na dependência de terceiros para processamento de sua produção de gás, quanto na redução de custos de processamento, além de mitigar possíveis riscos de gargalo de capacidade de processamento de gás no longo prazo.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Tendo em vista sua estrutura de capital atual, a Companhia acredita gerar caixa suficiente para financiar os investimentos projetados. Caso alguma necessidade de captação externa venha a surgir, por exemplo, para financiar aquisições de novos ativos produtores de petróleo e/ou gás natural, a Administração da Companhia avaliará as eventuais necessidades de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, podendo optar por uma forma de financiamento ou outra, conforme for o caso para este propósito.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de ativos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos. Cabe ressaltar, no entanto, que é prática comum na indústria do petróleo a assinatura de contratos de *farm-in* e *farm-out*, que consiste em um processo de aquisição parcial ou total dos direitos de concessão detidos por outra empresa (numa mesma negociação, a empresa que está adquirindo os direitos de concessão está em processo de *farm-in* e a empresa que está vendendo direitos de concessão está em processo de *farm-out*).

A Companhia pode, eventualmente, celebrar tais tipos de contratos no futuro, caso isso represente benefícios para seus negócios e acionistas. A assinatura destes contratos, se houver, poderá representar investimentos e desinvestimentos relevantes. Os Diretores reiteram, no entanto, que não há nesta data desinvestimentos de ativos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ao longo de 2024, comissionamos e colocamos em operação a Sonda PR-14, uma sonda de perfuração terrestre, que aumentou a capacidade de perfuração de novos poços na Companhia, além de iniciar as operações da UTG São Roque, que incrementou a capacidade de processamento de gás natural na Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Com o compromisso de promover mudanças positivas e impactar vidas, a PetroReconcavo segue guiada pelo propósito de revitalizar campos, fortalecer comunidades e governança, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento social e ambiental no Brasil. Ao longo dos anos, a Companhia tem investido no desenvolvimento contínuo de seus colaboradores e no fortalecimento de seus projetos sociais nas regiões vizinhas às suas operações na Bahia e no Rio Grande do Norte. Em 2024, esses programas alcançaram crescimento significativo, ampliando seu impacto em 60% em comparação a 2023, passando de 10,6 mil para 17,2 mil beneficiados.

Na Bahia, o projeto **Raízes da Transformação** (antigo Ciranda Agroflorestal) impactou 12 comunidades do município de Pojuca, com ampla participação feminina, ao capacitar 420 agricultores e promover a comercialização de produtos orgânicos em feiras locais e nas sedes da empresa. O projeto **Ciranda Viva** triplicou a renda de mulheres empreendedoras, para um patamar mais sustentável, por meio de treinamento em gestão de negócios, precificação e captação de clientes. Na educação, o projeto beneficiou 177 crianças e adolescentes com atividades educativas, esportivas, ambientais e apoio psicológico, resultando em melhor desempenho acadêmico e eliminação da evasão escolar. A parceria com o **Projeto Tamar** impactou mais de 8,5 mil estudantes de escolas públicas de Mata de São João, oferecendo atividades no Centro de Visitantes de Praia do Forte, abordando educação ambiental, formação cidadã e valorização cultural.

No Rio Grande do Norte, o projeto **Viva Sabiá** impactou comunidades do semiárido ao entregar mais de 220 equipamentos, como cisternas, sistemas de bioágua e o AquaLuz, que possibilitam o acesso e reuso de água para o consumo humano, doméstico e agricultura. As feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar geraram R\$ 32 mil em receitas, aumentando em 30% a renda média dos produtores. O projeto também engajou mais de 2 mil alunos, 122 professores e 30 escolas em campanhas de educação ambiental. Já o projeto **A Voz do Olhar e Mestre Aprendiz**, em parceria com a Tapera das Artes, levou artes integradas e música a escolas públicas de Mossoró, beneficiando 1.250 crianças em 2024 e promovendo formação cultural, criatividade e inclusão social.

Além dos projetos sociais, a companhia divulgou seu Relatório de Sustentabilidade 2023, elaborado conforme a metodologia GRI (Global Reporting Initiative) e integrado aos indicadores da SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e da IPIECA (International Petroleum Industry Environmental Conservation Association). Este ano, o relatório enfatizou o impacto positivo no Nordeste: com 93% dos colaboradores nordestinos e 68% dos gastos em aquisições de bens e serviços destinados a fornecedores da Bahia e do Rio Grande do Norte.

Com o objetivo de fortalecer a transparência e a gestão ambiental, a PetroReconcavo adotou, pela primeira vez, o Carbon Disclosure Project (CDP), uma plataforma globalmente reconhecida que avalia informações sobre o impacto ambiental do negócio. O CDP é referência internacional na medição de dados climáticos e permite aprimorar a compreensão dos impactos e gerenciamento de riscos climáticos, além de identificar riscos e nortear oportunidades estratégicas.

Com foco na saúde integral e no desenvolvimento dos colaboradores, a Companhia promoveu a 3ª edição do Petrofit, um programa voltado para o bem-estar físico e mental de seus colaboradores. Ampliou os serviços de saúde na Companhia, proporcionando acompanhamento gratuito com profissionais de nutrição e psicologia, estimulando a adoção de hábitos saudáveis, cuidados com a alimentação e saúde mental.

A PetroReconcavo reafirmou, seu compromisso com o aprimoramento de Governança, Riscos e Compliance (GRC) ao atualizar seu Programa de Integridade, um ecossistema de integridade, baseado nas melhores práticas internacionais, incluindo os princípios estabelecidos pela Lei Anticorrupção e pelo Código de Ética e Conduta da Companhia, além das boas práticas recomendadas pelos órgãos reguladores

nacionais e internacionais. Além disso, iniciou o processo de adesão ao Pacto Brasil pela Integridade da CGU (Controladoria Geral da União), uma iniciativa voluntária e gratuita, que tem o objetivo de fomentar o compromisso das empresas com as boas práticas de compliance no mercado.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores com influência relevante não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ANEXO III

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

(nos termos do Anexo A da RCVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 437.498.438,15 (quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quinze centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio (JCP) já declarados

2.1 JSCP e Dividendos propostos com o resultado do ano

Lucro Líquido do Exercício	437.498.438,15
(-) Constituição de Reserva Legal	(21.874.921,91)
(-) Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	(61.650.081,92)
Lucro Líquido Ajustado	353.973.434,32
% de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social	25%
Dividendo mínimo obrigatório calculado com base no lucro líquido ajustado e pagos através de Juros Sobre Capital Próprio já declarados ¹	88.493.358,58
Juros Sobre Capital Próprio já declarados utilizados como destinação do resultado do ano ¹	264.566.214,96
Total do resultado do ano distribuído	353.059.573,54
Efeito negativo de transações com ações de tesouraria	913.860,78
Lucro Líquido Ajustado	353.973.434,32
Dividendos relativos ao resultado do ano por ação ordinária (já declarados e pagos)	1,206

2.2 JSCP e Dividendos declarados e pagos com o consumo de reservas (resultado de exercícios anteriores) no ano de 2024

Juros Sobre Capital Próprio pagos com consumo de Reserva para Investimento e Expansão ¹	56.940.295,26
Dividendos pagos com consumo de Reserva para reinvestimento	378.999.865,02
Total de Juros sobre Capital próprio e dividendos pagos com base na Reserva para Investimento e Expansão	435.940.160,28
Juros sobre Capital próprio e Dividendos pagos com base na Reserva para Investimento e Expansão por ação ordinária	1,486

2.3 Total de dividendos pagos (com base no resultado do exercício de 2024 e de exercícios anteriores) no ano de 2024

Total de Juros Sobre Capital Próprio pagos no ano, líquido de imposto de renda retido ¹	379.617.349,60
Total de dividendos pagos no ano	378.999.865,02
Total de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos no ano	758.617.214,62
Total de Juros sobre capital Próprio e Dividendos pagos no ano por ação ordinária	2,689

¹ Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 29 de maio de 2024 foi aprovada a declaração de Juros sobre Capital Próprio, no montante total de R\$ 410.000.000 (quatrocentos e dez milhões de reais), sendo que esses estão divididos em: 1) R\$ 353.059.573,54 (trezentos e cinquenta e três milhões, cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) relativos ao resultado do exercício de 2024, conforme a proposta de destinação do resultado do exercício acima; 2) R\$ 56.940.295,26 (cinquenta e seis milhões, novecentos e quarenta mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos) que foram distribuídos com a utilização da Reserva para Investimento e Expansão formada pelo resultado de exercícios anteriores; e, 3) R\$ 131,20 (cento e trinta e um reais e vinte centavos) de diferenças de arredondamento entre o valor declarado e pago.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído aos acionistas é de 80,70%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Ver item 2.2.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já

declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio (JCP), de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não há valores residuais a serem distribuídos referentes ao exercício de 2024, tendo em vista que todo o valor proposto para distribuição já foi pago antecipadamente.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não há valores residuais a serem distribuídos referentes ao exercício de 2024.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há valores residuais a serem distribuídos referentes ao exercício de 2024.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não há valores residuais a serem distribuídos referentes ao exercício de 2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022	2021
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - R\$ mil	<u>437.498</u>	<u>708.938</u>	<u>1.153.391</u>	<u>176.899</u>

Lucro por ação ordinária - R\$	<u>1,4927</u>	<u>2,4202</u>	<u>4,2307</u>	<u>0,8028</u>
Lucro por ação preferencial - R\$	<u>n/a</u>	<u>n/a</u>	<u>n/a</u>	<u>n/a</u>

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	0,059	0,51	n/a	n/a
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	0,44	0,61	n/a	n/a
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	0,16	0,00	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em conformidade com o disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, ou seja, R\$ 21.874.921,91 (vinte e um milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e um centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	437.498.438,15	708.937.330,60	1.153.391.110,95
Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)	21.874.921,91	35.446.866,53	57.669.555,55

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a

cada classe de ações preferenciais

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Itens não aplicáveis, tendo em vista que a companhia não possui ações preferenciais.

10.Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme o Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo obrigatório referente ao exercício de 2024 foi integralmente pago em 12 de junho de 2024, através do pagamento de Juros sobre Capital Próprio aprovados na reunião do Conselho de Administração de 29 de maio de 2024 e considerados como adiantamento do dividendo obrigatório nos termos do Estatuto Social.

- c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável. O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

11.Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção**
b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
c. Justificar a retenção dos dividendos

Itens não aplicáveis. O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

12.Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Itens não aplicáveis. Não há destinação de resultado para reserva de contingência.

13.Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Itens não aplicáveis. Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14.Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

A destinação da Reserva para Investimento e Expansão está prevista no art. 27, § 1º, (e) do Estatuto Social. O § 2º do mesmo artigo estabelece a possibilidade de dispensa da constituição dessa reserva, mediante deliberação da Assembleia Geral, para o pagamento de dividendos adicionais, além do dividendo obrigatório.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não há destinação do resultado do exercício à Reserva para Investimento e Expansão.

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável. Não há destinação de resultado para Reserva para Investimento e Expansão.

15.Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Itens não aplicáveis. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16.Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**

O valor destinado para a reserva de incentivos fiscais é de R\$ 61.650.081,92 (sessenta e um milhões, seiscentos e cinquenta mil e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).

- b. Explicar a natureza da destinação**

Lucro da exploração

A Companhia goza do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações.

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

ANEXO IV

Informações a respeito de candidatos indicados para o Conselho de Administração

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. se foi eleito pelo controlador ou não**
- j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria**
- k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos**

<i>Membros do Conselho de Administração:</i>										
<i>Nome</i>	<i>b. data de nascimento</i>	<i>c. profissão</i>	<i>d. CPF ou número do passaporte</i>	<i>e. cargo eletivo a ocupar</i>	<i>f. data da eleição</i>	<i>g. data da Posse</i>	<i>h. prazo do mandato</i>	<i>i. se foi eleito pelo controlador ou não</i>	<i>j. se é membro independente</i>	<i>l. Nº de Mandatos Consecutivos</i>
Carlos Marcio Ferreira	28/05/1959	Contador	016.712.938-43	Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	3
Carlos Tadeu da Costa Fraga	14/07/1957	Engenheiro Civil	465.343.697-53	Conselheiro de Administração (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	0
Christopher J. Whyte	14/10/1956	Empresário	061.492.307-75	Conselheiro de Administração (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	11
Eduardo de Britto Pereira Azevedo	16/12/1980	Economista	800.810.455-49	Conselheiro de Administração (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	5
Eduardo Cintra Santos	18/11/1954	Engenheiro	064.858.395-34	Conselheiro de Administração (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	10

Philip Arthur Epstein	23/06/1956	Empresário	716.914.461-14	Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	3
Camille Loyo Faria	19/07/1973	Engenheira Química	016.748.137-16	Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	3
Caio Scantamburlo Costa	06/04/1974	Administrador de Empresas	776.864.115-91	Conselheiro de Administração Independente (Suplente)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	N/A
Rafael Machado Neves	12/09/1987	Administrador de Empresas	124.110.527-82	Conselheiro de Administração Independente (Suplente)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	N/A
Davi Britto Carvalho	16/03/1981	Advogado	781.176.075-49	Conselheiro de Administração Independente (Suplente)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Não	N/A
Eduardo Cintra Santos Filho	08/12/1984	Administrador de Empresas	800.810.455-49	Conselheiro de Administração Independente (Suplente)	24.04.2025	24.04.2025	Até AGO 2027	Não	Sim	N/A

1. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

Eduardo Cintra Santos - 064.858.395-34

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. É Sócio Gerente, Diretor e Responsável Técnico da Perbrás - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda., empresa especializada na operação de sondas de produção terrestres e na prestação de serviços diversos relacionados à operação de campos de petróleo e gás natural, uma das acionistas fundadoras da Companhia que atualmente possui participação acionária superior a 5%. Dentre outras, atuou como membro do conselho de administração da Brasil Telecom S.A., companhia aberta cuja principal atividade consistia na exploração de serviços de telecomunicações, e da Starfish Oil & Gás S.A., empresa de exploração e produção de óleo e gás. Foi Diretor Presidente desde a fundação até 2008. É membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, exerceu a função de Presidente do Conselho até o ano de 2023, e exerce a função de Presidente do Comitê de Produção desde 2021.

O Sr. Eduardo Cintra Santos declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Eduardo Cintra Santos declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Eduardo Cintra Santos é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Eduardo de Britto Pereira Azevedo - 055.208.487-50

Eduardo de Britto Pereira Azevedo É sócio responsável pela área de Private Equity do Opportunity, onde ingressou em 2011. É conselheiro de administração das companhias Santos Brasil, PetroRecôncavo e AgroSB, na qual atuou como CEO de 2014 a 2016. Anteriormente, trabalhou na área de Corporate Banking do Banco BBM entre os anos de 2001 a 2009. É graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pelo MIT Sloan School of Management. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2016, eleito em 2023 como Vice Presidente deste órgão, e membro do Comitê de Pessoas e ESG desde 2021.

É graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pelo MIT Sloan School of Management. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2016.

O Sr. Eduardo de Britto Pereira Azevedo declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer

condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Eduardo de Britto Pereira Azevedo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Eduardo de Britto Pereira Azevedo é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Christopher J. Whyte - 061.492.307-75

O Sr. Christopher Whyte é presidente, CEO e diretor da PetroSantander Inc., que possui e opera propriedades produtoras de petróleo e gás nos Estados Unidos, Romênia, Colômbia e Brasil, desde 1995. O Sr. Whyte foi diretor da Approach Resources Inc., uma empresa pública de petróleo e gás dos EUA, Winstar Resources Ltd. e Compass Petroleum Ltd., empresas públicas de petróleo e gás canadenses. O Sr. Whyte tem mais de 30 anos de experiência em vários cargos operacionais, executivos e financeiros, incluindo como Diretor Executivo e Diretor Financeiro, nos negócios de E&P e energia. O Sr. Whyte possui um B.A. na Universidade de Pittsburgh.

O Sr. Christopher J. Whyte declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Christopher J. Whyte declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Christopher Whyte é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Carlos Tadeu da Costa Fraga – 465.343.697-53

O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Engenharia de Petróleo pela Universidade Petrobras e tem formação complementar em Regulamentação da Indústria de Petróleo e Gás pela Universidade de Alberta, Negócios pela Universidade de Columbia, Desenvolvimento Tecnológico pelo Insead, Liderança Estratégica pela London Business Scholl e Programa Avançado para Conselheiros pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga tem mais de 30 anos de experiência em cargos de liderança executiva sênior e C-Level e mais de 15 anos de experiência como membro de conselhos de administração, diretoria e conselhos consultivos em empresas e

instituições, no Brasil e no exterior, nos setores de óleo e gás, biocombustíveis, infraestrutura, logística, engenharia e desenvolvimento de tecnologia.

O Sr. Carlos Tadeu Costa Fraga atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da: (i) Karoon Energy; (ii) Vast Infraestrutura; (iii) Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software; e (iv) Colombo Agroindústria. O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga também é membro do comitê de Sustentabilidade, HSE e Riscos Operacionais da Karoon Energy, do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG da Colombo Agroindústria, Advisor do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Sustentabilidade, HSE e Operações da Constellation Oil Services.

Anteriormente às suas atribuições atuais, ele atuou como CEO na Prumo Logística, no Porto do Açu e na Dome Integrated Services, e como CTO na GranEnergia. Ele também atuou na Petrobras durante 34 anos, tendo ocupado vários cargos relevantes de liderança sênior como Gerente Geral de Operações da Bacia de Campos, Diretor de Operações do Golfo do México, Gerente Executivo de Exploração e Produção no Sul e Sudeste (Bacias do Espírito Santo, Campos e Santos), Gerente Executivo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Gerente Executivo de Desenvolvimento do Pré-Sal.

O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga também atuou como membro do Conselho de Administração da Petrobras Energia (Argentina), Ultrapar, GranBio, GranIHC Services, Dome Integrated Services, MRO Logistics, Ferroport, Gás Natural do Açu, Açu Petróleo e Porto do Açu (tendo atuado como presidente do conselho nas últimas quatro Companhias). Ele também atuou no Conselho Consultivo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), no Conselho Executivo do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Conselho Brasileiro de Tecnologia e Inovação.

O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Carlos Marcio Ferreira - 016.712.938-43

Carlos Marcio Ferreira, executivo com mais de 26 anos de experiência em cargos de liderança, com foco nos últimos 17 anos no setor de energia elétrica. Iniciou sua carreira no setor de papel e celulose com a International Paper, alcançando o cargo de CFO após

27 anos de dedicação à empresa. Carlos mais tarde fez a transição no setor de energia, tornando-se COO por dois anos e CEO por cinco anos na Elektro, uma multinacional empresa de distribuição de energia elétrica. Por dois anos foi COO da CPFL, maior empresa privada brasileira de energia elétrica responsável por todos os serviços de distribuição, geração, comercialização e valor agregado. Em 2013, Carlos ingressou na Energisa e liderou por dois anos o programa de integração com o Grupo Rede, grande empresa brasileira de distribuição de energia elétrica, adquirida em 2014. Passou a ser COO do Grupo Energisa, quinta maior empresa privada de energia elétrica brasileira, e era responsável por todos os negócios do grupo com 13 distribuidoras, participando ativamente do Re-IPO da empresa em junho de 2016. Em junho de 2017, assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da ENEVA SA, com dedicação ativa à empresa, orientando a gestão executiva na implementação da estratégia. Em 2019 passou a integrar o Conselho de Administração da Light S.A., empresa do ramo de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. É membro do Conselho de Administração, Comitê de Pessoas e ESG e Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia desde 2021. Em 2023 passou a ser o Presidente do Conselho de Administração da Companhia e a integrar o Conselho de Administração da Eucatex S.A., empresa da indústria moveleira e revenda e a construção civil.

O Sr. Carlos Marcio Ferreira é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

O Sr. Carlos Marcio Ferreira declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Carlos Marcio Ferreira declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável

Philip Arthur Epstein - 716.914.461-14

Philip é um experiente executivo de empresa pública e gerente de investimentos que serviu como Presidente e CEO nas indústrias globais de energia e farmacêutica. Advogado formado em fusões e aquisições e valores mobiliários, Philip se concentrou em ajudar a fundar (ou reestruturar), financiar, operar e monetizar empresas privadas e públicas desde a década de 1990.

Desde 2015, Philip atua como Presidente e CEO do ERI Group LLC, empresa focada em projetos dos EUA e internacionais em energia, energias renováveis, infraestrutura, tecnologia, mídia e finanças. É membro do Conselho de Administração, membro do Comitê Pessoas e ESG desde 2021, passando a ser o Presidente do Comitê de Pessoas e ESG em 2023 e a integrar o Comitê de Finanças desde 2023.

Desde 2015, Philip atua como Presidente e CEO do ERI Group LLC, empresa focada em projetos dos EUA e internacionais em energia, energias renováveis, infraestrutura, tecnologia, mídia e finanças. O Sr. Philip Arthur Epstein é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado. O Sr. Philip Arthur Epstein declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, o Sr. Philip Arthur Epstein declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Philip Arthur Epstein é considerado conselheiro independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Camille Loyo Faria - 016.748.137-16

Nascida em 19 de julho de 1973, a Sra. Camille Loyo Faria é atualmente Diretora Financeira e de Relações com Investidores das Americanas S.A. Antes disso atuou como Diretora Financeira e de Relação com Investidores da Tim S.A. e Diretora Financeira e de Relação com Investidores da Oi, Managing Director responsável pelas áreas de Energia, Tecnologia/Mídia/Telecom e Indústrias no Bank of America Merrill Lynch, ocupou o cargo de Managing Director responsável por Energia, Tecnologia/Mídia/Telecom no Bradesco BBI e também no Morgan Stanley. Camille possui também ampla experiência executiva no setor de telecomunicações e infraestrutura, tendo ocupado posições como CEO e IRO da Multiner, CFO da Terna Participações e Líder de Estratégia na Embratel e no grupo Telecom Italia no Brasil e na América Latina. É membra do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Finanças da Companhia desde 2021.

Camille possui também ampla experiência executiva no setor de telecomunicações e infraestrutura, tendo ocupado posições como CEO e IRO da Multiner, CFO da Terna Participações e Líder de Estratégia na Embratel e no grupo Telecom Italia no Brasil e na América Latina.

Formada em Engenharia Química pela PUC-RJ, Camille possui MBA em Finanças pelo Ibmecc-RJ e mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em finanças pela PUC-RJ.

A Sra. Camille Loyo Faria é considerada conselheira independente de acordo com os requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

A Sra. Camille Loyo Faria declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a

suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, a Sra. Camille Loyo Faria declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Caio Scantamburlo Costa - 776.864.115-91

O Sr. Caio é atualmente Chief Country Officer do Nomura Securities Brazil e Head of Latam Investment Banking. Executivo com mais de 20 anos de experiência em Investment Banking, com passagem por instituições globais como UBS, Deutsche Bank e ING, tendo executado mais de 70 transações incluindo fusões e aquisições, IPOs e emissão de dívida no mercado local e internacional. Seu histórico inclui inúmeras transações no setor de óleo e gás e infraestrutura no Brasil e exterior. Adicionalmente, o Sr. Caio foi auditor e consultor na Arthur Andersen e teve passagens por empresas familiares. O Sr. Caio é bacharel em Administração de Empresas pela Unifacs e MBA pela Darden Graduate School of Business na Universidade da Virginia.

O Sr. Caio Scantamburlo Costa atende aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado para ser considerado conselheiro independente.

O Sr. Caio Scantamburlo Costa declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Caio Scantamburlo Costa declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Rafael Machado Neves - 124.110.527-82

Bacharel em Administração pelo IBMEC-RJ, possui MBA pela COPPEAD/UFRJ. Ingressou no time de Private Equity do Opportunity em 2020, onde atua na análise de novos investimentos e gestão do portfólio de companhias investidas. Antes de juntar-se ao Opportunity foi vice-presidente da Brookfield Financial Services no Brasil, braço do grupo canadense Brookfield em advisory services para investidores institucionais nas áreas de infraestrutura e real estate, e previamente fez parte da equipe do Banco Brasil Plural sendo o Investment Banker responsável pelas operações de M&A e mercado de capitais para o segmento imobiliário. É membro suplente do Conselho de Administração da Companhia desde 2020 e membro dos Comitês de Produção e de Finanças desde 2021. O Sr. Rafael Machado Neves declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Rafael Machado Neves declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Rafael Machado Neves atende aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado para ser considerado conselheiro independente.

Eduardo Cintra Santos Filho - 800.810.455-49

Bacharel em Administração pela escola de Administração da UNIFACS na Bahia e Executive MBA pela Fundação do Cabral. É Diretor da Perbras – Empresa Brasileira de Perfurações Ltda, empresa especializada na operação de sondas de produção terrestres e na prestação de serviços diversos relacionados à operação de campos de petróleo e gás natural, onde ingressou nela em 2007, e atua desde então. Entre 2005 e 2007 trabalhou como estagiário e posteriormente administrador na FAVAB, Fábrica de Vaselina da Bahia – Empresa que atua na fabricação e comercialização para todo Brasil de diversos tipos de vaselinas e parafinas. É membro suplente do Conselho de Administração da Companhia desde 2011.

O Sr. Eduardo Cintra Santos Filho declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Eduardo Cintra Santos Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Sr. Eduardo Cintra Santos Filho atende aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado para ser considerado conselheiro independente.

Davi Britto Carvalho - 781.176.075-49

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador ±UCSAL, possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas - FGV São Paulo, advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 33-747. Iniciou sua carreira na Katoen Natie do Brasil Ltda., empresa multinacional de logística, onde atuou como advogado de 2004 a 2009. Atuou como advogado da Gerência Jurídica de Negócios da Construtora OAS Ltda. atendendo às Diretorias (i) Petróleo e Gás; (ii) Energia; (iii) Regional Bahia/Sergipe/Alagoas de 2009 a 2001. Ingressou em 2011 como advogado na Companhia 2m 2001. Atualmente, exerce a função de Diretor Jurídico da Companhia e é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014.

O Sr. Davi Britto Carvalho declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Davi Britto Carvalho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- a. condenação criminal**
- b. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas**
- c. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Os candidatos indicados para os cargos de membros, efetivos e suplentes, do Conselho de Administração, mencionados no item 7.3 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor**
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

O Sr. Eduardo Cintra Santos detém 0,0356% do capital votante da Perbras – Empresa Brasileira de Perfurações LTDA. e 99,99% da ECS Administração e Participações Ltda. que detém 99,9644% do capital votante da Perbras – Empresa Brasileira de Perfurações LTDA., que, por sua vez, detém 4,270% do capital votante da Companhia.

O Sr. Eduardo Cintra Santos Filho é filho do Sr. Eduardo Cintra Santos que detém 5,78% do capital votante da Companhia. Hoje, o Sr. Eduardo Cintra Santos Filho detém 0,05% do capital votante da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social controlador direto ou indireto do emissor**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Os Srs. Eduardo Cintra Santos e Eduardo Cintra Santos Filho são administradores da Parte Relacionada Perbras – Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.

ANEXO V

Informações sobre a remuneração dos administradores

(nos termos do item 8 do Formulário de Referência)

(Art. 13, inciso II, da RCVM 81)

8. Remuneração dos administradores

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O principal objetivo da estrutura de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da Administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas, assegurando o alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas e demais stakeholders e estimulando o pessoal-chave da Companhia ao cumprimento de suas metas corporativas.

No caso dos diretores estatutários, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

Para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não há práticas de remuneração variável, focando-se apenas os componentes fixos, em linha com as práticas usuais do mercado.

O valor global da remuneração dos administradores é fixado anualmente pela Assembleia Geral de acionistas, sendo competência do Conselho de Administração alocar o valor de tal remuneração entre os diferentes órgãos e/ou membros que o compõem e dispor sobre a sua distribuição em distintos componentes, incluindo a remuneração individual de cada membro da Diretoria e do próprio Conselho de Administração. A Assembleia Geral também deverá fixar o valor global da remuneração do Conselho Fiscal, obedecidas as diretrizes legais aplicáveis.

Com relação ao Conselho Fiscal, ele não esteve instalado nos últimos três exercícios sociais, mas caso venha a ser instalado, sua remuneração observará o disposto na lei e será objeto de deliberação pela assembleia geral que instale o órgão.

A Política de Remuneração de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 23 de janeiro de 2021, está disponível nos sites www.cvm.gov.br e ri.petroreconcavo.com.br.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral de Acionistas aprova anualmente o limite global da remuneração para os administradores. O Conselho de Administração da Companhia define a estratégia de remuneração dos Administradores da Companhia mediante avaliação do desempenho e das melhores práticas de remuneração do mercado.

O Conselho de Administração é assessorado pela área de Gente e Gestão e pelo Comitê de Pessoas e ESG no desenho e exame da política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, remuneração variável e incentivos de longo prazo para os Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração e colaboradores da Companhia.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Com relação à metodologia utilizada para fixação da remuneração individual dos Administradores, a Companhia utiliza estudos periódicos de consultorias especializadas para verificação das práticas de empresas do mesmo setor, assim como empresas de porte e características similares à Companhia.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho avalia a adequação da política de remuneração quando o considera adequado, usualmente uma vez por ano.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, e os objetivos de cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), que é determinada de acordo com o padrão de mercado, a qual tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, é fixado na Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Não há remuneração baseada em participação em reuniões, e os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração que participarem de Comitês poderão fazer jus ao recebimento de remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração serão reembolsados pela Companhia das despesas com locomoção, alimentação e hospedagem necessárias ao desempenho de sua função, tal como descrito na Política de Remuneração da Companhia.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração da Diretoria é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos Diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia. Os membros da Diretoria fazem jus a remuneração fixa e variável.

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios. A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, previdência privada, vale refeição e vale alimentação.

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade.

Os Diretores Estatutários não recebem remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

(i) Participação nos resultados – PLR

A remuneração variável de curto prazo das Diretorias Estatutária e Não Estatutária é composta por montante anual baseado no atingimento de metas e objetivos estratégicos da Companhia. Tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores Estatutários e Não Estatutários (em conjunto, “Diretores”) de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia.

A remuneração variável de curto prazo consiste no pagamento de bônus e/ou no pagamento de participação nos resultados – PLR. Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participações em reuniões e comissões.

(ii) Remuneração de Longo Prazo Baseada em Ações

Os Diretores e determinados empregados da Companhia e de suas sociedades controladas diretas são elegíveis a programa de remuneração baseados em Ações, nos termos do Programa de Incentivo Consolidado aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de abril de 2021. O objetivo do Programa de Incentivo Consolidado é conceder a eles a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia e, com isso, (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados pela Companhia; (ii) garantir um maior alinhamento dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; (iii) maximizar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis; bem como (iv) possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela, Diretores e empregados.

A parcela da remuneração baseada em ações também compreende o montante relativo à parcela do Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ações Restritas baseado em ações de emissão da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022, com os seguintes objetivos principais: (i) gerar um maior alinhamento de interesses dos participantes, com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios; (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia; (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os participantes, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

Benefícios pós-emprego

A Companhia realiza contribuições a um plano de previdência privada VGBL ou PGBL, de mercado, a ser indicado pelos Diretores Estatutários, por meio de depósitos no montante de 8% do pró-labore percebido pelos mesmos. Após a contribuição, a Companhia não tem controle sobre os saldos depositados, não havendo nenhuma restrição para que os Diretores Estatutários resgatem os recursos.

Conselho Fiscal

A Companhia nunca teve Conselho Fiscal instalado. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, a remuneração de seus membros deverá ser inteiramente composta por elemento fixo, correspondente a honorários mensais. Na fixação desses honorários, deverão ser obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Companhia possui comitês de: (i) Auditoria estatutário; (ii) Finanças; (iii) Pessoas e ESG; e (iv) Produção. A remuneração dos membros dos Comitês é definida pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração que participarem de Comitês poderão fazer jus ao recebimento de remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração serão reembolsados pela Companhia das despesas com locomoção, alimentação e hospedagem necessárias ao desempenho de sua função, tal como descrito na Política de Remuneração da Companhia.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A proporção de cada elemento na remuneração total nos últimos três exercícios sociais foi a seguinte:

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício social findo em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	88%	40%	52%
Benefícios direto ou indireto	0%	0%	0%
Participação em Comitês/reuniões	12%	0%	0%
Bônus (sem considerar encargos)	0%	0%	0%
Participação de resultados	0%	12%	13%
Remuneração baseada em ações	0%	46%	18%
Benefício pós emprego	0%	2%	0%
Outros	0%	0%	17%
Total da Remuneração	100%	100%	100%

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício social findo em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	90%	36%	47%
Benefícios direto ou indireto	0%	0%	0%
Participação em Comitês/reuniões	10%	0%	0%
Bônus (sem considerar encargos)	0%	0%	0%
Participação de resultados	0%	27%	25%
Remuneração baseada em ações	0%	36%	11%
Benefício pós emprego	0%	1%	0%
Outros	0%	0%	17%
Total da Remuneração	100%	100%	100%

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício social findo em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	94%	25%	24%
Benefícios direto ou indireto	0%	1%	0%
Participação em Comitês/reuniões	6%	0%	0%
Bônus (sem considerar encargos)	0%	0%	6%
Participação de resultados	0%	22%	16%

Remuneração baseada em ações	0%	52%	54%
Benefício pós emprego	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%
Total da Remuneração	100%	100%	100%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Em regra, a remuneração tem seus valores fixos reajustados em linha com o padrão de mercado, de acordo com a Política de Remuneração de Administradores vigente e de forma que se mantenha adequada às práticas de mercado para os profissionais com experiência semelhante, em empresas do mesmo porte e/ou setor que a Companhia.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é exclusivamente composta por elemento fixo, como forma de compensação dos conselheiros pelo seu papel contínuo de supervisão.

Diretoria Estatutária e não Estatutária

O cálculo da remuneração acima explicada é definido utilizando-se como referência as práticas do mercado levando-se em consideração práticas de empresas do mesmo setor, assim como empresas de porte e características similares à Companhia e referências internas, que são reavaliadas periodicamente. No caso dos Diretores, o cálculo da remuneração também se baseia na meritocracia, sempre se observando a competitividade externa.

A metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração da Diretoria Estatutária, Não Estatutária e demais colaboradores leva em conta pesquisas de mercado e benchmarking com empresas do setor assim como empresas de porte e características similares à Companhia. As pesquisas de mercado são encomendadas a empresas especializadas, sendo o referido trabalho supervisionado pela área de Gente e Gestão da Companhia.

(i) o pró-labore/salário mensal é fixado pelo Conselho de Administração levando-se em conta comparações com as práticas do mercado, as quais são reavaliadas de tempos em tempos através da contratação de pesquisas de mercado, sendo reajustado periodicamente conforme a variação de índices de inflação e/ou condições de mercado; (ii) os benefícios diretos e indiretos expressam valores pré-determinados pelo seu preço de mercado, sendo custeados pela Companhia; (iii) os benefícios pós-emprego correspondem a uma contribuição da empresa no valor de 8% do salário mensal dos Diretores Estatutários em fundos de previdência privada do tipo VGBL; e (iv) o bônus é calculado conforme os parâmetros descritos nos subitens “c” e “d” abaixo, nos limites previamente fixados a cada ano pelo Conselho de Administração, com base em valores-alvo de bonificação estabelecidos para cada Diretor, conforme o atendimento das metas aprovadas por aquele órgão, que também é responsável pela aprovação final do valor a ser pago a cada Diretor.

Comitês

A remuneração dos Comitês tem seus valores fixos reajustados em linha com o padrão de mercado, de acordo com a Política de Remuneração de Administradores vigente e de forma que se mantenha adequada às práticas de mercado para os profissionais com experiência semelhante.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral de acionistas, obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é exclusivamente fixa e, portanto, não está baseada em indicadores de desempenho.

Para avaliação do desempenho da Diretoria, o Conselho de Administração faz uma avaliação anual do atendimento a metas estabelecidas de forma global para a Companhia e individualmente para cada Diretor. Esses indicadores poderão ser objetivos (quantitativos) ou subjetivos (qualitativos), sendo previamente estabelecidos pelo Conselho de Administração a cada ano. Atualmente, os indicadores objetivos utilizados são a produção (volume), EBITDA, custo de produção por barril, eficiência de capital, índice de substituição de reservas entre outros, e, para os Diretores Estatutários, ainda existem os indicadores objetivos de SSMS e *Compliance* (ASG); e os indicadores subjetivos para os Diretores Estatutários se referem à avaliação de desempenho realizada pelos membros do Conselho de Administração.

- **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

O Conselho de Administração é responsável por aprovar, a cada ano, as metas e objetivos corporativos que balizarão o cálculo da remuneração variável a ser paga à Diretoria Estatutária e não Estatutária, bem como os critérios para apuração do bônus para o exercício, com base nessas metas, fixando as metas quantitativas, os limites mínimos e máximos, os valores alvo para cada Diretor, bem como os valores a serem pagos conforme a variação de cada uma das metas. São estabelecidas metas globais para a Companhia, e para as diferentes metas são atribuídos pelo Conselho de Administração pesos diferenciados para cada meta a cada membro da Diretoria, de acordo com suas responsabilidades e funções desempenhadas. Após o encerramento do exercício social, o Conselho avaliará os resultados obtidos e o percentual de atendimento a cada uma das metas estabelecidas. O volume total de recursos a ser distribuído a cada Diretor será calculado pela aplicação proporcional do percentual total de atendimento às metas, de forma ponderada ao peso relativo de cada meta de forma proporcional ao atendimento das metas globais e individuais.

Além disso, o bônus individual de cada Diretor Estatutário poderá sofrer uma variação percentual positiva ou negativa sobre o valor-base previamente estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme o atendimento às metas subjetivas individuais de cada Diretor Estatutário. A remuneração é fixada a partir de estudos de mercado para definição de valores e leva em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional. A remuneração variável é fixada considerando o atingimento de metas corporativas da Companhia, as metas individuais do executivo.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

Os membros do Conselho de Administração deverão ser compensados tendo em vista a sua função de supervisão geral dos negócios e atividades da Companhia, resultando, portanto, na necessidade de um pagamento fixo para que seja mantida, de forma constante, a serenidade na avaliação dos rumos e decisões estratégicas da Companhia.

No que se refere à Diretoria Estatutária e não Estatutária, a Companhia entende que os principais executivos encarregados de implementar as estratégias e negócios da Companhia precisam, por um lado, sentir-se constantemente estimulados e motivados, donde surge a necessidade um componente fixo atrativo, bem como a prática de oferecimento de benefícios comumente observados no mercado. Por outro lado, é também preciso oferecer estímulos para que as metas de negócio da Companhia sejam atingidas, justificando assim a prática de pagar remuneração variável e pagamento baseado em ações como parte significativa da compensação dos Diretores.

Os membros dos Comitês podem ser compensados tendo em vista a sua função de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, resultando, portanto, na necessidade de um pagamento fixo para que seja mantida, de forma constante, a serenidade na avaliação estratégica de aspectos específicos da condução dos negócios da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal devem unicamente ser compensados pelo ofício prestado à Companhia durante o seu mandato, de forma constante, por isso justificando um pagamento integralmente fixo.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros efetivos do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal ou de Comitês Estatutários não remunerados e apenas um dos membros suplentes do conselho de administração é remunerado.

(d) A existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Em 2024, não houve remuneração suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos termos dos planos de incentivo baseados em ações da Companhia descritos no item 8.4 a seguir, pode ocorrer vencimento antecipado dos prazos de carência para os benefícios em caso de determinados eventos societários, quais sejam:

- Programa de Incentivo Consolidado: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, os termos deste Programa e os Contratos de Outorga de Ações Diferidas em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração da Companhia, (i) ser transferidos para a entidade sucessora; ou (ii) ter seus prazos e condições de antecipados ou liquidados, conforme aplicável.

- Plano de Incentivo de Longo Prazo – Ações Restritas: Na hipótese de mudança no controle ou alienação de controle da Companhia, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., ou outros eventos societários tais como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão e outras formas de combinação de negócio envolvendo a Companhia que resultem na alteração do seu controle acionário, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar (i) pela manutenção das regras do Plano e dos Programas e Contratos de Outorga nas condições então vigentes; ou (ii) pelo encerramento do Plano, hipótese em que ocorrerá a aceleração dos Períodos de Vesting dos Contratos de Outorga já celebrados em relação a todos os Participantes, de forma que sejam imediatamente transferidas aos Participantes as Ações Restritas previstas em seus respectivos Contratos de Outorga.

8.2 – Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025– Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.155.639,77	9.946.043,51	0,00	15.101.683,28
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	455.061,48	0,00	0,00	455.061,48
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.616.659,32	0,00	9.616.659,32
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	503.782,51	0,00	503.782,51
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.966.214,59	0,00	11.966.214,59
Observação	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/20 18-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2022-CVM/SEP	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/20 18-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2022-CVM/SEP		O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/20 18-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2022-CVM/SEP
Total da remuneração	5.610.701,25	32.032.699,94	0,00	37.643.401,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Esclarecimento			A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado	

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.461.750,00	8.315.622,68	0,00	12.777.372,68
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	396.000,00	0,00	0,00	396.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.477.720,08	0,00	2.477.720,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	417.539,00	0,00	417.539,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.638.232,00	0,00	9.638.232,00
Observação	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no	N/A	

	Circular/ANUA L-2024-CVM/SEP. O valor da Remuneração total do Exercício Social difere da Remuneração do pessoal-chave da Administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia tendo em vista que esta inclui suplentes do Conselho de Administração e participação em comitês.	Ofício Circular/ANUA L-2024 CVM/SEP		
Total da remuneração	4.857.750,00	20.849.113,76	0,00	25.706.863,76

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Esclarecimento			A Companhia não possui Conselho Fiscal	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.619.500,00	7.710.370,50	0,00	11.329.870,50
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	381.000,00	0,00	0,00	381.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.875.300,00	0,00	5.875.300,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	244.992,00	0,00	244.992,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.880.241,67	0,00	7.880.241,67
Observação	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2024- CVM/SEP. O valor da Remuneração total do Exercício Social difere da Remuneração do pessoal-chave da Administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia tendo em vista que esta	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº 19957.007457/2018 - 10, incluído no Ofício Circular/ANUA L-2024- CVM/SEP	N/A	

	inclui suplentes do Conselho de Administração e participação em comitês.			
Total da remuneração	4.000.500,00	21.710.904,17	0,00	25.711.404,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.540.000,00	4.776.903,00	0,00	8.316.903,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.226.850,00	0,00	4.226.850,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	218.760,00	0,00	218.760,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.130.373,46	0,00	10.130.373,46
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado como média anual nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/ANUAL-2024-CVM/SEP. O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUAL-2024-CVM/SEP. O valor da Remuneração total do Exercício Social difere da Remuneração do pessoal-chave da Administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia tendo em vista que esta inclui suplentes do Conselho de Administração e participação em comitês.	O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no processo nº19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/ANUAL-2024-CVM/SEP		
Total da remuneração	3.780.000,00	19.352.886,46	0,00	23.132.886,46

8.3 - Remuneração variável por órgão

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.424.988,99	0,00	14.424.988,99
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	9.616.659,32	0,00	9.616.659,32

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.279.476,12	0,00	10.279.476,12
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	6.852.984,08	0,00	6.852.984,08
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.477.720,08	0,00	2.477.720,08

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.480.081,43	0,00	10.480.081,43

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	6.986.720,95	0,00	6.986.720,95
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	5.875.300,00	0,00	5.875.300,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.204.422,20	0,00	8.204.422,20
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	5.469.614,80	0,00	5.469.614,80
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	4.226.850,00	0,00	4.226.850,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) Termos e condições gerais

Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações: os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022, o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga de ações aos administradores e empregados (“PILP”).

Programa de Incentivo Consolidado: os acionistas da Companhia aprovaram, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2016, o Programa de Incentivo para Executivos e, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho 2017, o Programa de Incentivo para Gestores, os quais foram consolidados no Programa de Incentivo Consolidado, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2021 (“Programa”), que disciplina a concessão de incentivos de médio e longo prazo para os diretores estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas (“Participantes”), a partir de atingimento de determinadas metas corporativas.

A elegibilidade de determinado Participante não lhe assegura a participação no Programa, sendo certo que esta somente se tornará efetiva (i) a cada ano, após formalização de convite escrito enviado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual conterá as metas individuais e corporativas que lhe forem definidas, o período de sua apuração, bem como respectivos valores a que o Participante terá direito de receber na hipótese de atingimento das metas, ou (ii) conforme venha a ser decidido pelo Conselho de Administração, na hipótese de incentivos relacionados ao atingimento de metas de curto prazo.

Nos termos do Programa, tendo como propósito o alinhamento de expectativas entre seus Participantes e a Companhia e visando a incentivar o engajamento daqueles em prol da obtenção de resultados positivos para a Companhia no médio e longo prazos, a PetroRecôncavo poderá recompensar os Participantes, mediante o atingimento das metas que lhes forem definidas, com os seguintes benefícios: (i) pagamento de bônus anual em dinheiro, (ii) entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, (iii) opção para subscrição adicional de ações ordinárias de emissão da Companhia, (iv) outorga de ações diferidas; e/ou (v) *matching* de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em relação aos benefícios aplicáveis a este item 8.4:

Entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia: Na hipótese de atingimento total ou proporcional das metas anuais, o Participante fará jus a receber certa quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), em lote a ser determinado (“Lote Outorgado”). A primeira determinação acerca do direito de recebimento de um Lote Outorgado somente ocorrerá após a apuração acumulada das metas anuais definidas para cada exercício social.

Opção de Subscrição Adicional: Caso a apuração das metas anuais definidas para determinado exercício habilite o Participante a receber um Lote Outorgado, o Participante passará a ter uma opção de subscrever, adicionalmente (“Opção de Subscrição Adicional”), um lote de Ações equivalente a até 50% das Ações objeto do Lote Outorgado recebido no respectivo ano (“Lote Subscrito”).

Matching de Ações: O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, outorgar a determinados Participantes o direito de, mediante o exercício da Opção de Subscrição Adicional

pelos referidos Participantes do *matching* e a efetiva subscrição e integralização da totalidade das Ações objeto do respectivo Lote Subscrito, receber um lote adicional de Ações em quantidade idêntica à quantidade de Ações objeto do Lote Subscrito pelo Participante do *matching* em decorrência do exercício Opção de Subscrição Adicional.

Outorga de Ações Diferidas: A Companhia poderá, a exclusivo critério do Conselho de Administração, outorgar aos Participantes ou a determinado grupo deles o direito de receber Ações de emissão da Companhia a título não oneroso ("Ações Diferidas"), admitida a outorga de Ações Diferidas sob condição suspensiva.

Plano de Opção de Compra de Ações: os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2011, o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, que estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, nomeados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, sendo certo que cada opção de compra concede ao beneficiário o direito de adquirir uma ação de emissão da Companhia. O referido Plano de Opção de Compra de Ações foi alterado, uma única vez, por aprovação unânime dos acionistas da PetroRecôncavo em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2013 ("**Plano**").

Em virtude do desdobramento de ações de emissão da companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2021 (vide item 12.12 deste Formulário de Referência), foi consignado na referida Assembleia Geral Extraordinária que os números de ações referentes às opções de compra de ações de emissão da Companhia já outorgadas ao amparo do Plano e ainda não exercidas até 1º de abril de 2021 serão ajustados proporcionalmente, de modo a refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia. Em outras palavras, cada opção de compra objeto do Plano passará a conceder ao beneficiário o direito de adquirir o número ajustado de 2 (duas) ações de emissão da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, até o momento, 3 (três) Programas de Opção de Compra de Ações, no âmbito do Plano, nos seguintes termos e condições:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data de Aprovação	10/10/2013	25/07/2014	13/05/2016
Classe das Ações	Ordinária.	Ordinária.	Ordinária
Beneficiários	Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.	Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.	Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.
Quantidade de Opções	332.243 opções da compra de ações da Companhia. As opções se dividem em 3 Lotes Anuais (A, B e C).	332.243 opções da compra de ações da Companhia. As opções se dividem em 3 Lotes Anuais (A, B e C).	269.500 opções da compra de ações da Companhia. As opções se dividem em 3 Lotes Anuais (A, B e C).

Período de Carência	Lote A – exercíveis a partir de 10/10/2014; Lote B – exercíveis a partir de 10/10/2015; e Lote C – exercíveis a partir de 10/10/2016.	Lote A – exercíveis a partir de 25/07/2015; Lote B – exercíveis a partir de 25/07/2016; e Lote C – exercíveis a partir de 25/07/2017.	Lote A – exercíveis a partir de 13/05/2017; Lote B – exercíveis a partir de 13/05/2018; e Lote C – exercíveis a partir de 13/05/2019.
Preço de Exercício	R\$20,73 cada opção.	R\$21,41 cada opção.	R\$14,81 cada opção.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações: aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022.

Programa de Incentivo Consolidado: aprovado pelos acionistas da Companhia, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de junho de 2016, o Programa de Incentivo para Executivos e, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho 2017, o Programa de Incentivo para Gestores, os quais foram consolidados no Programa de Incentivo Consolidado, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2021 (“Programa”).

Plano de Opção de Compra de Ações: aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2011.

(c) Número máximo de ações abrangidas

PILP: O limite total acumulado de ações restritas que poderão ser outorgadas aos Participantes nos termos do Plano não poderá superar 1,5% (um vírgula cinco por cento) do número total de ações emitidas pela Companhia (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria) na data de aprovação de cada programa.

Programa: a entrega de ações ordinárias, sem direito a voto, de emissão da Companhia, e a outorga de Ações Diferidas, devem respeitar o limite máximo conjunto de 5% (cinco por cento) do total de ações em que se divide o capital social da Companhia.

No âmbito da Opção de Subscrição Adicional de Ações, será possível a subscrição de um lote de Ações equivalente a até 50% das Ações objeto do Lote Outorgado recebido no respectivo ano.

Plano: poderão ser outorgadas opções representativas de, no máximo, 3% (três por cento) das ações representativas do capital social da Companhia.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano, as opções poderão ser outorgadas a todos beneficiários que forem elegíveis para participar, desde que limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme previsto acima.

(e) Condições de aquisição de ações

As opções de compra objeto do Plano, no âmbito de cada programa, deverão ser outorgadas mediante celebração de contrato entre o titular das opções e a Companhia, em que serão definidas as seguintes condições específicas, sem limitação: (i) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; e (ii) o preço de exercício, de acordo com cada programa.

As ações, no âmbito do Programa, deverão ser entregues de acordo com a performance do Participante ao final de cada ano, por meio do atingimento das metas anuais definidas para cada exercício social. Excepcionalmente, o Conselho de Administração poderá definir metas a serem atingidas em período inferior a 1 (um) exercício social. Caso o Participante tenha uma performance equivalente a zero, nos termos do Programa, este não fará jus ao recebimento de qualquer Lote Outorgado com relação a tal ano.

A outorga das Ações Restritas aos Participantes, no âmbito de cada programa do PILP, será realizada mediante a celebração do respectivo contrato de outorga ("Contrato de Outorga") entre a Companhia e cada um dos Participantes.

Para cada Programa do PILP, o Diretor-Presidente recomendará e o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Gestão de Pessoas, definirá, a seu exclusivo critério, a lista dos Participantes e a respectiva quantidade de Ações Restritas a serem outorgadas, bem como outras condições aplicáveis a cada outorga, sempre respeitadas as regras do Plano, as quais deverão constar nos respectivos Contratos de Outorga.

Observado o Limite Global de Outorga, a quantidade máxima de Ações Restritas do PILP que poderá ser outorgada a cada Participante em cada Programa será definida e individualizada pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, e constará do respectivo Contrato de Outorga.

A efetiva transferência das Ações Restritas do PILP para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga, observados os Períodos de *Vesting* aplicáveis, de modo que a aprovação dos Programas ou a celebração dos Contratos de Outorga, por si só, não garantem ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas outorgadas, nem tampouco representam garantia ao recebimento de Ações Restritas.

Por fim, nenhuma Ação Restrita do PILP será entregue ao Participante a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

PILP: a concessão das Ações Restritas será realizada a título gratuito aos participantes, observados os termos do Plano e nos respectivos Programas, e as regras contidas em cada Contrato de Outorga.

Programa: para apuração do valor de mercado da ação da Companhia será utilizada (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa ao tempo do lançamento do Programa, a média aritmética dos valores obtidos a partir da aplicação dos múltiplos de Empresas Comparáveis abaixo descritos aos mesmos indicadores (BOE e EBITDAX) verificados na PetroRecôncavo, sendo que ao valor final será aplicado um desconto de liquidez de 30% (trinta por cento) pelo fato de que as ações utilizadas para cálculo do Preço de Exercício são relativas a companhias abertas e as ações da Companhia não possuem liquidez uma vez que não são negociadas no mercado: (a) mediana dos múltiplos EV/BOE ("Enterprise Value", dividido pelo volume de reservas provadas de petróleo e gás equivalente na data do último exercício social) de Empresas Comparáveis; e (b) mediana dos múltiplos EV/EBITDAX ("Enterprise Value" dividido pelo EBITDAX dos últimos 12 meses contados a partir das demonstrações financeiras mais recentes divulgadas por cada Empresa Comparável) das mesmas Empresas Comparáveis; e (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas na Bolsa ao tempo de lançamento do Programa, a cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A., anteriores à data de concessões da opção (ou, em caso de oferta pública inicial realizada até 30 dias antes da outorga, considera-se o preço de emissão).

Plano: o preço de emissão, ou preço da compra das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, ao tempo do programa aplicável, e será equivalente: (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa ao tempo do lançamento do programa aplicável, ao valor correspondente à média aritmética do valor das ações de companhias abertas listadas na Bolsa que prestam serviços no setor de exploração e produção de gás natural e com características similares às da Companhia, apurado por dois múltiplos distintos sendo (a) a mediana dos múltiplos EV/BOE, no qual o Enterprise Value será dividido pelo volume de reservas provadas de petróleo e gás equivalente na data do último exercício social das Empresas Comparáveis; e (b) a mediana dos múltiplos EV/EBITDAX, na qual o Enterprise Value será dividido pelo EBITDAX dos últimos 12 meses contados a partir das demonstrações financeiras mais recentes divulgadas por cada Empresa Comparável; e (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas na Bolsa ao tempo de lançamento do programa aplicável, a cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A., anteriores à data de concessões da opção (ou, em caso de oferta pública inicial realizada até 30 dias antes da outorga, considera-se o preço de emissão).

Onde:

"EV" ou "Enterprise Value": é o valor de mercado de cada empresa aferido pela cotação média de suas ações os 30 (trinta) dias anteriores ao encerramento das últimas demonstrações financeiras divulgadas por cada Empresa Comparável, multiplicado pelo número de ações da empresa correspondente na mesma data, subtraído da dívida líquida constante no balanço patrimonial do encerramento das últimas demonstrações financeiras divulgadas por cada Empresa Comparável;

“BOE”: Volume total de reservas provadas de petróleo e gás equivalente de cada empresa conforme informado nas demonstrações financeiras do último exercício social;

“EBITDAX”: Corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas com exploração, das despesas de depreciação e amortização de cada empresa, conforme informado nas demonstrações financeiras dos últimos 12 meses contados a partir das demonstrações financeiras mais recentes divulgadas por cada Empresa Comparável; e

“Empresas Comparáveis”: são companhias abertas, com ações negociadas em bolsas de valores, do setor de exploração e produção de petróleo e gás natural e com características similares à Companhia, ou seja, que tenham volume de produção semelhantes na proporção gás natural/petróleo e sejam consideradas de pequeno e médio porte.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

PILP: As Ações Restritas serão outorgadas aos Participantes em duas parcelas distintas, quais sejam, (a) uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas outorgadas aos Participantes em cada Contrato de Outorga terá o objetivo exclusivo de retenção do Participante (“Parcela Retenção”). A concessão das Ações Restritas da Parcela Retenção estará sujeita à carência de 3 (três) anos, dividida em 3 (três) lotes anuais, que serão liberados ao Participante ao final dos seguintes prazos, contados a partir da celebração do Contrato de Outorga com o Participante e (b) uma parcela equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas outorgadas ao Participante em cada Contrato de Outorga será variável e a quantidade efetiva de Ações Restritas que serão conferidas ao Participante em referência a tal parcela será definida em função do cálculo da taxa de retorno total ao acionista da Companhia (“Parcela TSR”), a ser verificada pelo Conselho de Administração ao final do Período de Vesting TSR.

Programa: a determinação acerca do direito de recebimento de um Lote Outorgado, ocorrerá anualmente, até o mês de abril. O prazo de exercício da Opção de Subscrição está diretamente ligado com o atingimento das metas anuais e do recebimento de um Lote Outorgado.

O Participante contemplado deverá comunicar à Companhia acerca da sua intenção de exercer ou não a Opção de Subscrição Adicional até no máximo 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Reunião do Conselho de Administração. Findo tal prazo sem manifestação do Participante, este perderá automaticamente o direito ao exercício da Opção de Subscrição Adicional e à subscrição das Ações objeto do Lote Subscrito.

Plano: o Beneficiário poderá exercer, total ou parcialmente, a opção de compra das ações incorporadas ao longo do período de 10 (anos) anos a contar da data do respectivo programa em que o Beneficiário participou.

(h) Forma de liquidação

PILP: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

Programa: em caso de exercício da Opção de Subscrição Adicional, a Companhia informará ao Participante contemplado por escrito o preço de emissão da totalidade das Ações objeto do Lote Subscrito, devendo tal emissão ser aprovada na Reunião do Conselho de Administração, comprometendo-se o Participante a realizar o depósito, em conta corrente de titularidade da Companhia, da totalidade do preço de emissão das Ações objeto do Lote Subscrito, com recursos próprios e em moeda corrente nacional, sob pena de perda do direito da Opção de Subscrição Adicional exercida. Acerca do Lote Outorgado, uma vez atendidas às condições previstas no Programa, o Participante fará jus ao recebimento de tais Ações, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

Para liquidação das Ações Diferidas, a Petroreconcavo poderá, a seu exclusivo critério, (i) transferir Ações mantidas em tesouraria; ou (ii) efetuar o pagamento em dinheiro do valor equivalente à quantidade de cada lote de Ações Diferidas a ser liquidado; sempre tendo em vista, como preço de referência, a média da cotação de fechamento das ações da Petroreconcavo nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da liquidação.

Plano: o pagamento do preço de exercício da opção, pelo beneficiário, será feito à vista, no ato de subscrição das ações emitidas em razão do exercício da opção ou da compra das ações que estiverem detidas em tesouraria.

Todos os pagamentos realizados aos beneficiários do Programa ou do Plano serão diminuídos de quaisquer impostos e encargos aplicáveis cuja responsabilidade de retenção e recolhimento seja atribuída à Companhia pela legislação brasileira, sem implicar em direito a reembolso, majoração (*gross-up*), ou restituição de qualquer natureza entre o beneficiário e a Companhia.

(i) Restrições à transferência das ações

PILP: o Beneficiário apenas poderá, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas, se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 3 (três) anos, contados a partir da celebração do Contrato com o Participante.

Programa: o Participante somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar quaisquer das ações de emissão da Companhia de que seja ou passe a ser titular, em decorrência de sua participação no Programa ou de qualquer outra forma, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos de ações de que seja ou passe a ser titular em decorrência de sua participação no Programa ou a qualquer outro título, tendo que ser respeitado o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado, conforme venha a ser decidido pelo Conselho de Administração, entre 1 (um) e 3 (três) anos contados da respectiva subscrição ou aquisição das Ações detidas pelo Participante.

As Ações recebidas pelos Participantes em decorrência da liquidação de Ações Diferidas não estarão sujeitas às restrições acima.

Plano: o Beneficiário apenas poderá, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, se atendido o período mínimo de indisponibilidade eventualmente estabelecido em cada programa para cada lote de Ações, o qual nunca poderá ser superior a 5 (cinco) anos. Os programas aprovados no âmbito do Plano estabelecem que os beneficiários ficam sujeitos a um período mínimo de indisponibilidade de um ano.

Os Beneficiários poderão alienar o número de Ações necessário, ainda que dentro do período de *lock-up* supracitado, para exclusivamente realizar o pagamento do Preço de exercício de opções que lhes forem outorgadas.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

PILP: na hipótese de mudança no controle ou alienação de controle da Companhia, nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., ou outros eventos societários tais como fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão e outras formas de combinação de negócio envolvendo a Companhia que resultem na alteração do seu controle acionário, o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar (i) pela manutenção das regras do Plano e dos Programas e Contratos de Outorga nas condições então vigentes; ou (ii) pelo encerramento do Plano, hipótese em que ocorrerá a aceleração dos Períodos de Vesting dos Contratos de Outorga já celebrados em relação a todos os Participantes, de forma que sejam imediatamente transferidas aos Participantes as Ações Restritas previstas em seus respectivos Contratos de Outorga.

Programa: o Programa poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, sem prejuízo da prevalência de obrigações assumidas nos termos do Programa, que deverão permanecer em vigor pelos prazos ali previstos. Adicionalmente, caso haja a alienação de controle da Companhia, o Participante terá o direito de vender a totalidade de suas Ações ao adquirente do controle, nos termos e prazos estabelecidos no Programa. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, os Contratos de Outorga de Ações Diferidas em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração, (i) ser transferidos para a entidade sucessora; ou (ii) ter seus prazos e condições de liquidação antecipados, conforme aplicável.

Plano: o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á na hipótese de dissolução, transformação, incorporação fusão, cisão ou reorganização da Companhia, dentro da qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, ou em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação na Bolsa. Porém, se em conexão com tal operação (i) o Conselho de Administração ou o Comitê aprove a antecipação do prazo de carência das opções dos Programas em vigência, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário; ou (ii) estabeleça-se, por escrito, a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária assumirá os ajustamentos apropriados no número e preço das ações.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

PILP: Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting Retenção, (i) o desligamento do Participante da Companhia; ou (ii) o falecimento do Participante; ou (iii) caso se verifique a invalidez permanente do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas. Na hipótese de desligamento após o cumprimento, total ou parcial, do Período de Vesting Retenção, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas. Na hipótese

de falecimento ou invalidez permanente, o Participante fará jus às Ações Restritas recebidas na Parcela Retenção.

Na hipótese de ocorrer, antes do término do Período de Vesting TSR, (i) o desligamento do Participante da Companhia por sua própria iniciativa (por apresentação de pedido de demissão ou de renúncia ao seu cargo na administração da Companhia, conforme o caso) e/ou (ii) o desligamento do Participante da Companhia com justa causa, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas ainda não transferidas. Na hipótese de ocorrer o desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, nos primeiros 12 (doze) meses do Período de Vesting TSR, o Participante perderá automática e integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas. No caso de desligamento do Participante da Companhia, sem justa causa, ocorrido a partir do 13º (décimo terceiro) mês do Período de Vesting TSR, o Participante permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido pelo Participante até a data de desligamento, tomando como base a proporcionalização do número de Ações Restritas e o número de meses cumpridos durante o Período de Vesting TSR. Na hipótese de desligamento, sem justa causa, após o cumprimento do Período de Vesting TSR, o Participante fará jus às Ações Restritas já transferidas até o desligamento. Na hipótese de (a) se verificar a invalidez permanente do Participante, conforme reconhecida pela Previdência Social, ou (b) falecimento do Participante, o Participante, ou seu espólio ou sucessor, conforme o caso, permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas, calculadas de forma proporcional ao Período de Vesting TSR efetivamente cumprido, sendo que, neste caso, não haverá a aplicação do Fator de Conversão TSR.

Programa: o pedido de demissão, a demissão por justa causa (nos termos da legislação trabalhista aplicável), a renúncia ou a destituição por justo motivo de cargo na Petrorecôncavo importarão em sua automática exclusão do Programa e, conseqüentemente, na perda do direito de receber qualquer Lote Outorgado referente ao exercício em curso. Em caso de morte, incapacidade transitória ou permanente, demissão sem justa causa (nos termos da legislação trabalhista aplicável) ou destituição imotivada do Participante, este (ou seus herdeiros ou curadores, conforme o caso) fará(ão) jus ao recebimento de um Lote Outorgado, em quantidade proporcional ao período de efetivo exercício de gestão pelo Participante no ano encerrado, desde que as metas anuais previstas para o mesmo tenham sido alcançadas total ou proporcionalmente.

Plano: em casos de (i) término do contrato de trabalho ou do mandato de Beneficiário por justa causa ou razão equiparada; (ii) pedido de demissão voluntária do Beneficiário; ou (iii) renúncia ao mandato de Beneficiário, (a) as opções cujos prazos iniciais de carência ainda não tenham decorrido caducarão sem direito a qualquer indenização; e (b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de até 90 dias a contar do evento supracitado ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 90 dias, após o qual ficarão extintas de pleno direito, sem direito a qualquer indenização.

Já em casos de (i) término de contrato de trabalho pela Companhia sem justa causa; (ii) término do mandato de Beneficiário sem reeleição; (iii) aposentadoria do Beneficiário que enseje o término do vínculo com a Companhia; ou (iv) mudança de controle da Companhia, (a) o direito de exercício será antecipado com relação às opções cujos prazos iniciais de carência ainda não

tenham decorrido, as quais poderão ser exercidas no prazo de 90 dias a contar do evento ante referido, após o qual ficarão extintas de pleno direito, sem direito a qualquer indenização; e (b) as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido poderão ser exercidas no prazo de até 90 dias a contar do evento supracitado ou até o término do prazo para o exercício das opções, se restar o prazo inferior a 90 dias, após o qual ficarão extintas de pleno direito, sem direito a qualquer indenização.

8.5 - Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,00
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	21,41
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	21,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,0082%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	21,41
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	21,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,0382%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	21,04
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	20,87
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,0936%

8.6 - Outorga de opções de compra de ações

Outorga de opções de compra de ações previstas para o exercício social de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opções de compra de ações do exercício social findo em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opções de compra de ações do exercício social findo em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opções de compra de ações do exercício social findo em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

8.7 - Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0,00
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	0,00
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	0,00
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	0,00
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,00
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	0,00
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	0,00

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Número de ações	N/A	24.000,00
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$10,705
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$19,91
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$220.920,00

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Número de ações	N/A	88.000,00
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$10,705
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$33,62
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$942.006,38

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Número de ações	N/A	186.426

Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$10,44
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$25,58
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$2.823.741,20

8.9 - Diluição potencial por outorga de ações:

Remuneração baseada em ações, previstas para serem entregues aos beneficiários no exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00

8.10 - Outorga de ações

Outorga de ações - exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	A definir
Quantidade de ações outorgadas	N/A	A definir
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	A definir
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	A definir

Outorga de ações realizada no exercício social no exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,0	5,00
Data de outorga	N/A	29/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	368.482
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/05/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 19,64

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$7.236.986,48
--	-----	-----------------

Outorga de ações realizada no exercício social no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,0	5,00
Data de outorga	N/A	17/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	257.744
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/05/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 27,44
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$7.072.495,36

Outorga de ações realizada no exercício social no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,0	3,00
Data de outorga	N/A	31/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	322.957
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/05/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	30,98
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$10.005.207,90

8.11 - Ações entregues

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	218.070
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 19,95
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 4.350.496,5

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações	N/A	163.480
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 18,02
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2.945.913,20

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Número de ações	N/A	115.869
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	00

Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 25,65
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2.972.039,85

8.12 - Precificação das ações / opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

PILP: a Companhia utiliza o modelo de precificação baseado em Simulação de Monte-Carlo.

Plano: as opções são precificadas utilizando o modelo de Black & Scholes.

Programa: Entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, Opção para subscrição adicional de ações ordinárias de emissão da Companhia e Outorga de ações diferidas: As ações são precificadas de acordo com valor de mercado da ação da Companhia na data de encerramento do último Exercício. A apuração do valor de mercado da ação da Companhia está detalhada no item 8.4(f) deste Formulário de Referência. Matching de ações ordinárias de emissão da Companhia: as ações são emitidas por um preço global de emissão de R\$ 1,00 (um real). Alternativamente, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, utilizar Ações existentes mantidas em tesouraria para fazer frente à entrega de um Lote do Matching ao Participante do Matching.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano:

Inputs:	Outorgadas em 2013	Outorgadas em 2014	
Stock – S	20,73	21,41	BRL
Discount	0,0%	0,0%	
Strike – K	20,73	20,41	BRL
Term – t	3.650	3.650	d
TRF	9,00%	11,00%	a.a.
s	53,82%	53,82%	a.a.

Programa:

Preço de exercício: consulte o item 8.4.(f) deste Formulário de Referência para obter as informações acerca das premissas utilizadas no modelo de precificação das ações objeto do Programa, incluindo o preço médio ponderado das ações e preço de exercício.

Volatilidade esperada: considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade esperada será calculada com base na média de grupos comparáveis ao setor de atuação da PetroRecôncavo, quando da realização da oferta pública inicial de ações de sua emissão.

Dividendo esperado: uma vez que o Participante passe a ser titular de ações de emissão da Companhia, este fará jus à percepção dos dividendos que estas eventualmente venham a gerar, de acordo com a atual política de dividendos da Companhia, conforme descrito do item 3.4 do Formulário de Referência e sujeito a eventuais restrições, conforme detalhado no item 8.4.(i) do Formulário de Referência da Companhia.

Taxa de juros livre de risco: Não aplicável.

Prazo de carência das ações: as ações, no âmbito do Programa, deverão ser entregues de acordo com a performance do Participante ao final de cada ano, por meio do atingimento das metas anuais definidas para cada exercício social. Para mais informações, consulte o item 8.4.(g) deste Formulário de Referência.

PILP: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

PILP: não aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opções.

Plano: foi estimada uma taxa de saída antes do lock-up de 15% dos detentores das opções.

Programa: caberá ao Conselho de Administração antecipar ou prorrogar quaisquer prazos relacionados às opções aos incentivos objeto do Programa.

Para liquidação das Ações Diferidas e das Ações Restritas previstas no Programa e no PILP, a Companhia transferirá ações mantidas em tesouraria sem emissão de novas ações e, portanto, sem diluição.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a determinação da volatilidade esperada, foi utilizado o método de desvio padrão utilizando-se como base a média de empresas comparáveis à PetroRecôncavo, a partir do banco de dados fornecido por empresa de assessoria especializada no tema.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 – Participações detidas por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2024		
<u>Descrição</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração</u>
Ações ordinárias emitidas pela Companhia	828.322	16.977.600
Opções emitidas pela Companhia	0	0
Ações ou quotas emitidas por controladores indiretos da Companhia	0	0
Opções emitidas por controladores indiretos da Companhia	0	0

8.14 - Planos de previdência

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não conferiu planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, conforme descrito no item 8.1.(b) deste Formulário de Referência.

Apesar de não fornecer plano de previdência privada aos seus Diretores ou empregados, a Companhia realiza contribuições a um plano de previdência privada VGBL ou PGDL, de mercado, a ser indicado pelos Diretores Estatutários, por meio de depósitos no montante de 8% do pró-labore percebido pelos mesmos. Após a contribuição, a Companhia não tem controle sobre os saldos depositados, não havendo nenhuma restrição para que os Diretores Estatutários resgatem os recursos.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	5,00	5,00	3,00	7,00	7,00	6,58	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	7,00	7,00	6,58	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	5.916.701,58	6.792.363,24	7.399.679,60	717.750,00	571.500,00	540.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	2.460.860,32	2.237.959,40	4.727.163,60	594.000,00	571.500,00	540.000,00	0,00	0,00	0,00

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Valor médio da remuneração (Reais)	4.169.822,75	4.342.180,83	6.450.962,15	693.964,29	571.500,00	540.000,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual da Diretoria foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2023	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual da Diretoria foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2022	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual da Diretoria foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informados.

Conselho de Administração	
31/12/2024	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual do Conselho foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício, a remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho, incluindo o suplente, dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2023	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual do Conselho foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho dividido pelo número de membros remunerados informados.
31/12/2022	Os valores da maior e da menor remuneração anual individual do Conselho foram apurados considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e correspondem a 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho dividido pelo número de membros remunerados informados.

8.16 - Mecanismos de remuneração / indenização

Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia contratou, em fevereiro/2024, apólice de seguro de responsabilidade civil de Conselheiros e Diretores (D&O) junto à Austral Seguradora S/A., com Limite Máximo de Garantia é de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) e vencimento em 1º de fevereiro de 2025. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 140.774,92 (cento e quarente mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos). Em fevereiro/2025, a Companhia contratou apólice de seguro de responsabilidade civil de Conselheiros e Diretores (D&O) junto à Lockton Brasil Corretora de Seguros Ltda. e Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., com vigência a partir de 31 de janeiro de 2025 até 31 de janeiro de 2026. O Limite Máximo de Garantia é de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 133.390,37 (cento e trinta e três milhões, trezentos e noventa mil reais e trinta e sete centavos). Dentre os valores indenizáveis estão custos de defesa, indenizações pelas quais o Administrador seja legalmente responsável em virtude de decisão judicial transitada em julgado, sentença arbitral, decisão administrativa ou acordos por escrito por qualquer meio previamente aprovado pela seguradora. Adicionalmente foram celebrados contratos de indenidade com administradores da Companhia, conforme descrito no Formulário de Referência.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração total

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social corrente	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2024	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2023	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2022	100%	0%	0%

8.18 - Remuneração - outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício corrente, quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração dos administradores ou membros do conselho fiscal, por quaisquer razões que não a função que ocupam na Companhia.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador / controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício social corrente – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social corrente – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2024 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2024 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2023 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	26.256,00	0,00	26.256,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2023– demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00

Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00
------------------------------	------	------	------	------

Exercício social 2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	29.088,00	0,00	29.088,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social 2022 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

Anexo VI - RELATÓRIO DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS PROPOSTAS

(Conforme art. 12, inciso II, da Resolução CVM 81/2022)

QUADRO COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL

Propostas de alteração do Estatuto Social da Petrorecôncavo S.A.

Estatuto Atual	Propostas de Alteração do Estatuto	Justificativa/Comentários
<i>ARTIGO 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.905.940.989,42 (dois bilhões, novecentos e cinco milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), dividido em 293.338.126 (duzentas e noventa e três milhões, trezentas e trinta e oito mil e cento e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</i>	<i>ARTIGO 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.905.940.989,42 (dois bilhões, novecentos e cinco milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos) <u>R\$ 2.907.296.259,42 (dois bilhões, novecentos e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos)</u>, dividido em 293.338.126 (duzentas e noventa e três milhões, trezentas e trinta e oito mil e cento e vinte e seis) <u>293.472.126 (duzentas e noventa e três milhões, quatrocentas e setenta e duas mil e cento e vinte e seis)</u> ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</i>	A alteração proposta visa refletir no Estatuto Social os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, nas reuniões de 29/04/2024, 29/05/2024, 27/06/2024, 31/07/2024 e 30/01/2025.

Anexo VII - Estatuto Social da Petrorecôncavo S.A. consolidado, refletindo as alterações propostas

(Conforme art. 12, inciso I, da Resolução CVM 81/2022)

**ESTATUTO SOCIAL
PETRORECÔNCAVO S.A.**

**“CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO**

ARTIGO 1º – A PETRORECÔNCAVO S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, que se rege pelo presente Estatuto, pelo Regulamento do Novo Mercado expedido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às companhias abertas, bem como pela Lei das Sociedades por Ações (conforme definido no Artigo 6º abaixo).

Parágrafo Único – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, sujeitar-se-ão a Companhia, seus acionistas (incluindo seus acionistas controladores, na hipótese de sua existência), administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

ARTIGO 2º – A Companhia tem por objeto a realização de atividades relacionadas a exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, gás natural, hidrocarbonetos e outras fontes de energia, no Brasil ou no exterior, diretamente ou através de subsidiárias e outras sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação, podendo desenvolver, dentre outras atividades afins:

- (a) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos;
- (b) a operação de campos produtores de petróleo e gás natural próprios, instalações e equipamentos associados, incluindo os campos cujas concessões forem outorgadas à Companhia pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- (c) a prestação de serviços de operação de campos produtores de petróleo e gás natural de terceiros;
- (d) a prestação de serviços técnicos e outros serviços no setor de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes, de gás em geral e outras fontes de energia, incluindo reabilitação e rejuvenescimento de campos maduros e marginais,

reativação de jazidas de hidrocarbonetos, perfuração de poços para terceiros, estimulação de poços, acidificação, desparafinação e outros serviços correlatos, assim como o transporte, o tratamento, a entrega e a venda da produção;

(e) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(f) a consecução de projetos de engenharia, a construção e a operação de dutos para escoamento ou transporte de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(g) a construção, manutenção e operação de terminais marítimos ou terrestres, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(h) o planejamento logístico, a operação e a manutenção de bases de distribuição, serviços de engenharia e geotécnica relacionados à indústria do petróleo e a seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral;

(i) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica oriunda de diversas fontes; e

(j) a realização de outras atividades relacionadas à exploração, desenvolvimento, produção, refinamento e transporte de petróleo, gás natural, hidrocarbonetos e outras formas ou fontes de energia.

Parágrafo Único – A Companhia poderá desenvolver diretamente ou indiretamente outras atividades afins ou complementares ao objeto expresso neste Artigo 2º.

ARTIGO 3º – A Companhia tem sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque (parte), CEP 48280-000, e pode, mediante decisão de seu Conselho de Administração, abrir, encerrar ou transferir filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer lugar no território nacional ou no exterior.

ARTIGO 4º – A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de ~~R\$ 2.905.940.989,42 (dois bilhões, novecentos e cinco milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos)~~ R\$ 2.907.296.259,42 (dois bilhões, novecentos e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), dividido ~~em 293.338.126 (duzentas e noventa e~~

~~três milhões, trezentas e trinta e oito mil e cento e vinte e seis)~~ 293.472.126 (duzentas e noventa e três milhões, quatrocentas e setenta e duas mil e cento e vinte e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária terá direito a um voto na Assembleia Geral. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Segundo – As ações escriturais de emissão da Companhia serão mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

ARTIGO 6º – A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de qualquer aumento de capital mediante a emissão de novas ações até o limite do capital autorizado, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão, o prazo para integralização das ações subscritas e as demais condições para a emissão.

Parágrafo Segundo – Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a emissão de bônus de subscrição, de debêntures e de quaisquer outros títulos conversíveis; e (ii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Parágrafo Terceiro – Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com quaisquer planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou de subscrição de ações a seus administradores e empregados (“Empregados”), assim como a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e aos administradores e Empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo Quarto – As emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição

pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos Artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76 com suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”) poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, nas hipóteses previstas no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. Não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra ou subscrição de ações, na forma do disposto no parágrafo 3º do Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto – É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias e ações preferenciais.

Parágrafo Sexto – A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate de ações da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Sétimo - Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao final de cada exercício social, para tratar dos assuntos constantes do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim requeiram.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM.

Parágrafo Segundo – Qualquer Assembleia Geral convocada para permitir que os acionistas deliberem e votem sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou

a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Terceiro - Cada Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, na sua ausência e de seu suplente, pelo Vice-Presidente. Ausente também o Vice-Presidente e seu suplente, a Assembleia Geral será presidida por pessoa designada por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração e respectivos suplentes, cumulada com a ausência de designação por escrito de outra pessoa para presidir a Assembleia nos termos deste Parágrafo, o Presidente da Assembleia será escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia convidará um dos presentes para atuar como secretário.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável de acionistas que representem a maioria do capital votante da Companhia presente à Assembleia, não computados os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Sexto – As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em atas lavradas na forma da lei, que poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas, sendo suficiente para sua validade a assinatura de quantos acionistas bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação.

ARTIGO 8º – Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas por lei e regulamentos aplicáveis por este Estatuto Social:

- (a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (d) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

- (e) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e Empregados da Companhia ou de suas controladas;
- (f) alterar o Estatuto Social;
- (g) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- (h) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;
- (i) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e início e cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (j) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (k) atribuir bonificações em ações e deliberar sobre grupamentos e desdobramentos de ações;
- (l) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre qualquer outra matéria que venha a ser submetida pelo Conselho de Administração;
- (m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3; e
- (n) dispensar a realização de oferta pública de aquisição ações (“OPA”), como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – A deliberação a que se refere a alínea (m) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à assembleia, não se computando os votos em branco, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

Parágrafo Segundo – A deliberação a que se refere a alínea (n) deste Artigo deverá contar com a concordância expressa de acionistas que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) do total de ações em circulação, nos termos do Artigo 43, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado e do Artigo 34 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I: Disposições comuns aos órgãos da administração

ARTIGO 9º – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de cada membro da Diretoria e do próprio Conselho de Administração, observado o limite global estabelecido pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, na forma da lei, até 30 (trinta) dias após a eleição e estão dispensados de prestação de garantia de gestão. O termo de posse deverá contemplar a sujeição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria à cláusula compromissória referida no Artigo 36 deste Estatuto Social, bem como sua declaração de que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, observada ainda a possibilidade de dispensa pela Assembleia Geral prevista na mesma lei. A posse dos administradores estará condicionada, ainda, à prévia subscrição do Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas em lei, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo, a menos que de outra forma permitido pelo Conselho de Administração, tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações somente no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Quando necessário, o Conselho de Administração poderá indicar expressamente as hipóteses em que as informações poderão ser prestadas, mesmo que desobedeça ao dever de sigilo.

ARTIGO 10 – A Companhia não indenizará seus administradores por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no Artigo 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o Artigo 11, parágrafo 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com seus administradores.

ARTIGO 11 – Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, os administradores deverão ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, bem como de eventual indenização paga antecipadamente ao trânsito em julgado, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 12 – As condições e as limitações da indenização objeto deste Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Seção II: O Conselho de Administração

ARTIGO 13 – O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes (observado o disposto na parte final do Parágrafo Primeiro deste Artigo 13 quanto à suplência dos conselheiros independentes), acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Caberá ao próprio Conselho de Administração indicar, sempre na primeira reunião após a Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de seus membros, os conselheiros que exercerão os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração para o respectivo mandato.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista no Artigo 141, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, na

hipótese de haver acionista controlador. Excepcionalmente para os conselheiros independentes, não será necessário que o número de suplentes seja idêntico aos dos efetivos, podendo ser eleito(s) neste caso suplente(s) em número inferior ao número de membros efetivos, que poderá(ão) acumular a suplência em relação a mais de um membro efetivo.

Parágrafo Segundo – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo Primeiro deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Quarto – O Presidente do Conselho de Administração, e, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, terá os seguintes deveres e obrigações, além de quaisquer outros deveres e responsabilidades constantes deste Estatuto ou da legislação e regulamentação aplicáveis:

- (i) convocar reuniões do Conselho de Administração, inclusive mediante solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, nos casos previstos em lei;
- (ii) presidir as reuniões do Conselho de Administração e a Assembleia Geral; e
- (iii) elaborar a ordem do dia para as reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – Havendo suplentes, estes substituirão os conselheiros em suas ausências ou impedimentos temporários. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente (morte, invalidez permanente, interdição etc.) de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente, que servirá até o final do mandato. Na falta de suplente, a maioria dos membros do Conselho de Administração nomeará um conselheiro substituto, nos termos do Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, para ocupar a vaga até a primeira Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Sexto – Sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição, pela Assembleia Geral, de qualquer membro titular do Conselho de Administração eleito pelo regime de voto múltiplo implicará a destituição dos demais membros do Conselho de Administração também eleitos pelo

regime de voto múltiplo, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vacância aplicar-se-á o disposto no Parágrafo Sexto.

ARTIGO 14 – Ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto deste Artigo e a possibilidade de eleição em separado nas hipóteses legais, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.

Parágrafo Primeiro – Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo Segundo deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.

Parágrafo Segundo – Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração as informações requeridas pela regulamentação vigente acerca de cada um dos candidatos que compuserem a chapa.

Parágrafo Terceiro – É vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista. Não obstante, uma mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, cada integrante das chapas apresentadas na forma deste Artigo será considerado um candidato para o cargo de conselheiro.

Parágrafo Sexto – Não poderão ser eleitos para o Conselho de Administração aqueles que (i) figurem como acionistas controladores em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que atua a Companhia; e (ii) ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que atua a Companhia, em especial em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e/ou (iii) tenham interesse conflitante com a Companhia, salvo nos casos expressamente aprovados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – Não poderão votar nas matérias submetidas às reuniões do Conselho de Administração os conselheiros que estiverem em conflito de interesse com o da Companhia.

ARTIGO 15 – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre, nas datas a serem fixadas na primeira reunião realizada em cada exercício, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração (ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente). Todas as reuniões extraordinárias serão convocadas com aviso prévio de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Primeiro – As convocações para cada reunião e todos os documentos necessários para apreciação das matérias constantes da ordem do dia (tanto para reuniões ordinárias como extraordinárias) serão enviadas por e-mail aos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros por si ou representados na forma deste Estatuto.

ARTIGO 16 – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que tenha enviado seu voto por escrito. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos membros presentes, não tendo o Presidente e o Vice-Presidente voto de desempate na hipótese de empate em qualquer reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Todas as discussões e deliberações havidas nas reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as deliberações que, por força de lei, da regulamentação aplicável, deste Estatuto ou por decisão do próprio Conselho de Administração devam ser tornadas públicas, terão caráter confidencial, e cada conselheiro deverá observar e cumprir estritamente com a confidencialidade a respeito das discussões e deliberações, a menos que de outra forma seja permitido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas no livro próprio e serão assinadas pelos conselheiros presentes à reunião correspondente.

Parágrafo Terceiro – Caso ocorra ausência ou incapacidade temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente, se houver, ou poderá designar, por escrito, outro membro para representá-lo em uma reunião específica, e o conselheiro assim designado poderá exercer o voto do conselheiro ausente ou incapacitado, além de seu próprio.

Parágrafo Quarto – As atas das reuniões do Conselho de Administração em que Diretores sejam eleitos ou destituídos, as atribuições dos Diretores sejam estabelecidas, ou deliberações sejam aprovadas que afetem terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial do estado competente e publicadas na imprensa, conforme disposto na lei.

Parágrafo Quinto – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, podendo ser indicado outro local para sua realização conforme estabelecido na convocação a ser enviada aos seus membros. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo que os conselheiros que participem por qualquer de tais meios serão considerados presentes. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, estando o Presidente da reunião, ante o recebimento do voto escrito, autorizado a assinar a ata em nome do conselheiro que participou remotamente da reunião. Será admitida, ainda, a gravação e a degravação das reuniões do Conselho de Administração, desde que expressamente autorizado por todos os participantes.

ARTIGO 17 – O Conselho de Administração tem por função primordial estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, as quais deverão ser observadas pela Diretoria. Nesse sentido, além das atribuições previstas em lei, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e os princípios e procedimentos de governança corporativa;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições, respeitadas as disposições deste Estatuto Social;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos ou negócios celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos necessários à fiscalização;
- (e) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;

- (f) propor à Assembleia Geral a atribuição de participação nos lucros aos administradores ou Empregados da Companhia e proceder à respectiva distribuição, nos limites fixados pela Assembleia Geral;
- (g) atribuir, em caso de a Assembleia Geral ter aprovado a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria em montante global, os honorários mensais de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (h) estabelecer as condições e regras (i) para a outorga de opção de compra de ações, nos limites e de acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral, (ii) para a outorga de ações de acordo com planos de incentivo baseados em ações aprovados pela Assembleia Geral, incluindo a escolha e quantificação das metas definidas nos limites dos referidos planos de incentivo, e (iii) para a administração, organização e cumprimento das disposições do Plano de Opção de Compra de Ações e dos planos de incentivo baseados em ações aprovados pela Assembleia Geral;
- (i) criar comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento, permanentes ou temporários, bem como eleger seus membros;
- (j) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a assunção de qualquer compromisso financeiro por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses ou cujo valor agregado, no curso de um mesmo exercício social, supere a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), incluindo, sem limitar, a contratação de financiamentos, mútuos, locação ou leasing de ativos;
- (k) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a compra, venda, hipoteca ou locação pela Companhia de qualquer participação em imóveis ou substâncias petrolíferas in situ, bem como de quaisquer bens, direitos ou conjunto de bens ou direitos cujo valor agregado, no caso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (l) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a aquisição, a alienação ou a oneração de bens do ativo permanente cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (m) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a contratação de serviços e obras com terceiros, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (n) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável;
- (o) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações próprias cujo valor individual ou agregado, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, seja igual ou superior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- (p) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a prestação de garantias a obrigações de terceiros, independentemente do valor, ressalvadas garantias prestadas a obrigações assumidas por controladas ou subsidiárias integrais da companhia, cuja prestação não dependerá de aprovação do Conselho de Administração, desde que observado o disposto no item (o) acima;
- (q) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a aquisição das ações de emissão da própria Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria;
- (r) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a alienação ou o cancelamento das ações de emissão da própria Companhia que, por qualquer motivo, permanecerem em tesouraria;
- (s) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre o aumento do capital da Companhia até o limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ou bônus de subscrição;
- (t) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado;
- (u) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar a exclusão do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante a venda em bolsa ou subscrição pública, conforme previsto no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre quaisquer associações envolvendo a Companhia, inclusive a celebração de consórcio ou joint venture e a celebração de acordos de acionistas;
- (w) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, bem como sobre a distribuição de dividendos intermediários, observados os termos da legislação aplicável e deste Estatuto Social;
- (x) escolher, substituir e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (y) criar e extinguir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional;
- (z) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar sobre a criação e a extinção de subsidiárias e participação no capital de qualquer outra sociedade, empresa ou entidade semelhante, incluindo consórcios;
- (aa) instruir o voto dos representantes da Companhia nos Conselhos de Administração e nas Assembleias Gerais de controladas e coligadas;
- (bb) deliberar e, caso considere conveniente, aprovar o plano de negócios e o orçamento da Companhia;
- (cc) definir a empresa especializada em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;

(dd) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, com possibilidade de pedido de extensão por igual prazo se julgar necessário, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(ee) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto;

(ff) aprovar previamente as transações envolvendo partes relacionadas que, em um único negócio ou em um conjunto de negócios realizados em 12 (doze) meses consecutivos, alcance valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total da Companhia, o que for menor, conforme previsto nas políticas corporativas da Companhia e na regulamentação aplicável; e

(gg) aprovar orçamentos próprios para a área de Auditoria Interna e para o Comitê de Auditoria, conforme aplicável.

Parágrafo Único – Os valores mencionados neste Artigo serão, a partir da aprovação deste Estatuto, corrigidos anualmente pelo índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou por outro índice equivalente que venha a substituí-lo.

Seção III: Diretoria

ARTIGO 18 – A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e os demais Diretores sem designação específica. São obrigatórios os cargos de Diretor Presidente, de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e de Diretor de Operações.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria serão eleitos e destituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. O mandato dos membros da Diretoria será unificado e terá prazo de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Cabe aos membros da Diretoria, atuando individual e colegiadamente, gerenciar a administração rotineira da Companhia e implementar as resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro – Incumbe, especificamente, à Diretoria, como colegiado, sem prejuízo das outras atribuições conferidas por lei:

- (a) considerar e fazer recomendações ao Conselho de Administração, referentes à estrutura básica da organização da Companhia e às atribuições das unidades da Companhia, observado este Estatuto;
- (b) elaborar e submeter ao Conselho de Administração para aprovação as regras e regulamentos para o bom funcionamento da Companhia, observado este Estatuto;
- (c) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano de negócios e orçamento anual da Companhia, bem como outros planos ou orçamentos eventualmente solicitados pelo Conselho de Administração, conforme disposto na letra (dd) do Artigo 17 deste Estatuto;
- (d) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração uma política de pessoal (cargos e salários) referente aos Empregados da Companhia;
- (e) submeter à aprovação do Conselho de Administração todos os atos que dependam de sua aprovação, nos termos deste Estatuto;
- (f) apresentar ao Conselho de Administração os atos que devam ser submetidos à Assembleia Geral;
- (g) elaborar o Relatório Anual, as demonstrações financeiras e todos os outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- (h) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a abertura, transferência e encerramento de escritórios, filiais e outras instalações da Companhia; e
- (i) desempenhar todas as outras funções previstas em lei e na regulamentação aplicável, neste Estatuto, nas reuniões do Conselho de Administração e nos documentos corporativos da Companhia, sempre observando os princípios e procedimentos de governança corporativa.

Parágrafo Quarto – A submissão ao Conselho de Administração das matérias relacionadas acima será feita por intermédio do Diretor Presidente, ou por qualquer outro Diretor que tenha sido apontado pela Diretoria.

Parágrafo Quinto – O Relatório Anual de administração a que se refere a alínea (g) deste Artigo deverá mencionar um sumário das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.

Parágrafo Sexto – Competem aos Diretores sem designação específica todos os demais atos de gestão da Companhia que não tenham sido especificamente atribuídos a ocupantes de outros cargos de Diretor, conforme atribuições que poderão ser definidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 19 – Caberá ao Diretor Presidente, observadas quaisquer restrições explícita ou implicitamente previstas neste Estatuto ou em qualquer resolução do Conselho de Administração:

- (a) gerenciar e supervisionar os negócios da Companhia e executar e fazer executar as resoluções do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, aprovadas de acordo com este Estatuto e as disposições legais aplicáveis;
- (b) coordenar e supervisionar as atividades da Companhia em negociações estratégicas com quaisquer terceiros, inclusive a Petrobras ou qualquer entidade governamental ou em qualquer outro tipo de negociações no tocante a matérias de importância crítica em relação aos negócios sociais;
- (c) conduzir as negociações em qualquer controvérsia ou disputa envolvendo a Companhia e terceiros (exceto qualquer controvérsia ou disputa envolvendo quaisquer dos acionistas e a Companhia);
- (d) manter coordenação permanente entre o Conselho de Administração e a Diretoria e desempenhar quaisquer outras funções atribuídas pelo Conselho de Administração;
- (e) presidir as reuniões da Diretoria; e
- (f) receber citações ou notificações de qualquer natureza em nome da Companhia.

ARTIGO 20 – Caberá ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, sujeito a eventuais restrições, implícitas ou explícitas, previstas neste Estatuto, ou em qualquer decisão do Conselho de Administração:

- (a) executar a política, as diretrizes e as atividades econômico-financeiras e contábeis da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração;
- (b) divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras, assumindo responsabilidade pelo cumprimento dos deveres que lhe impõem as normas regulamentares aplicáveis e o Regulamento do Novo Mercado; e
- (c) desempenhar todas as outras funções previstas em lei e na regulamentação aplicável, neste Estatuto, nas resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração e nos documentos corporativos da Companhia, sempre observando os princípios e procedimentos de governança corporativa.

ARTIGO 21 – Caberá ao Diretor de Operações, observadas quaisquer restrições explícita ou implicitamente previstas neste Estatuto, ou em qualquer resolução do Conselho de Administração:

- (a) elaborar todos os relatórios técnicos necessários referentes às atividades operacionais de petróleo e gás da Companhia e quaisquer iniciativas de produção, desenvolvimento ou exploração cuja implementação pela Companhia seja proposta;
- (b) adotar as medidas razoavelmente necessárias para proteger vidas e propriedade e manter a produção de quaisquer poços produtivos de petróleo ou gás, nos quais a Companhia tenha participação ou em relação aos quais a Companhia preste serviços operacionais a um terceiro;
- (c) adotar as medidas razoavelmente necessárias em relação à reabilitação, reativação, melhoria, desenvolvimento ou exploração de quaisquer propriedades ou campos petrolíferos nos quais a Companhia tenha participação ou em relação aos quais a Companhia preste serviços operacionais a um terceiro;
- (d) adotar as medidas razoavelmente necessárias no tocante ao manuseio, transporte, tratamento ou entrega de qualquer produção de qualquer destas propriedades ou campos;
- (e) executar a política, as diretrizes e as atividades das áreas de segurança, meio ambiente e responsabilidade social aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (f) submeter, através do Diretor Presidente, propostas ao Conselho de Administração, relativas a novos investimentos e despesas de capital, que não poderá deixar de submeter qualquer dessas propostas ao Conselho de Administração; e
- (g) outras atribuições eventualmente conferidas ao Diretor de Operações pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

ARTIGO 22 – A Diretoria reunir-se-á, mediante convocação por qualquer Diretor, com aviso prévio de pelo menos 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Primeiro – A Diretoria reunir-se-á com a presença de pelo menos dois de seus membros, sendo que um necessariamente deverá ser o Diretor Presidente. Caso o Diretor-Presidente não possa comparecer à reunião, este deverá indicar, por escrito, outro Diretor que o substitua. As resoluções da Diretoria serão aprovadas por maioria de votos dos presentes. Todas as matérias não aprovadas pela Diretoria por maioria de votos serão submetidas ao Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo vacância de um cargo na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato do Diretor substituído.

Parágrafo Terceiro – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quarto – As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quinto – Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sexto – Os membros da Diretoria permanecerão no cargo até a investidura dos seus substitutos.

ARTIGO 23 – Todos os contratos, acordos, instrumentos e outros documentos (i) relativos à alienação de imóveis da Companhia, à alienação de qualquer participação da Companhia em outras sociedades, e à outorga de garantias, ou (ii) que criem obrigações para a Companhia, que desobriguem terceiros de obrigações perante a Companhia, incluindo, sem limitação, o aceite ou endosso de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e documentos semelhantes, bem como a criação, encerramento ou a execução de qualquer outra ação referente a contas bancárias, deverão, sob pena de nulidade perante a Companhia, ser assinados por (a) quaisquer dois 2 (dois) Diretores, ou (b) por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído conforme disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, com poderes específicos para executar aquele ato.

Parágrafo Primeiro – As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) especificar os poderes outorgados; (iii) vedar a delegação ou o substabelecimento de poderes; e (iv) ser válidas por um prazo máximo de 1 (um) ano. O limite no prazo de validade e a restrição quanto a delegação ou ao substabelecimento de poderes não se aplicam (y) às procurações outorgadas a advogados, constituídos para atuar em nome da Companhia em processos administrativos ou judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado,

admitido o substabelecimento com reserva de poderes, ou (z) na hipótese do Artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – É vedado aos Diretores e procuradores vincular a Companhia em qualquer transação estranha ao objeto social, bem como, sem prévia autorização do Conselho de Administração, dar avais ou fianças em favor de terceiros e fazer doações em nome da Companhia, sendo vedado, ainda, aos Diretores, agir em nome da Companhia sem a prévia autorização do Conselho de Administração, quando esta for requerida nos termos deste Estatuto.

Seção IV: ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Auditoria

ARTIGO 24 – O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos para o exercício de mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo que ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Primeiro – O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo – As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 25 – Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, bem como fazer recomendações ao Conselho de Administração de acordo com as informações coletadas;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

ARTIGO 26 – O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro.

Parágrafo Único – No final de cada exercício social, o Conselho de Administração determinará à Diretoria a elaboração das demonstrações financeiras exigidas pela lei, baseadas nas informações financeiras da Companhia, e nelas incluirá proposta de distribuição de lucros, se for o caso.

ARTIGO 27 – Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos incidentes sobre o lucro.

Parágrafo Primeiro – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração submeterá à apreciação e à aprovação da Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e nessa ordem:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social;
- (b) montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
- (c) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento aos acionistas do dividendo obrigatório; e
- (e) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após o pagamento do dividendo obrigatório, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, limitada ao montante equivalente a 100% (cem por cento) do capital social, que tem por finalidade
 - (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) reforço

de capital de giro; podendo, ainda, ser utilizada (iii) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações da Companhia.

Parágrafo Segundo – A constituição da Reserva para Investimento e Expansão pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: (a) para capitalização; ou (b) para distribuição de dividendos adicionais ao obrigatório aos acionistas.

ARTIGO 28 – Os dividendos declarados serão pagos dentro do prazo estabelecido em lei.

ARTIGO 29 – A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais ou para períodos menores.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados nas mais recentes demonstrações financeiras da Companhia, que serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Parágrafo Primeiro, alínea (d), do Artigo 27 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração poderá ainda, aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, com base no mais recente balanço patrimonial da Companhia, os quais serão considerados como adiantamento do dividendo obrigatório disposto no Parágrafo Primeiro, alínea (d), do Artigo 27 deste Estatuto.

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 30 – O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas e terá as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. O Conselho Fiscal será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, todos eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – A posse dos membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes fica condicionada à assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 36 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o Presidente do Conselho Fiscal, a quem caberá assegurar o cumprimento das deliberações do órgão.

Parágrafo Terceiro – O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

Parágrafo Quarto – O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo seus membros serem reeleitos.

Parágrafo Quinto – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Sexto – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, devendo analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações e informações financeiras. Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal convocar as reuniões sempre que necessário.

Parágrafo Sétimo – O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros, convocados por qualquer meio escrito que permita a comprovação do recebimento, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

ARTIGO 31 – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

ARTIGO 32 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em

vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Primeiro – Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo Segundo – Para os fins deste Artigo, “controle” e seus termos correlatos possuem a definição que lhe é atribuída no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VIII

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

ARTIGO 33 – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único – Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral que deliberará sobre a referida reorganização deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO IX

SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 34 – Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único – A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos por lei, ou por resolução dos acionistas reunidos em Assembleia Geral, que fixará o método de liquidação, nomeará o liquidante e, caso solicitado pelos acionistas, conforme disposto por lei, instalará o Conselho Fiscal para atuar durante o período de liquidação, elegendo seus membros e fixando sua remuneração.

CAPÍTULO XI

ARBITRAGEM

ARTIGO 36 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência de proteção ou salvaguarda de direitos ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverão ser submetidas no Foro Central da Comarca de Salvador, Estado da Bahia.

Parágrafo Segundo – A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no *caput* deste Artigo.

CAPÍTULO XII

ACORDOS DE ACIONISTAS

ARTIGO 37 – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sua sede, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo (i) à Diretoria abster-se de registrar transferências ou onerações de ações contrárias aos respectivos

termos, e (ii) ao presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, abster-se de computar os votos lançados em violação a tal acordo, devendo ainda computar os votos proferidos pela parte prejudicada com as ações pertencentes ao acionista ausente ou omissos, ou que votar contrariamente ao disposto em tais acordos, na forma do Artigo 118, parágrafos 8º e 9º da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 38 – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 39 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado, pelas demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral nas matérias sobre as quais lhe caiba livremente decidir”.

* * *
